

horóscopo fora elaborado por leitores, dando a ver que, mais do que direito à expressão e à produção literária, a criança tinha também capacidade, ainda que sob a tutela de adultos, de fazer seu próprio jornal. Mesmo que em *O Estadinho* o exemplar comemorativo ao Dia das Crianças tenha sido publicado incompleto⁹⁷, nele foi possível observar uma mudança em relação à compreensão da infância, por apresentar um suplemento especial do Fundo das Nações Unidas para a Infância. Suplemento esse que busca esclarecer as crianças sobre seus direitos, também incentivando a luta por eles.

Sem as páginas que comumente apresentavam a seção de cartas e de outras colunas destinadas às colaborações de leitores, fica arriscado afirmar sobre como as crianças e o próprio suplemento se manifestaram em relação às comemorações infantis. Entretanto, a forma como a criança passou a colaborar com o suplemento e como a ela o material passou a ser dirigido leva a crer que a celebração da infância teve, naquele ano, um caráter de maior criticidade em relação a outros aspectos como consumo, por exemplo. Tais fatores são indícios de uma possível mudança na representação da infância. Outros vestígios dão conta de mostrar um suplemento mais voltado aos interesses de seus leitores. A matéria que ensinava a construir um projetor, por exemplo, permitia que as crianças pudessem fazer experiências e realizar uma atividade considerada quase que exclusivamente de adulto. Os próprios editoriais das edições seguintes a que comemora o Dia da Criança também podem ser considerados exemplos dessa relação de alteridade, sobretudo quando expõem com franqueza os problemas relacionados à distribuição de *O Estadinho* incompleto.

A *Folhinha* de São Paulo que, de acordo com Fábio Veiga (diagramador de *O Estadinho* e jornalista de *O Estado* entre 1986 e 1990/1991), foi “[...] uma grande referência e modelo a ser seguido, pela sua postura de respeito à inteligência das crianças [...]” (VEIGA, 2016) parece ter inovado, permitindo que o jornal fosse todo elaborado pelas crianças. Na seção Cartas, os escritos de uma menina de 9 anos, Viviane Regina Côas, demonstram conhecimento sobre a situação de outras crianças, relativizando uma única condição infantil. De modo articulado, a menina questiona as atitudes humanas diante dos problemas infantis, dizendo:

⁹⁷ No editorial de 20 de outubro de 1985, uma explicação sobre a falta de páginas do suplemento de 13 de outubro de 1985. “Na semana passada o jornal teve uma “falha técnica” e saiu com 4 páginas a menos. Deu pra perceber, né? Nada de horóscopo, nem histórias em quadrinhos, charadas, etc. Mas não vai mais acontecer e “*O Estadinho*” já está inteirinho de novo.” (O ESTADINHO, 1985, p. 2). Essa política honesta também foi destacada nos suplementos *Folhinha* de São Paulo e *El Cambalache*, quando por ocasião da greve dos correios, as cartas enviadas para ambos os suplementos não tinham como chegar.

O Dia das Crianças não é somente para ganhar presentes, doces ou coisa parecida. Por exemplo, existe gente que só se diverte e ganha presentes, enquanto outras passam fome e ficam tristes ao saber que no Dia das Crianças só podem revirar latas de lixo em busca de comida. Enquanto os homens gastarem milhões em armas e guerras, ninguém nesse mundo poderá ser feliz. Este dinheiro, em vez de matar as pessoas, poderia ser usado para matar a fome dos pobres deste mundo. Criança com fome não pode crescer com saúde. O Dia da Criança não é verdadeiro Dia das Crianças se todas elas não forem felizes. (FOLHINHA, 13/10/1985, p. 2).

Na carta enviada à redação da *Folhinha* há uma idealização do que deve ser uma infância feliz e de que toda criança deve ser feliz. Há que se reconhecer que quem assina a carta é uma criança de nove anos e, portanto, sem muitas bases para compreender a multiplicidade de infâncias, e que a felicidade, ou sua falta, não descaracteriza a infância. Ainda que a mão do adulto tenha atuado nesse escrito, a mensagem passada aos leitores confirma um reconhecimento para a infância pobre, marginalizada e sem atenção à saúde. Outra carta publicada, escrita por Ariadne Machado Lopes de Oliveira, de 11 anos, surpreende pela crítica ao tratamento “infantilizado” dado às crianças e, ao mesmo tempo, reconhece o trabalho realizado pelos editores e colaboradores do suplemento infantil paulistano.

Já não acredito mais nessas musiquinhas de Dia da Criança que dizem algo como ‘criança é o símbolo da esperança’, ‘viva as nossas criancinhas’ etc. o fato é que fora desse mar de rosas há muita criança morrendo de fome nas ruas. A *Folhinha* para mim é o único jornal que sempre se preocupa com o interesse das crianças. Acho que todo o dia é o dia da criança e esse pessoal só se preocupa em homenageá-la no seu dia! E para a *Folhinha*, todos os dias são das crianças, ela sempre as homenageia. Eu sou criança, eu sou leitora da *Folhinha*! E por isso, viva a criança. Viva a *Folhinha*! (FOLHINHA, 13/10/1985, p. 2).

A comemoração à infância não esteve tão somente presente em a *Folhinha*, o jornal que lhe dera vida, mas no caderno semanal, também dominical, “Casa E Companhia”⁹⁸, quando, para aquela semana, trouxe matérias diversas sobre a criança: desde assuntos de moda a espaços de lazer, atesta um já consolidado reconhecimento à essa fase da vida, mas, sobretudo mostrando certa especialização de serviços voltados às criança, como: organização de festas infantis e espaços para esse tipo de evento, além de roupas e, até mesmo, perfumes.

⁹⁸ Um material, bastante propagandístico que se diferenciava por completo do suplemento infantil, evidenciando que cada um deles fora direcionado a um público, no caso de “casa E companhia”, um material voltado para adultos, mais especificamente, mulheres. A grande aposta seria no consumo, mas, não só nele, uma vez que tal suplemento, além de anúncios formais de clínicas, farmácias e prestadores de serviço, compunha-se de reportagens, colunas e editoriais. Com isso, a venda de produtos ou serviços associava-se “[...] a “venda” de um estilo de vida que norte[ar]ia a construção de uma nova classe média”. (VOKS, 2014, p. 197).

Diferente do suplemento infantil, “Casa E Companhia” – em sua edição dedicada às crianças – não fez menção alguma aos problemas relacionados à infância pobre ou marginalizada, como ocorreu na seção Cartas de a *Folhinha*. Ao invés disso, o material dedicou-se àqueles que poderiam proporcionar aos seus filhos e parentes pequenos uma vida plena de possibilidades de consumo.

É, em grande medida, sendo incluída nesse novo padrão de consumo, que a criança passou a ser capturada. A infância festejada em *O Estadinho* dos anos de 1970 permite ver uma criança que se representa pela pureza, ingenuidade, mas, também, pelo consumo e pela necessidade do presente (e sua importância) tão ressaltado pelas três meninas que tiveram suas historinhas publicadas no suplemento.

O Dia da Criança passou a ser comemorado com mais força, a partir da década de 1960, quando as empresas de produtos de higiene, como Johnson e Johnson, e de brinquedos, como a Estrela, com uma estratégia de *marketing* para vender mais produtos, lançam o concurso de Robustez Infantil (OLIVEIRA, 2015). A celebração chega à década seguinte com força total. Potencializada pelo “milagre” econômico⁹⁹, pela consolidação e expansão da industrialização no país e, também, pelo apoio aos produtos brasileiros, então o mercado publicitário se aquece e faz com que o Dia das Crianças se torne ainda mais comercial (VOKS, 2014).

A problematização relacionada às dificuldades de muitas crianças em poder exercer uma infância em conformidade com os “Direitos das Crianças” apareceu somente nos exemplares de 1985, entretanto, as questões ligadas ao consumo e a necessidade do presente industrializado não saíram de cena. Pois o jornal que encartava *O Estadinho*, em datas como o dia das Crianças e o Natal, publicava páginas e páginas destinadas à propaganda de produtos infantis, principalmente brinquedos.

As representações infantis não se apagavam, elas se mesclavam a outros aspectos formando novas representações, porém, sem romper ou se distanciar por completo das que circulavam na primeira fase do jornal. Ainda tratava-se de representar uma infância escolarizada, voltada ao consumo, com estrutura familiar nuclear, mas nesses últimos anos, houve uma busca pelos desejos das crianças, pela exposição de seus pensamentos e, especialmente, para uma compreensão da criança no seu aqui e agora e não somente no seu vir a ser.

⁹⁹ Milagre econômico, foi o termo designado para caracterizar o período de 1968 a 1973, no qual o Brasil apresentou significativo crescimento nas taxas do Produto Interno Bruto (PIB), acompanhada de um controle e baixa nas taxas de inflação. Ver Veloso, Villela e Giambiagi (2008).

5.3 NATAL: O COMETA HALLEY É O GRANDE PRESENTE

“Do Papai Noel eu gosto, só tem uma coisa: não é ele que dá presente, é minha mãe, que ganha dinheiro no serviço e compra.” (O ESTADINHO, 24/12/1972).

Figura 104 – Tirinha problematizando a relação do homem com a natureza e consumo



Fonte: O Estadinho (23/12/1984, p. 9) – Acervo da autora

Figura 105 – Tirinha elaborada por José Carlos, sobre a relação Natal e nascimento de Cristo



Fonte: O Estadinho (22/12/1985, p. 12) – Acervo da autora

Três pequenos textos, cada um com uma mensagem sobre o Natal. O primeiro e o último foram escritos por leitores de *O Estadinho*, crianças que mostraram sua imagem sobre uma das datas comemorativas mais esperadas por muitas crianças. O motivo: receber presentes do “bom velhinho”. Em contraste com esses dois recados, em que o presente aparece como algo indispensável à data, a mensagem de Elias Andrade, vai na direção contrária, afinal, de que vale um presente “comprado” se não há liberdade para brincar?

É possível compreender como por meio de diferentes formas, a data celebrativa que se vincula à infância. Primeiro por se tratar de um nascimento, a vinda do menino Jesus e, segundo, pela tradição do presente, principalmente do presente para a criança. Estratégia muito bem desenvolvida pela indústria cultural.

Porém, o que interessa aqui é perceber como, no suplemento *O Estadinho*, o Natal e sua comemoração ajudaram a traçar um modelo ou representação de uma vida infantil desejada, reconhecida. Assim, foi possível identificar algumas mudanças e permanências também nesse tipo de comemoração que, de acordo com Veiga e Gouvea (2000), seguiam um viés de assistência, de filantropia e de caridade¹⁰⁰. Natal e Dia das Crianças se mantiveram presentes nos exemplares de *O Estadinho*, entretanto, sem dirigir as datas a determinados grupos sociais. Ambos foram marcados como celebrações da infância de classe média e alta. As representações de festas, as ideias de presente e de consumo, os passeios e as férias mostravam uma vida infantil homogênea. Crianças escolarizadas, com hábitos de arte, estrutura familiar tradicional (nuclear) e poder de consumo, em outras palavras, representantes da classe média que ascendia visivelmente na década de 1970 e que, de certa maneira, o próprio suplemento ajudou a produzir. Assim, pode-se perceber que o hábito do presente associado ao Natal e à figura do Papai Noel se expressa fortemente nos depoimentos de crianças com idades

¹⁰⁰ Em seus estudos sobre as celebrações infantis, a partir da oficialização do Dia da Criança no Brasil, no ano de 1923, as autoras destacam o Natal como uma data também celebrativa à infância, porém, com um apelo à criança carente, marginalizada e desprovida de recursos. Entretanto, a esse clamor e olhar à pobre criança, ao discurso da solidariedade, da caridade e da filantropia, ecoavam, também, as benfeitorias de um grupo social, capaz de salvar aquelas criaturas desprovidas de atenção. Seria um discurso que serviria tanto para mostrar a situação das crianças carentes, mas, também, para comprovar quem as assistia. Tais movimentos eram ‘distintos’, nas palavras de Veiga e Gouvea (2000, p. 144), uma vez que o Dia das Crianças destinava-se a celebrações escolares que, em grande medida, eram “[...] marcada[s] pelo ideal de criança civilizada com hábitos e valores homogeneizados [...]”, ou seja, destinadas a uma determinada parcela social, contrapondo-se com as comemorações natalinas, marcadas como “ato comemorativo da criança pobre” (VEIGA; GOUVEA, 2000, p. 145), pois, o Natal que, nessa perspectiva, tornava-se “[...] o dia da mais alta significação para o assistencialismo, era também o dia clímax de se celebrar a filantropia e as ações de caridade.” (VEIGA; GOUVEA, 2000, p. 146).

entre três e oito anos, que, quando indagadas sobre o que era o Natal, responderam: “Natal é brinquedo, ora. O Papai Noel traz brinquedo.” (O ESTADINHO, 24/12/1972); “Natal existe prá ter felicidade. Eu gosto do Natal porque o Papai Noel dá muito presente prá gente.” (O ESTADINHO, 24/12/1972).

São depoimentos de crianças que associam a data ao presente e à figura do bom velhinho de touca e roupa vermelha, evidenciando que a data para as crianças não possui uma referência religiosa ou de confraternização. Possivelmente, os meninos e meninas que responderam a essa enquête foram indagados por seus familiares sobre o que gostariam de ganhar, talvez tenham obtido acesso aos informes publicitários de revistas, jornais e da televisão, dando pistas acerca de uma infância consumidora. O próprio jornal *O Estado* exibia, tão logo terminasse as comemorações do Dia das Crianças, encartes publicitários motivando a compra de brinquedos para o Natal. Ganhar brinquedos no Natal, mais do que uma responsabilidade da família, tornava-se símbolo da comemoração natalina para as crianças. Tanto é que a promessa de ganhar presentes no Natal, não raramente, se vinculava ao comportamento da criança. “Se não se comportar o papai noel não vai dar presentes”¹⁰¹.

¹⁰¹ A frase dá título à reportagem veiculada pela *Revista Super Interessante* (versão *on-line*), de 8 de março de 2013, sobre as contradições cometidas pelos pais na hora de educar seus filhos. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/comportamento/10-se-nao-se-comportar-papai-noel-nao-vai-dar-presente/>>.

Figura 106 – Encarte Natal, lojas Pereira Oliveira

Natal BRINQUEDOS

Para quem gosta que a criança goste.

LPO

Ferroviana Estrela
O 2.º ferroviana fabricado no Brasil
Composto de 10 peças importantes.
Oferta LPO 4.990,
à vista
ou 3x Creditário LPO sem entrada

Ford Bate-e-Volta Estrela
Modelo de brinquedo e com novo layout.
Oferta LPO 2.790,
à vista
ou 3x Creditário LPO sem entrada

Super Auto Estrela
Baterias e 4 rodas grandes.
Oferta LPO 2.790,
à vista
ou 3x Creditário LPO sem entrada

Parabólica Sul-americana
LPO

Cargos Privada Salsitelle
25 rodas e motor.
Oferta LPO 3.690,
à vista
ou 3x Creditário LPO sem entrada

BRINQUEDOS você compra melhor na LPO.

Locomotiva Trem Cabota Salsitelle
25 rodas e motor.
Trem bate-e-volta, Minicam e caixa.
Oferta LPO 3.690,
à vista
ou 3x Creditário LPO sem entrada

Rebeca Márcinha Estrela
Cabeca e braços de Vi-Vivi. Pernas e
Cintão de plástico injetado. Caboto
enroscado e giratório. Olhos de dormir.

**Oferta LPO 6.690,
à vista
ou 3x Creditário LPO sem entrada**

Mickey Malt Estrela
Triciclo com porta-malas e buzina.
Rodas de plástico injetado.
Oferta LPO 4.270,
à vista
ou 3x Creditário LPO sem entrada

Bate-Bumbo Estrela
O primeiro brinquedo de plástico.
Oferta LPO 2.670,
à vista
ou 3x Creditário LPO sem entrada

Mali-Cargo Estrela
Você determina a carga e descarga.
Oferta LPO 3.090,
à vista
ou 3x Creditário LPO sem entrada

Boni-Gate Salsitelle
Uma brinquedo de plástico.
Giratório muito ligeiro.
Aperto diversas aberturas.
Oferta LPO 3.290,
à vista
ou 3x Creditário LPO

LPO LOJAS PEREIRA OLIVEIRA
A vista ou a prazo ninguém vende mais barato.

100% Condições

Fonte: O Estado (14/11/1981, p. 23) – Acervo da autora

O Natal para as crianças também estava vinculado à ideia de férias escolares, e, no ano de 1972, tais eventos representavam uma infância “perfeita”. A matéria que leva o título *Água: remédio sem cor, sem cheiro e sem gosto* expressa o cotidiano de uma criança em férias, partindo do pressuposto de que todas as crianças tinham férias – férias escolares – e que a desfrutariam do mesmo modo, ou seja, na praia e com seus familiares, como diz o trecho inicial da matéria:

Agora é férias, né? Todo mundo vai prá praia, leva carrinho, balde, os irmãos, pai e mãe. Brincar na areia é legal à beça, dá pra fazer estradinhas, cavar túnel, construir aquele castelão, maior do que o do ano passado, é tudo

diferente... A mãe ou a tia da gente não diz tanto: “não faça isso! Não entre com os pés sujos!” E a gente se sente muito bem na praia. (O ESTADINHO, 24/12/1972, p. 6-7).

Aqui, a ideia de homogeneização da infância está presente, dessa forma, excluindo dessa representação grande parte de meninos e meninas que não frequentavam a escola (e não teriam “férias escolares”), que não tinham família nuclear e que não poderiam passear nas praias (seja porque seus pais estariam trabalhando ou porque chegar à praia demandaria custos).

Durante os 15 anos de *O Estadinho*, a infância foi celebrada nessas duas datas, alguns eventos com mais ênfase e outros de modo mais singelo, entretanto, sempre destacando o lugar da infância e qual infância representava o modelo de vida infantil. Representações borradas entre o consumo e a bondade, amparadas em grande medida pelo afeto da família e o direcionamento escolar, ajudando a solidificar um perfil de pequeno cidadão. Uma criança escolarizada, consumista e que pouco a pouco se preparava para ser o “futuro da nação”.

Nos anos de 1980, começou a surgir um novo olhar sobre a criança que implicava, por conseguinte, no modo como o suplemento a retratava aos seus leitores.

No ano de 1984, o suplemento de 23 de dezembro dedicou quase todas as suas páginas à comemoração natalina, com músicas, textos, desenhos, mensagens, indicando uma estreita ligação entre a data e a infância.

E comemorar o Natal fora também, em alguma medida, um comemorar as férias, ou comemorar mais tempo para a brincadeira. Nos suplementos, geralmente anteriores à data Natalina, destacavam-se as férias e as possibilidades de desfrutar desse período, valorizado pelo infantil catarinense, o que faz com que se pense nas férias como um lugar e tempo de comemoração à infância. Uma comemoração especial para os meninos e as meninas que passaram de ano na escola e que não precisariam abrir mão de suas férias para estudar¹⁰². A grande oferta de atividades para atrair a criançada também se expressa fortemente nesse período, ou seja, se ativa nesse período uma espécie de comemoração à criança que obtém sucesso escolar.

Para gozar das férias escolares, *O Estadinho*, em 1984, apresenta, além da praia, outras possibilidades, o que permite dizer que há um reconhecimento de que não são

¹⁰² Nas décadas de 1970 e 1980, o sistema de ensino adotado por muitas escolas, inclusive o Colégio de Aplicação – UFSC, citado nesta pesquisa, oferecia, aos alunos que não alcançassem a média 7 no decorrer do ano (4 bimestres), realizar prova de recuperação para atingir a média estipulada. Geralmente, as provas de recuperação ocorriam no mês de dezembro.

todas as famílias que podem desfrutar juntas o período de férias escolares. Ainda que a infância, de certa forma, continuasse a ser representada a partir da vida de alguns de seus leitores, os editores do jornal infantil também destacavam atividades que contemplam crianças de várias idades e de diferentes condições econômicas. Em página dupla e com o título “Oba! Férias... Passeios... Brincadeiras”, foram sugeridas em forma de minicolunas 11 atividades. A maioria delas necessitava da companhia de um adulto e, possivelmente, de algum tipo de ingresso ou entrada que deveriam ser pagos, como sugere *O Estadinho* aos seus leitores: “Outra opção é explorar as diversas atividades que os clubes oferecem. Se você é sócio, vá até lá e descubra as oportunidades que eles lhe oferecem. Vai ser uma descoberta interessante.” (O ESTADINHO, 9/12/1984).

Florianópolis, a capital em desenvolvimento, contava – nesse período e somente na ilha – com quatro grandes clubes recreativos. Localizados em zonas cujo desenvolvimento também era crescente, eram símbolo de distinção e passaporte quase que obrigatório para uma vida em sociedade. Nos clubes, atividades para as crianças, como as colônias de férias, ajudaram a propagar com certa visibilidade a infância e também um mercado específico para elas, divulgados tanto no suplemento infantil, quanto no jornal *O Estado*.

Figura 107 – Encarte publicitário Paula Ramos Esporte Clube

**NÃO BRINQUE EM SERVIÇO,
CRIANÇA PARADA ENFERRUJA.**

**COLOQUE SEU FILHO NA
COLÔNIA DE FÉRIAS DO
PAULA RAMOS.**

NA COLÔNIA DE FÉRIAS DO PAULA RAMOS VAI SER ASSIM: ENQUANTO VOCÊ ESTIVER TRABALHANDO, SEU FILHO VAI CURTIR AS FÉRIAS MAIS GOSTOSAS DESTA TEMPORADA. ELE VAI PARTICIPAR DE RECREAÇÕES COMO FUTEBOL DE CAMPO, FUTEBOL SUIÇO, CORRIDA DE SACO, CORRIDAS DE BASTÃO, ESTOURO DE BALÕES E TANTAS OUTRAS. PARA MAIORES INFORMAÇÕES, LIGUE PARA OS SEGUINTE. NÚMEROS: 33-3948 e 33-0655. VAMOS, SEU FILHO MERECE CRESCER E APARECER MUITO NESTAS FÉRIAS.

- + Período de duração: 13 a 18 de fevereiro.
- + Horário: Das 08:00 às 18:00 horas.
- + Preço por Criança: Cr\$ 12.000,00
- + Almoço e lanche já incluídos no preço.
- + Turmas separadas por idade e acompanhadas por professores.

 Paula Ramos Esporte Clube
O Clube da Alegria.



Fonte: O Estado (18/12/1983, p. 19) – Acervo da autora

Os clubes, espaços privados, eram mencionados como proposta de passeio e atividade para as crianças e alguns espaços públicos também aparecem como sugestão, entretanto, um desses espaços se configura em local já bastante elitizado para a época, além de, para a atividade proposta, necessitar de um equipamento não muito acessível a todos, a bicicleta:

A Ciclovía fica na Beira-Mar Norte e é uma delícia, principalmente fim de tarde onde o pôr do sol é um dos mais lindos da Ilha. Lá você encontra os amigos, os pais dos amigos e até os avós dos amigos. Leve sua bicicleta e vá até lá curtir com a gente. (O ESTADINHO, 9/12/1984).

Pedalar era uma brincadeira inacessível para muitas crianças, pois, o custo de uma bicicleta era alto, e a cidade também não contava com espaços seguros para essa prática, também por ser a Ilha de Santa Catarina bastante acidentada geograficamente. O espaço construído na avenida Beira-Mar Norte, no início da década de 1980, atendia aos anseios e aos costumes de uma dada comunidade, moradora daquele bairro.

Espaços elitizados e brincadeiras, cujo suporte não era de fácil aquisição, mostravam um viés de vida infantil na Ilha, porém, havia – ainda que em menor proporção – sugestões de atividades que representam outras infâncias, por exemplo, a sugestão da brincadeira de pipa, bastante comum em Florianópolis, principalmente nos morros e zonas periféricas. “Procure um lugar jóia para soltar sua pandorga! Mas antes, faça você a sua pipa. Papel de sede, linha, cola e bambus nas mãos e solte sua criatividade. A sensação de fazer algo voar faz bem para nossa cabeça.” (O ESTADINHO, 9/12/1984).

Uma lista de outras brincadeiras que também compunham a matéria eram atividades que não demandavam materiais ou sugeriam materiais de baixo ou nenhum custo. A infância comemorada nas férias, nesse sentido, apresenta-se um pouco mais plural, possivelmente fruto de uma nova mentalidade atrelada também à construção de uma política editorial de *O Estadinho*, cujo olhar se voltava para a criança catarinense especialmente.

Assim, a comemoração natalina, no ano de 1984, representou ou tentou representar uma infância ainda mais abrangente. Ou seja, o suplemento, por meio de algumas matérias e depoimentos, evidenciava a existência de outros tipos de viver a infância. Nas colaborações das crianças, o Natal passava a se representar, também, pelos preceitos religiosos (claro, as escolas que contribuía para as seções de colaboração se deixavam reconhecer por essas escritas, ainda que pequenas e bastante pontuais). Nisso, evidencia-se que as infâncias se diferenciavam até mesmo pelos locais onde as crianças estudavam.

Para essa edição Natalina, as atividades realizadas pelas professoras, Tia Angela e Tia Denise, do Colégio Coração de Jesus, e Maria Alice Batista, do Colégio de Aplicação chamaram a atenção. As diferenças começam no tratamento à professora, no espaço concedido e no número de publicações. Logo nas primeiras páginas do suplemento, encontram-se as percepções dos alunos do Colégio Coração de Jesus, 31 crianças puseram no papel suas ideias sobre o Natal. Com idades entre 5 e 6 anos, quando indagadas sobre o que era o Natal vincularam suas respostas à alegria, aos presentes, ao Papai Noel, entretanto, também, ao rezar e ao nascimento de Cristo, coincidindo com a filosofia católica da escola.

“Natal é o dia do aniversário do Menino Jesus” – Mariana, 6 anos;

“Natal é o nascimento do Menino Jesus” – Fernanda, 6 anos;

“Natal é o dia em que nasceu Jesus” – Tatiana, 6 anos;

“Natal é rezar” – Tatiana, 6 anos;

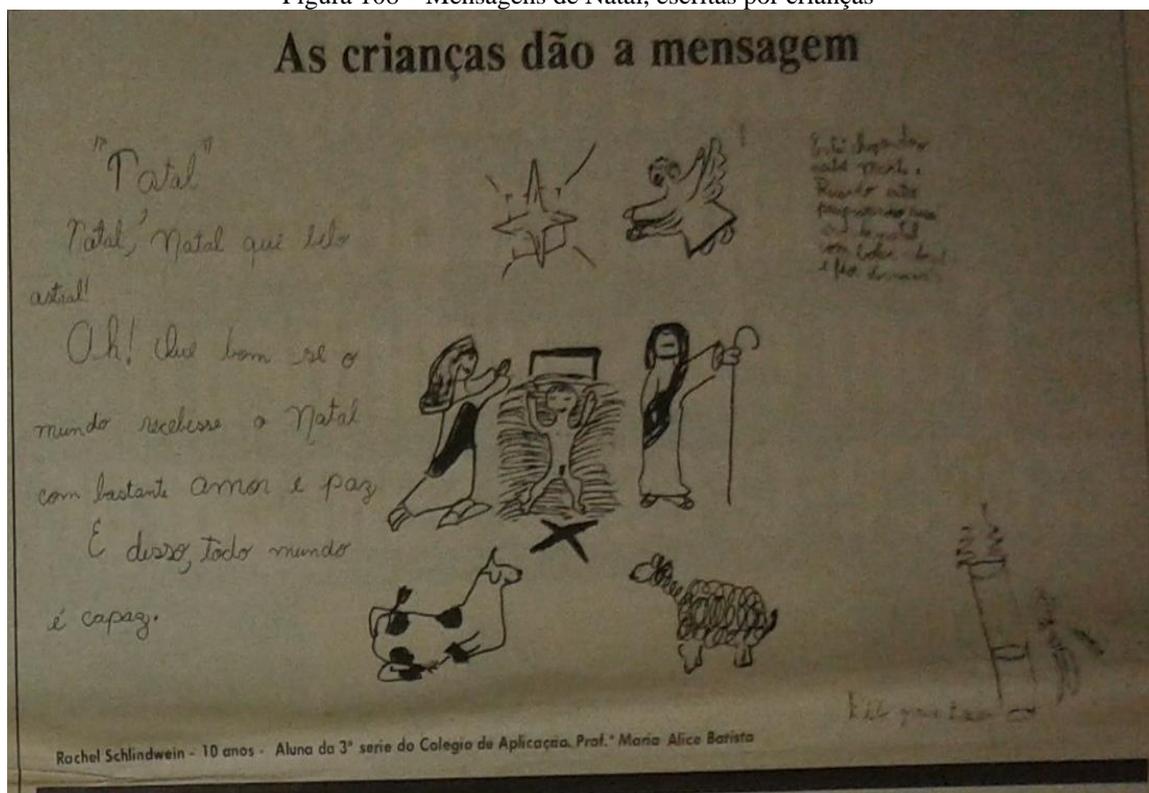
“Natal é uma árvore cheia de presentes” – Sílvia, 6 anos;

“Natal é quando a gente ganha presentes” – Maria Fernanda, 6 anos;
 “Natal é uma árvore com presentes” – Luciana, 5 anos. (O ESTADINHO, 23/12/1985, p. 4).

Ainda com um simbolismo cristão, a aluna da professora Maria Alice Batista, do Colégio de Aplicação, foi a única criança a ter publicado na penúltima página do suplemento, sua ideia sobre o Natal. A menina de 10 anos, Rachel Schlindwein, fez uma composição com desenhos e “versos”, que alimentavam uma representação de Natal bastante católica, entretanto, em um de seus versos aparecem valores relacionados ao bem comum e uma preocupação social, talvez relacionado a fatores como desigualdades, problemas ambientais, violência, etc.

“Natal”
 Natal, Natal que belo astral!
 Ah! Que bom se o mundo recebesse o Natal com bastante amor e paz.
 E disso, todo mundo é capaz. (O ESTADINHO, 23/12/1985, p. 11)

Figura 108 – Mensagens de Natal, escritas por crianças



Fonte: O Estadinho (23/12/1985, p. 11) – Acervo da autora

O Natal tomava *status* de comemoração infantil, primeiro – como indicam as pesquisadoras Veiga e Gouvea (2000) – por uma questão assistencialista e de caridade à criança pobre e, em segundo, como pode-se perceber em *O Estadinho*, não mais estava em evidência a infância pobre, mas uma infância consumidora.

Tal fato expressa o movimento de consumo em algumas datas, já consolidado e criticado naquele momento em outros países, como fez o suplemento da revista infantil *El Acordeón – El Cambalache*, que mostrava aos seus leitores como certas datas e, em especial o Natal, se deixam afetar pelo consumo e pelo exagero publicitário:

Hay días y épocas del año em que los anuncios para los niños son más numerosos. Los sábados por la tarde podemos ver montones de ellos; de yoghourts, de muñecas, de juguetes mecánicos, de alimentos que te harán más fuerte. Cuando se acercan las Navidades suele haber um auténtico bombardeo de anuncios de juguetes. (EL CAMBALACHE, 10/1976, p. 1).

Em 1985, a edição que comemora o Natal, sem abrir mão do presente, dá outro sentido ao ato, relacionado em grande medida a uma atividade comercial. Os editores de modo criativo e divertido usaram a chegada do cometa Halley, como estratégia para desvincular o ato de presentear a uma ideia de consumo. A chegada do cometa seria para os editores “Um presente para todos” (O ESTADINHO, 22/12/1987, p. 1), como estampou a capa do infantil catarinense. Ainda que vinculada ao bom velhinho, a mensagem natalina de *O Estadinho* para seus leitores deu a ver uma ideia de Natal para todos, independentemente de a criança estar na escola, de sua família ter uma estrutura nuclear ou, ainda, de possuir acesso aos bens de consumo. Uma representação mais próxima a uma infância plural. O cometa era o presente acessível a todos, ou pelo menos todos que quisessem vê-lo ou acreditar na sua passagem.

Figura 109 – Mensagem dos editores de *O Estadinho*

Todo mundo fala em natal. Se vocês forem pro centro da cidade, garanto que vocês vão ficar quase malucos com a correria. É gente pra todo lado, entrando e saindo de lojas. Tudo por causa da história de presentes de natal. Aí, nós aqui do Estadinho achamos que também tínhamos que dar um presente aos nossos leitores, que afinal de contas, passam um tempão junto com a gente todos os domingos. Só que a gente decidiu que não ia entrar na correria. Bem pelo contrário. Resolvemos que o presente tinha de ser pra todos, inclusive pra nós mesmos. Um presente que não tem nenhum valor que possa ser contado em dinheiro, uma coisa linda, que todo mundo goste, um presente único, o maior de todos. Uma coisa que ninguém nunca mais vai esquecer. Ninguém mesmo. Porque é, de verdade, pra todos. Do mundo inteiro. E vai chegando aos pouquinhos. Pra nós, e pra todos, valeu Papai-Noel, obrigado pelo cometa de Halley.

Fonte: O Estadinho (22/12/1987, p. 2) – Acervo da autora

A infância, destacada no suplemento catarinense, por meio das comemorações, de forma nuançada, vai se apresentando e se representando de maneiras distintas. Não há um consenso ou uma ideia de infância homogênea durante a trajetória de *O Estadinho*. A infância, como categoria social, sofre alterações, mudanças que impactam diretamente na forma como se representa ou, como se pode ver, nas várias formas que são representadas. Quanto à comemoração natalina, a vinculação a uma infância consumidora está fortemente presente em todo o período estudado. A infância pobre, citada no suplemento de 1972, não é comemorada – no sentido de que crianças empobrecidas também comemoram o Natal – mas é reconhecida. O jornal infantil faz ecoar uma representação de infância muito específica de crianças da classe média em ascensão, de crianças estudantes, consumidoras, que incorporam hábitos de distinção (BOURDIEU, 1983). Entretanto, essa infância não pode ser pensada como a mesma,

pois, ainda que seus atores sejam os mesmos – crianças – a ideia de infância vai, mesmo de modo muito sutil, se modificando e mudando também a visão a respeito da criança.

São muitos os fatores que interferem nesse olhar e provocam essas mudanças na ideia de infância e criança. A família, classe social, escola, o governo, a comunidade em que vive, o grau de instrução de seus familiares e a conjuntura política e econômica são exemplos de como a infância foi sendo moldada por esses condicionantes e ganhando cada vez mais um sentido plural, de infâncias.

Dia das Crianças e Natal são datas bastante representativas, sobretudo porque a primeira foi instituída especialmente para elas, as crianças; e a segunda por que, em sua essência, comemora o nascimento do menino Jesus, ou seja, o nascimento de uma criança. Entretanto, a infância não foi comemorada apenas com essas datas. Outras datas ecoaram no mundo infantil com muita força, mostrando uma representação diferente da infância e das crianças. De salvadores da pátria a críticos de seu país, o suplemento coloca em evidência a emergência de uma infância crítica, buscando a consciência política e o engajamento social. Em períodos distintos, mas que de certa forma promoveram uma visibilidade à infância por meio de uma data cívica.

5.4 INDEPENDÊNCIA NÃO SE GANHA NO GRITO: COMEMORAR O SETE DE SETEMBRO

A alegre manhã do dia 7

Nesse dia a alvorada acordou mais cedo, nos Quartéis e nos lares. As tropas passavam pelas ruas da cidade, numa Grant – première do grande desfile rumo à Avenida. *Os alunos dos Colégios da Capital deixavam isoladamente suas casas como peças importantes de um grande mosaico colorido* que haveria de desabrochar também na Avenida, lugar marcado para aplicadas lições de civismo. Um sol tímido, mas generoso, iluminou a passarela por onde desfilariam, com pompa e circunstancia, *sete mil escolares* e dois mil militares. Entre os colégios, vigorou uma sadia competição, cada qual querendo superar os demais educandários, na marcha compassada pelo ritmo dos tambores, nas evoluções das suas belezas ou na irrepreensível unidade marcial de todo o conjunto. Na plateia, as preocupações não eram diferentes: os pais dos *garbosos estudantes* identificavam os filhos em plena marcha e estabeleciam comparações com os outros colégios, igualmente patriotas, mas seguramente não tão hábeis nas suas evoluções. Nas calçadas, nas janelas e até nos telhados – pouco convencional, mas também um honrado mirante cívico – *crianças e adultos se identificaram na alegria comum de festejar o Sesquicentenário da Independência*. Num desfile tão aplicado e a um só tempo alegre e respeitoso, que D. Pedro I só pode tê-lo aprovado. (O ESTADINHO, 9/9/1972, Caderno II, grifos nossos).

Uma das datas cívicas que mais mobilizou o imaginário nacional, sem dúvida, foi a Independência do Brasil¹⁰³. Ligado ao passado, presente e futuro, o evento comemorativo traz à tona um conjunto de representações sobre o momento em que se viveu o processo de independência, porém, se atualiza a cada ano celebrado, na medida em que relaciona fatos vividos no presente, sem deixar de projetar-se ao futuro. Lembrando que um evento passado é:

[...] algo que nunca poderemos possuir. Porque quando percebemos que aconteceu, os fatos já estão inacessíveis para nós: não podemos revivê-los, recuperá-los, ou retornar no tempo como em um experimento de laboratório ou simulação de computador. Só podemos *reapresentá-los*. (GADDIS, 2003, p. 17).

O sesquicentenário foi, certamente, um valioso trunfo para o governo militar “[...] estabelecer uma ligação entre passado e futuro [...]” (SOSNOSKI, 2013, p. 25), ajudando a por em prática um projeto de nacionalização que abarcava, também, a infância. Visando à aceitação pública, essa comemoração fez dos acontecimentos do passado uma ponte para a projeção de um futuro exitoso, no qual a escola e as crianças tornaram-se o grande alvo.

Comemorada no dia Sete de Setembro, a Independência do Brasil tem como um de seus ícones a figura de Dom Pedro e sua bravura para com a coroa portuguesa, que lhe concedeu o título de grande defensor e incentivador de uma pátria independente. A data cívica, marcada com euforia no calendário oficial do Brasil, não é a única, mas, sem dúvida, é a que mais tem destaque nacional. Comemorada como feriado e nas ruas (onde se expressa por meio das instituições e de órgãos públicos), tem a infância como importante aliada, destacada nos discursos políticos e nos desfiles que homenageiam a pátria. Não por acaso, reportagens de revistas, matérias de jornais e outros tipos de impresso optaram por registrar os eventos de rua (desfiles) com fotos de crianças escolarizadas, marchando com outros colegas, mimetizando uma atividade por excelência. Os textos que circulavam nos jornais após a celebração não deixavam de destacar com certa ênfase a participação das crianças na festa da independência,

¹⁰³ Tal afirmação baseia-se no número de vezes em que essa celebração é evocada nos suplementos infantis, desde a *Revista Infantil Tico-Tico* (1905-1962) até os suplementos mais recentes como a *Folhinha* de São Paulo e *O Estadinho*. Comemorar o Sete de Setembro envolvia um rito marcado não apenas por festejos organizados pelo governo. Os jornais frequentemente apresentavam alguma matéria destinada à rememoração do fato histórico. As escolas, além do envolvimento com os tradicionais desfiles, promoviam concursos e disseminavam a conhecida “Semana da Pátria”, envolvendo variadas atividades culturais. Os suplementos infantis, de certa forma, ajudaram a ecoar essas manifestações que circulavam nos impressos que os gerava, bem como validavam as atividades escolares ligadas ao Sete de Setembro, promovendo em suas páginas concursos de redação e apresentando a seus leitores imagens de atividades escolares em que a Independência do Brasil se fez presente.

principalmente aquelas escolarizadas. A criança sadia, de família nuclear, acompanhada dos pais, também teve destaque nos meios impressos; os ideais patrióticos deveriam estar na escola, mas também no ambiente familiar, dotado de uma representação bastante tradicional, porém, longe de ser o “retrato” da família brasileira.

A escola se caracterizava no *locus* dessas “lições de civismo” e no período ditatorial tinha a incumbência de difundir os ideais do regime militar, inclusive com a criação da disciplina Educação Moral e Cívica¹⁰⁴, em 1969.

A educação cívica foi uma das formas encontradas para constituição de um novo modelo de nação que se pretendia construir, pois, estava centrada na formação de cidadãos patriotas e religiosos, que valorizassem a família, a moral e trabalhassem para o crescimento da nação. (PLÁCIDO, 2014, p. 5).

¹⁰⁴ “Decreto-Lei n. 869, de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País e dá outras providências. OS MINISTROS DA MARINHA DE GUERRA, DO EXÉRCITO E DA AERONÁUTICA MILITAR, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, DECRETAM: Art. 1º É instituída, em caráter obrigatório, como disciplina e, também, como prática educativa, a Educação Moral e Cívica, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País. Art. 2º A Educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem

A) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;

b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;

c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;

d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua História;

e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;

f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;

g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum; o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.”

(DECRETO-LEI n. 869/1969. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 jul. 2016).

Figura 110 – Desfile cívico em comemoração a Independência da República



Fonte: O Estado (3/9/1972, p. 10) – Acervo da autora

As comemorações da Independência do Brasil, geralmente, envolvem rituais bastante elaborados que foram se modernizando, se (re)significando e incorporando elementos e temas da atualidade para dar outros sentidos e lutar contra o esquecimento, provocando ou produzindo novas tradições. Assim, a celebração da Independência do Brasil é destacada como um evento memorialístico, uma “tradição inventada”, compreendido por Eric Hobsbawm (1997, p. 9) como:

[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.

O historiador londrino complementa sua tese, relacionando a “invenção da tradição” à própria história, porém, desvinculando-a da memória e tomando-a como uma seleção necessária para a condição que implique “tradições inventadas”, as quais, segundo ele, podem se coadunar em três grupos, sendo dois que possuem maior relação no que se refere ao caráter de invenção: “[...] b) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, *status* ou realizações de autoridade, e c) aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de ideias, sistemas de valores e padrões de comportamento.” (HOBSBAWM, 1977, p. 17).

Os eventos relacionados a uma celebração de data cívica são, em grande medida, eventos cuja organização parte de instituições ligadas ao Estado, que atua por meio dos rituais que estabelece com o intuito de legitimar seus próprios valores, ideias e representações, os quais são amplamente difundidas nesses momentos comemorativos. Desse modo, a data que comemora a Independência Brasileira, cujo ápice é o Desfile de Sete de Setembro, costuma envolver em seus rituais fatores ligados à economia, à vida social e política do país e até mesmo a eventos esportivos de grande porte, como a Copa do Mundo. Trata-se de um emaranhado de ações, em “[...] uma intrínseca relação com articulações envolvendo ‘passado, presente e futuro’ [...]” (PERIN, 2014, p. 70). Contudo, significa uma reinvenção constante da tradição, o que pode ser lido como uma descontinuidade na continuidade, como bem sinaliza Hobsbawm (1997), ao relatar a evocação do nacionalismo na Suíça e na França, uma vez que se criam determinadas situações para por em cena ideias e modelos, porém, passado algum tempo, voltam-se a elas com novos elementos para fazer circular ideias e modelos ainda ancorados no passado. Assim, o ano de 1972 fez evocar, por meio da comemoração dos 150 anos da Independência, o sentimento nacionalista, de dever ao país, de nação unida, forte e ordeira, de Brasil como exemplo para o mundo, remetendo ao sentimento nacionalista expandido – especialmente a partir dos anos de 1920 e com o Estado Novo (1937-1945), porém com novos elementos, mas reinventado aquilo que já havia sido criado.

Os livros escolares foram grandes semeadores do propósito nacionalista, no início do século XX, quando havia, por parte do governo, receio de que os contingentes imigratórios dissipassem os elementos julgados como da cultura nacional (como a língua, a religião e outros hábitos que conferiam uma identidade particular), portanto, seriam uma “ameaça” ao país e ao seu ideal de nação. Nesse sentido, a divulgação da ideia – presente nesses livros – de que o Brasil era uma nação forte, rica e em pleno desenvolvimento foi, ao longo de anos, sendo reinventada. Ou seja, os elementos que seguem no discurso, como a ideia de nação, continuaram a circular como forte elemento de tradição, mas, nas rupturas se modificam, se reinventam, incorporando novos elementos, porém, ainda remontados a aspectos já vividos/experimentados.

Como exemplo, a pesquisa de Ricardo Oriá (2011)¹⁰⁵ aborda alguns momentos, desde 1900, em que o nacionalismo esteve em evidência, tanto na literatura infantil

¹⁰⁵ Trata-se de um estudo de doutorado que permite conhecer a obra do escritor Viriato Corrêa, entre os anos 1934-1961, o estudo aborda a literatura infantil e a História do Brasil. *O Brasil contado às crianças: Viriato Corrêa e a literatura escolar para o ensino de História (1934-1961)*, USP (2009).

quanto nos livros considerados didáticos. Ainda que sob diferentes aspectos, o nacionalismo foi evocado, seja pelo viés emocional-patriótico, como o amor à natureza; seja por meio de discursos para a construção de uma cidadania visando um país industrializado e trabalhador; ou pela escola, por meio da disciplina de Educação Moral e Cívica e a disseminação de valores referentes à adoração da pátria, sempre em consonância e como forma de representação de determinados grupos sociais.

Sob diferentes marcadores temporais, o ideário nacionalista ansiou pela formação de um sentimento patriótico. Em 1972 o governo militar cria uma atmosfera de amor e idolatria a pátria, motivados sesquicentenário da Independência da República, mas lá no começo do século, em 1900, as comemorações referentes aos 400 anos de descobrimento do país também produziram um ambiente voltado a adoração do Brasil. Nessa ocasião, os discursos circulantes naquele início de século usavam as riquezas naturais, a grandeza do país e sua beleza como estratégia para o desenvolvimento desse espírito nacionalista. Trata-se, portanto, da conformação de elementos do passado que os atores do presente reinventam e convidam a difundir, como ocorreu também nos anos 2000, quando, obviamente, o país celebrou os 500 anos de descobrimento e, em Lisboa (Portugal), dois anos antes, quando participou de forma bastante suntuosa da Expo-98. “O governo brasileiro procurou construir um pavilhão monumental, ocupando 1.300 metros quadrados e explorando fartamente nossas mais conhecidas e propagadas belezas naturais e riquezas culturais.” (GOMES, 2016, p. 93).

Já, nas décadas de 1920 e 1930, o ideal nacionalista foi evocado sob o aspecto do desenvolvimento do país, dos processos de industrialização, das valências ligadas ao trabalho e à economia, materializados também na criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Entretanto, mais à frente, com o governo militar no comando, a partir de 1964, o nacionalismo entrou em favor da ordem nacional. A ideia de um país limpo, organizado e controlado foi difundida e colocada como uma condição para o desenvolvimento.

A perspectiva de futuro estava presente e tomou força com eventos que ajudaram a enaltecer ainda mais os propósitos nacionalistas, criados pela ditadura militar. Tanto a Copa do Mundo de Futebol de 1970 – quando o Brasil consagrou-se campeão – quanto as comemorações do Sesquicentenário da Independência produziram um sentimento de pátria unida em prol do progresso, da vitória e da ação. O *slogan* “Pra frente Brasil”, letra da música que embalou o evento esportivo de 1970, em dois anos foi transformado em *slogan* publicitário, como é possível ver em comercial do jornal em

O Estado (1972), inclusive, com a popularização do termo “pra frente Brasil”, que ressoou, também, em uma das redações de comemoração aos 150 anos da Independência, que ganhou as páginas de *O Estadinho*.

Figura 111 – Encarte publicitário do Banco Nacional da Habitação

Está na hora de mudar a letra de "Prá frente, Brasil." Já somos 100 milhões em ação.

É incrível como este País anda depressa. Ontem, no hino de Miguel Gustavo, eram "noventa milhões em ação". Hoje, eis-nos diante de 100 milhões de habitantes. Mas, se a gente lembrar que o Brasil é um dos países que mais crescem no mundo, esta notícia nada tem de extraordinário. Extraordinário é ver a integração de um país com 8.500.000 km² de superfície e apenas 150 anos de Independência. É ver, em cada realização, a consolidação dessa Independência: Transamazônica, Embratel, 200 milhas, Mobral, Pro-terra, Pro-vale, PIN, Prodoeste, Petrobrás, Embratur, Embraer, controle de inflação, aumento das exportações, aumento do PNB, Sudene, BNB, Sudam, Projeto Minerva, Projeto Rondon, PIS, FGTS, etc, etc. Para onde olhamos vemos

um Brasil se afirmando como Nação, partindo para ser grande potência.

Este 21 de agosto em que nós, do BNH, completamos 8 anos, é mais um motivo para nos orgulharmos de tudo isso. Mas não nos orgulhamos só por ter financiado, nesses 8 anos de atividades, 800.000 unidades residenciais, nem por saber que nos próximos anos vamos financiar centenas de milhares.

A ação do BNH no financiamento do PLANASA, Plano Nacional de Saneamento, em colaboração com os Estados e Municípios, é tão gigantesca quanto a que o Banco empreende no Plano Nacional da Habitação. Porque, através do PLANASA, milhões de famílias, das capitais e cidades do interior, contarão com modernos sistemas de abastecimento de água e redes de esgoto.

O fato de talvez você desconhecer esta parte do nosso trabalho, não nos deixa menos confiantes para continuar encarando o futuro com otimismo conscientes das nossas responsabilidades.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

 BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO

O Banco dos 100 milhões de brasileiros.

Fonte: *O Estado* (20/8/1972, p. 3) – Acervo da autora

Os desfiles cívicos de Sete de Setembro de 2014 tiveram como temas “Diversidade Cultural”, “Água e Sustentabilidade” e “Regiões do Brasil”, e muitas cidades brasileiras, incluindo o Distrito Federal, aderiram a esses temas. É possível que, no ano que o Brasil sediou a Copa do Mundo (2014), o esporte, e com ênfase o futebol, fosse um tema de relevância para os desfiles cívicos, mas, possivelmente o fracasso na Copa afastou essa possibilidade. Isso fornece indícios a respeito das relações de aproximação entre comemorações patriotas e eventos civis. Em 2002, por exemplo, quando o Brasil ganhou a Copa do Mundo na Coreia/Japão, os desfiles foram à forra homenageando o esporte, foi possível ver a representação de um país pelo esporte, refratando, em parte, o imaginário de um povo. Novamente, lançou-se a ideia de união, pátria forte, povo lutador e vitorioso.

No ano de 1972, as comemorações da Independência se voltaram para a glorificação do passado, a exaltação do presente e a promessa de um futuro. A festa, como ressaltou a pesquisadora Janaína Martins Cordeiro (2012):

[...] deveria ser capaz não somente de celebrar os 150 anos da independência do país – a escolha das datas nacionais, dos heróis e dos grandes acontecimentos do passado que deveriam ser recuperados -, como também de celebrar o momento de grandeza, de acelerado crescimento econômico e o *otimismo* crescente que envolvia segmentos significativos da sociedade brasileira naqueles primeiros anos da década de 1970. (CORDEIRO, 2012, p. 17).

A festa do sesquicentenário também não se restringiria ao Sete de Setembro, apesar de esse ser o auge das comemorações ou a coroação da celebração. O ano de 1972 seria todo festivo, marcado por eventos que atestavam que “[...] o futuro chegara justamente quando a Nação completava 150 anos.” (CORDEIRO, 2012, p.17). Não seria preciso incrementar os desfiles, nem pintar o céu com cores que não fossem o verde e o amarelo. Para enaltecer ainda mais a memória do Grito do Ipiranga¹⁰⁶ e criar uma representação de jovem nação próspera, criou-se uma comissão de comemoração dos 150 anos Comissão Executiva Central - CEC, de forma que os preparativos foram iniciados em outubro de 1971, com a instituição dessa Comissão Nacional para programar e coordenar os eventos do sesquicentenário, fornecendo ares de que o investimento seria grande (CORDEIRO, 2012). Dela fizeram parte: Ministros da Educação, das Relações Exteriores, da Marinha, da Aeronáutica, do Exército, da Justiça, chefes dos gabinetes militar e civil da Presidência da República, os presidentes do conselho Federal de Cultura, do Instituto histórico e geográfico brasileiro, da liga da Defesa Nacional da Associação de Emissoras de Rádio e TV, da Associação Brasileira de Rádio e TV, sendo a comissão presidida pelo General Antônio Jorge Correa (CORDEIRO, 2012).

Assim, em 1972, as ações de rememoração do grito de independência foram muitas, mescladas com o bom período econômico, momento de pujança e modernização, o que impulsionou o lançamento de livros, selos comemorativos e álbuns de figurinha comercializados, músicas em ritmos alegres, eventos esportivos (como a minicopa), propagandas ufanistas e filmes (como *O Inconfidente* e *Independência ou Morte*) protagonizados pelos mais aclamados atores e atrizes brasileiros do período,

¹⁰⁶ Grito do Ipiranga, relaciona-se ao momento em que Dom Pedro, às margem do Rio Ipiranga em São Paulo, decretou a Independência do Brasil em relação a Portugal, após leitura de cartas e decretos vindos de Lisboa e do Rio de Janeiro.

como, aliás, sinalizou uma das revistas semanais daquele ano referente ao filme *Independência ou Morte*:

Em 108 minutos não se conta, naturalmente, a história inteira da Independência. A parte selecionada mobilizou o que é certamente a maior constelação de astros do cinema e da televisão brasileira. A produção tomou o cuidado na procura de lugares históricos que servissem de autêntico pano de fundo. Até a cena do grito imita o quadro de Pedro Américo, e é igual o número de pessoas – trezentas – colocadas numa e noutro. (REVISTA VEJA, 6 setembro 1972, n. 209, p. 112).

Tais imagens, veiculadas na televisão em expansão, no rádio, nos meios impressos, cinema, teatro e em outros, remetiam diretamente ao momento imortalizado pelo célebre quadro pintado pelo paraibano Pedro Américo: “O Brado do Ipiranga”. Não por acaso que muitas empresas usaram a pintura de Pedro Américo para estampar seus anúncios publicitários. A imagem, considerada por muito tempo um “retrato” fiel da Independência, também circulava com frequência nos livros didáticos, e o álbum de figurinhas comemorativo ao sesquicentenário (lançado em pelo menos dois números) destacava a imagem do Presidente General Emilio Garrastazu Médici, com os heróis nacionais tidos como os próceres da Independência, além, é claro, ao do símbolo da emancipação brasileira: Dom Pedro sobre o cavalo branco, erguendo sua espada e falando a seus combatentes “Independência ou Morte!”.

Figura 112 – Álbum de figurinhas em homenagem ao Sesquicentenário I



Fonte: Álbum de figurinhas “Brasil minha Pátria” (1972) - Acervo da autora

Figura 113 – Álbum de figurinhas em homenagem ao Sesquicentenário II



Fonte: Álbum de figurinhas “Brasil minha Pátria” (1972) - Acervo da autora

Portanto, não foi uma semana ou um dia em festa, mas, um ano. E todos esses elementos, durante mais de um ano, fortaleceram o projeto de modernização tão almejado pela ditadura, a ênfase na industrialização, na limpeza, na educação para todos, no esporte, também para todos, o elemento patriotismo como chave para o êxito desse projeto. A infância também esteve nesse projeto. Investir na infância nessa época também foi algo modernizador e o próprio suplemento infantil catarinense é expressão desse tempo. Por meio de *O Estadinho*, ainda que não continuamente – já que o tema sobre a Independência teve espaço apenas no concurso de redação – se promoveu, em certa medida, uma educação para a pátria.

O marco das comemorações cívicas do Sete de Setembro de 1972 iniciou com a transladação dos restos mortais de Dom Pedro I ao Brasil diretamente de Portugal.

A 11 de abril, o esquife com os despojos de d. Pedro I deixaria Lisboa, a bordo do Funchal, seguindo para o Brasil, onde aportou na cidade do Rio de Janeiro em 22 de abril. [...] Ao adentrar nas águas territoriais do Brasil, a esquadra luso-brasileira foi saudada por aviões da FAB e, em 22 de abril de 1972, em cerimônia realizada no Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, na cidade do Rio de Janeiro, o presidente português entregou os restos mortais de d. Pedro ao Brasil. [...] A chegada dos restos mortais de d. Pedro I foi assistida por cerca de 5 mil pessoas, que suportaram o atraso de 40 minutos na entrega dos despojos e mais o cerimonial (que durou cerca de uma hora). (ALMEIDA, 2008, p. 2).

O retorno ao Brasil dos restos mortais daquele que se imortalizou como o prócere da Independência brasileira conformava um cenário de “[...] situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória.” (HOBSBAWM, 1997, p. 10). Tal evento surgiu carregado de símbolos e ritos, em confluência com a produção de uma atmosfera patriótica, cívica e nacionalista, elementos que visaram construir uma representação de Brasil ligando-se passado, presente e futuro de uma maneira e com um objetivo singular.

Eventos comemorativos materializaram-se pelo o país. Por meio da imprensa escrita, televisiva, nos meios de cultura, nas escolas, 1972 foi transformado em um ano de festa. A *Revista Veja*¹⁰⁷, por exemplo, desde seu lançamento (1968) destinava algumas páginas às comemorações patrióticas da Independência do Brasil, porém, no ano do sesquicentenário, foram 41 páginas de 132 destinadas à data, que representou mais de 30% da revista.

Em Santa Catarina, as comemorações do sesquicentenário materializaram-se de diversas formas, fazendo ressoar os discursos políticos e as ações que evidenciavam a magnitude de um país que havia chegado ao futuro, como discursou o presidente Emílio Garrastazu Médici em 31 de dezembro de 1971: “A Nação tem hoje a tranquila consciência de sua grandeza, em termos realistas, possíveis e viáveis. Temos agora a certeza de que o eterno país de futuro se transformou, afinal, no país do presente.” (MÉDICI *apud* CORDEIRO, 2012, p. 16). O discurso do então presidente ressoou, inclusive, em materiais publicitários. Por todos os lados, a associação entre a memória gloriosa do passado e a imortalização do pujante momento social, político e econômico do país objetivou criar um clima de grandiosidade e desenvolvimento, necessário à propagação do ideal de nação almejado por aquele governo.

¹⁰⁷ Veja, revista semanal de informação, lançada no ano 1968 pela editora Abril.

Figura 114 – Publicidade enaltecendo os 150 anos de Independência do Brasil

1972

O MAIOR ORGULHO DA RHODIA É ESTAR 100 ANOS ATRAS DO BRASIL.

Em 1872, a guerra de Bata de São Paulo dá origem à primeira indústria de café do Brasil. A Rhodia, então, funda a sua linha de tipos por ação, inaugurando uma nova etapa no desenvolvimento da indústria de café e produzindo o primeiro tipo de moedor de café lançado pela Rhodia e hoje conhecido pelas marcas de qualidade Topal, Realista, Rhodiana, Rhodich, Realista, Rhodiana II, Laranja, Topal, Café, D'Orca.

Em 1903, a Rhodia inaugura a Valeira. Em 1943, cria o primeiro tipo de café de exportação, o tipo de café de exportação, o tipo de café de exportação, o tipo de café de exportação.

Em 1951, cria o primeiro tipo de café de exportação, o tipo de café de exportação, o tipo de café de exportação.

Em 1962, inicia a produção de café de exportação, o tipo de café de exportação, o tipo de café de exportação.

Em 1972, inicia a produção de café de exportação, o tipo de café de exportação, o tipo de café de exportação.

RHODIA
 INSTITUTO DE INVESTIMENTOS

Fonte: Revista Veja, (6/9/1972, p. 16, 17) – Acervo online da Revista Veja

Figura 115 – Publicidade enaltecendo os 150 anos de Independência do Brasil

ERA CHEGADA A HORA DO CAFEZINHO

Café, 150 anos de divisas.

CAFÉ SOLVÉL BRASILIA

1972

Fonte: Revista Veja, (6/9/1972, p. 18) – Acervo online da Revista Veja

Slogans e propagandas circularam nos mais diversos meios de comunicação, calcificando a ideia de um país unido e glorioso que, em 150 anos, atingira não só a liberdade como também o desenvolvimento e o progresso. O jornal *O Estado* foi em boa medida difusor dessa mentalidade, pois, ao longo daquele ano comemorativo atuou como porta voz do governo militar, sendo o sesquicentenário, sem dúvida, uma importante representação para criar uma memória triunfal daquele presente cujos discursos políticos anunciavam ser majestoso.

Santa Catarina, não diferente, se colocou em marcha em prol da festa que homenageava os grandes heróis da pátria e enaltecia a nação brasileira. O ano de 1972 também festejava o centenário do tradicional e aristocrata clube da capital catarinense, o Clube 12 de Agosto, e o decenário do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), que se consolidava como o banco dos catarinenses.

Dos eventos que agitaram o Estado, o aniversário da Independência foi, com certeza, o mais aclamado pelos jornais e o que teve maior investimento ao longo do ano. Até mesmo o suplemento infantil *O Estadinho*, recém-chegado ao público, emprestou suas páginas para homenagear a pátria, promovendo um concurso de redação, com direito a regulamento, jurados e premiações.

Figura 116 – Independência do Brasil ganha concurso em *O Estadinho*

O ESTADINHO
Florianópolis, Domingo, 27 de agosto de 1972 – No. 15



Foto de ELAINE BORGES

independência
do
Brasil
é o tema do
Concurso que
O ESTADINHO
lança hoje!

QUEM GANHOU PREMIO?

Treze crianças das centenas que enviaram seus desenhos para O ESTADINHO e participaram do **Festival da Criança** domingo, no "Parque Dona Tilinha" foram contempladas com passagens, bicicleta, boneca e cadernetas de poupança. A menina **Ivana Fernandes dos Santos**, de Itajaí, ganhou o sorteio da passagem à Foz do Iguaçu e Assunção com acompanhante e despesas pagas. A boneca saiu para **Egledir dos Santos** de Brusque, e a bicicleta ficou para o menino **Álvaro de Souza**, de Florianópolis.

Com as cadernetas de poupança foram contempladas as seguintes crianças: **Maria Susete Tavares**, de Itajaí; **Maria José** de São José; **Jorge Nilzo Farias**, **Beatriz Nilcéia Fernandes**, **Adriano Ferreira**, **Luciane M. da Silva**, **Isabela Bonassis Tremel**, **Silvana Aparecida Soares**, **Sarita Schead dos Santos** e **José Maurício dos Santos**, todos de Florianópolis.

Fonte: O Estadinho (27/8/1972, p.1) – Acervo da autora

O suplemento infantil da *Folha de São Paulo*, que costumava conter oito páginas, publicou, no dia 3 de setembro, uma edição especial com 24 páginas destinadas à comemoração cívica. Todas as páginas, exceto a oito, aludiram à data. De desenhos a histórias, passando pelos passatempos, as representações da data cívica demonstravam o que e como tal comemoração deveria ser incorporado à vida de seus leitores. Trata-se de um verdadeiro "manual de história", preparado ludicamente para ensinar uma determinada versão da história da Independência e corroborar com a representação de

um povo lutador. Os suplementos infantis, longe de serem materiais imparciais, sempre foram dotados de viés político e em muitos lugares. Não por acaso, muitos países utilizaram-se desses artefatos¹⁰⁸ de fácil leitura e boa circulação para “inculcar” nas mentes infantis determinados ideais, valores, normas, modelos defendidos por certos grupos sociais.

Ainda que a distância temporal possa levantar argumentos a respeito de um anacronismo¹⁰⁹, há o registro, no Brasil, de impressos que fizeram questão de deixar clara sua posição política, tal como a *Revista Tico-Tico* (1905-1977), editada pelo jornal *O Malho*, no Rio de Janeiro, que, logo no início de sua circulação, trouxe em suas páginas uma posição derivada das “classes dominantes”, como afirmaram os pesquisadores Waldomiro Vergueiro e Roberto Elísio dos Santos (2008, p. 29).

Uma importante característica dessa revista foi o aspecto educacional, com sua proposição criativa já se colocando como uma intervenção decidida no processo educacional, baseada nos valores da classe média do País. Esse, talvez, seja o motivo de ela ter sido cultuada por várias gerações, que dela recebiam ensinamentos morais e cívicos básicos para sua formação intelectual. Ela acompanhava um momento histórico marcado por preocupações com o desenvolvimento intelectual das crianças, que se

¹⁰⁸ Para exemplificar, cita-se as revistas infantis espanhola, *Flechas* (1936-1938) e *Flechas y Pelayos* (1938-1949). Na Espanha, o periódico infantil *Flechas*, surgido ano no de 1936, deixou bastante evidente seu posicionamento político já no subtítulo: “Semanao Infantil de Falange Española de la J.O.N.S. de Aragón”. De claro apoio ao ditador Francisco Franco, a revista, por meio de seu editorial, afirmou a seus leitores: “Aquí tenéis un periódico que os enseñará a cumplir con vuestro deber de pequenos soldados de la Falange y de España y que sabrá también divertirlos” (EDITORIAL FLECHAS 5/11/1936 *apud* FLECHAS Y PELAYOS TOMO I, 2000). Em outro trecho do editorial, esse posicionamento político se tornou ainda mais contundente, porém impensável para os dias atuais: “Cuando llevéis vuestro fusil al hombro debéis llevar también un ejemplar de vuestro periódico para que al descansar de las marchas podáis hablar del nacional-sindicalismo...” (*ibidem*, 18). Em 1938, *Flechas* se uniu ao semanário infantil *Pelayos*, da corrente carlista, tornando-se uma só revista: *Flechas y Pelayos*, para então disseminar a doutrina franquista (MARTÍN, 2017). A primeira edição da revista *Flechas y Pelayos*, de 11 de dezembro de 1938, anunciou a seus leitores o propósito daquele material: “Todo el que sea buen español se alegrará de ver juntos en el título de una revista, dirigida a los niños, estos dos nombres: Flechas y Pelayos. En todas las conciencias que se dan cuenta de la importancia de este momento, decisivo para el porvenir de la Patria, resuenan estas palabras que pronunciara un día el Caudillo: <Pido a todos una cosa: Unificación>. Y tal vez porque sabe que esa unificación es más necesaria en los niños, que son la esperanza del mañana, a pesar de los gravísimos e innumerables problemas que absorben su atención, el mismo Caudillo se ha interesado personalmente en el problema de las lecturas de los niños, y al crear esa revista, que lleva los nombres de los grandes grupos de niños españoles, el Delegado Nacional de Prensa y Propaganda, no ha hecho más que recoger su voluntad.” (FLECHAS Y PELAYOS, 2000, p. 56). Outro impresso infantil de cunho nacionalista foi *Pulgarcito* (1925-1932), uma ação apoiada pelo governo mexicano que deveria por meio da leitura e também da produção infantil (a revista era, sob a tutela de adultos, quase toda produzida por crianças), construir uma “estética nacionalista entre toda una generación de niños que nacieron después de la guerra” (ALBARRÁN, 2015, p. 167). *Pulgarcito* colocou em pauta um projeto de infância em conformidade a um plano nacionalista articulado pelo estado em meados da década de 1920 até 1930. Na revista estatal, “[...] se difundía el nacionalismo cultural: el reconocimiento oficial de los héroes, la música, los bailes, los símbolos, las bebidas y las prácticas que dentro de relativamente poco tiempo se reconocerían como “estampas” de lo mexicano.” (ALBARRÁN, 2015, p. 156)

¹⁰⁹ Entende-se por anacronismo um erro de cronologia, ou seja, utilização de ideias, objetos, imagens que não correspondem à época em que são mencionados ou representados.

deveriam transformar em pessoas íntegras, temente a Deus e respeitadoras dos preceitos morais.

Foi nesse ambiente, espelhando os valores almejados pelas camadas dominantes da sociedade, que surgiu, cresceu e floresceu *O Tico – Tico*, baluarte da moral tradicional e do espírito positivista da chamada República Velha. Mesclava elementos de civismo e preceitos religiosos do catolicismo, religião dominante no País, os quais apareciam em várias seções da revista, como os contos infantis, as poesias patrióticas e as narrativas históricas.

Outros impressos que circularam, a partir da década de 1930, também carregados de um viés ideológico, foram as revistas *Mirim* e o *Suplemento Infantil*, editado por Adolfo Aizen¹¹⁰. O material de Aizen, segundo ele mesmo, era um exemplo para o desenvolvimento do espírito patriótico na criança.

Minhas publicações não só trazem episódios da história do Brasil e assuntos educativos como temas capazes de cultivar sentimentos patrióticos na juventude. [...]. Recentemente, *Mirim* publicou uma galeria com vários heróis da Guerra do Paraguai. Desde os primeiros números do *Suplemento Juvenil*, em 1934, e durante todo o ano seguinte, publiquei na seção “Aprender a aprender” efemeridades sobre vultos históricos. Recebemos, por isso, uma referência do então ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, na qual ele disse que seria de grande valor se a oração cívica do *Suplemento Juvenil* fosse lida em todas as escolas e recitadas de cor por todas as crianças patricias. (AIZEN, 1939 *apud* GONÇALO JÚNIOR, 2004, p. 89-90).

Em ambos os impressos infantis percebe-se valores ligados ao Governo Vargas e ao projeto nacionalista, o que fez com que um deles chegasse a ser parabenizado pelo presidente da época.

Retomando os eventos da década de 1970, destaca-se que, também, ao serviço da memória e sob um regime que causava pressão nos órgãos de imprensa, o suplemento infantil de um dos jornais de maior circulação no país – *Folha de São Paulo* – acolheu muito bem (ao menos naquele momento) as ideias de glorificar o Brasil, por meio da comemoração e da memorização do passado. No suplemento especial ao sesquicentenário, a introdução da história em quadrinhos, com 20 páginas, que contava o fato histórico da Independência, evidenciou não só uma visão sobre o acontecimento que completara 150 anos, como também a ideia de infância escolarizada e modelada pelos ditos heróis da pátria. Devido à apresentação do material e seu conteúdo, é possível destacar que transformar a história da Independência em quadrinhos, dando certa ludicidade, com os balões de diálogo e os desenhos, permitiu “[...] assim uma pluralidade de apropriações [...]” (CHARTIER, 1991, p. 186) por parte das crianças, ainda que nem todos os leitores de a *Folhinha* de São Paulo pudessem compreender tal

¹¹⁰ Adolfo Aizen nasceu na Rússia, mas naturalizou-se brasileiro, foi jornalista e editor responsável pelo comércio e pela circulação de histórias em quadrinhos norte-americanas.

fato. Tal apropriação, a partir dos desenhos, permite uma dada interpretação deles, na medida em que a criança pode fazer reelaborações, a partir de uma iniciativa particular (ou individual), quanto àquilo que lê, podendo, inclusive, subverter o sentido pensado para aquela história apresentada.

Contudo, ainda que apropriação seja uma operação de leitura individual, há que se ponderar que a própria narrativa fornece o tom do que deve ser memorizado e glorificado pelas mentes infantis, uma vez que reapresenta um evento passado, mesmo que em forma de quadrinhos (CHARTIER, 1991). Nesse sentido, não por acaso que o famoso quadro de Pedro Américo, “O Bravo do Ipiranga”, foi destacado logo no início da história. Um homem comandando muitos outros homens e montado em um cavalo, ergue sua espada (artefato de alta simbologia) e declara a Independência de um país. A imagem, nesse caso, dá cor à narrativa que, também, se faz repleta de trechos, enaltecendo a figura de Dom Pedro e o momento da Independência.

“Há 150 anos, houve o Grito do Ipiranga. Mas a história de nossa Independência começa muito antes, quando o Povo Brasileiro toma aos poucos consciência de sua formação” (FOLHINHA DE SÃO PAULO, 3/9/1972, p. 4). Desse modo, glorificar o passado na busca de se construir uma tradição de povo lutador e comandado por heróis constitui uma retórica, um simbolismo e uma representação concreta que esteve presente nos discursos políticos, nas histórias e nos livros publicados, no filme lançado, em 1972, como formas de conhecer um fato, de trazê-lo ao presente e de recontá-lo.

Entretanto, essa glorificação do passado no presente também ajudou a enaltecer o próprio presente. As revistas e jornais são exemplos de impressos que usaram muito bem esses artifícios temporais, principalmente, por ressaltarem algumas “[...] datas construídas como politicamente importantes e imprescindíveis à compreensão do presente.” (MIRANDA DA SILVA, 2014, p. 129). Nesse sentido, o Brasil ditatorial de 1972, marcado pela pujança industrial e econômica, pela consolidação de uma classe média consumidora e pela projeção de um país crescente desenvolvimento, fez “[...] uso de tais artifícios de rememoração do passado, visando [ressaltar esses] interesses pontuais no presente [...]” (MIRANDA DA SILVA, 2014, p. 129).

Por isso, tem-se o passado e o presente amalgamados em busca de um futuro que pudesse ser construído sob as ideias de um governo militar, de uma nação forte economicamente, unida, patriótica e defensora do estado.

Contudo, mais do que comemorar, era preciso mimetizar a bravura e fazer crescer o espírito de nação e de patriotismo, tal como se destaca outro trecho da história publicada no suplemento paulistano:

A 12 de outubro, foi aclamado Imperador Constitucional do Brasil, com o título de D. Pedro I. Era dia de seu aniversário. A cerimônia realizou-se no Campo de Sant'Ana, em palacete especialmente construído no centro da praça para a solenidade. Chovia, mas o povo compareceu em massa para assistir. O novo imperador chegou num cortejo aberto por uma guarda de honra de paulistas e fluminenses (como se chamavam os cariocas no passado). Oito soldados da mesma guarda vinham em seguida, além de três moços de estriberia - um índio, um mulato e um negro. Por fim, o coche puxado por oito cavalos, conduzindo o Imperador, a Imperatriz Leopoldina e a Princesinha Maria da Glória, de três anos de idade. (FOLHINHA DE SÃO PAULO, 3/9/1972, p. 16).

Nem mesmo a chuva afastou a multidão de aclamar seu representante. A bravura dos soldados era também acompanhada pelo negro, índio e mulato, representando uma unidade. Nada poderia ser maior do que o desejo de lutar e de defender o Brasil. E foi com o argumento de defender o Brasil que a comemoração da Independência teve já na década de 1980 outras representações. Autorizada pelo Estado, ainda seguia de certa forma, os padrões tradicionais, com culto à história edificante, repleta de glórias e heróis. Entretanto, outras formas de comemorar o Brasil puseram-se em marcha. Do silenciamento à crítica. Foi assim que *O Estadinho* mostrou a Independência do Brasil em suas páginas. O jornal *O Estado* e também o infantil paulistano já não mais enfatizavam a data cívica com tanta “pompa e circunstância”, fora de cena, a ditadura adormecida abria espaço para representações de um país em crise.

Faixas em prol das Diretas Já, cartazes com desenhos ironizando o sistema eleitoral, frases humoradas solicitando à população o direito ao voto dividiram o espaço ocupado por militares, escolares e autoridades que se punham em marcha para glorificar o passado. A pátria amada, cuja Independência vinculava-se a uma imagem de Dom Pedro empunhando sua espada, passou a ser questionada. A imagem pintada por Pedro Américo que estampava muitos livros¹¹¹ e nas escolas circulava como representação fiel de um ato heroico, começou a ser problematizada. Nos jornais, a Independência antes tão exclamada, passou a ser interrogada. Crise na moeda, inflação, dívida externa, desemprego e, ao invés de independência, dependência. Até mesmo para votar,

¹¹¹ CANTELE, Bruna Regina. História Dinâmica do Brasil. Analisando o passado repletando o presente. 5ª. série. São Paulo, IBEP, 1986.

COLTRIM, Gilberto; ALENCAR Alvaro Duarte. História do Brasil para uma geração consciente. 1º. Grau. Volume 2. São Paulo, Saraiva, 1983.

brasileiros e brasileiras foram às ruas pedindo voto direto, independência para eleger o presidente.

Na *Folha de São Paulo*, o Sete de Setembro de 1984 não ganhou as habituais páginas que estavam os desfiles e toda a festa comemorativa à Independência da pátria. No jornal impresso que circulava por todo o país, o ano de 1984 foi muito mais de luta, de engajamento da sociedade civil rumo à independência nas urnas, do que uma comemoração à Independência do Brasil. Pouco se falou sobre as comemorações cívicas no dia de seu acontecimento, apenas uma nota, sem fotos a título informativo, comunicava sobre os festejos. O destaque foi as alegorias que estariam presentes na festa: foguetes e blindados. Nada de enaltecer a pátria e nem mesmo as escolas foram citadas como parte da festa. O exemplar do dia Sete de setembro de 1984 questionou mais a Independência do que propriamente festejou e, no caderno Ilustrado, um convite aos leitores já sinalizava para a necessidade de se conhecer outra versão da tão gloriosa Independência: “A História que a escola não ensinou.” (FOLHA DE SÃO PAULO, ILUSTRADA, 7/9/1984, p. 1).

Figura 117 – Novela exibida pela Rede Manchete



Fonte: Folha de São Paulo, Ilustrada (7/9/1984, p. 1) - Acervo online da *Folha de São Paulo*

Esse modo de comemorar a Independência, questionando a história oficial, é indício de novas sensibilidades e de outras formas de compreender o tempo. Uma

perspectiva de que a história pode ser contada sob vários prismas, versões que se atualizam com quem as conta, ou como afirma Schwarcz (1998, p. 729) “[...] uma história [que] se constrói como um processo que reconhece mudanças, mas apresenta persistências”.

E se, por um lado, a década de 1980 foi considerada para muitos como “perdida”¹¹², sobretudo pela estagnação econômica, o desemprego e os altos índices inflacionários, por outro, o caos econômico “nutriu a politização da sociedade” (SCHWARCZ, 2015, p. 471). E até mesmo a televisão e as telenovelas, sempre tão criticadas com a popularização do aparelho, proporcionou no senso comum discussões sobre padrões de vida que pouco a pouco foram se mimetizando à vida real. Ainda que as telenovelas representassem um Brasil ideal, mais “rico” e “branco”, as ordens do dia colocavam em pauta discussões a respeito da sexualidade, das diferenças de gênero, dos papéis familiares, desigualdades sociais, nem sempre legitimando um padrão tradicional (HAMBURGER, 1998).

Nessa esteira, também outros artefatos puderam, por causa dessa abertura, se posicionar. Assim, os próprios jornais infantis quando decidem não comemorar a pátria e mesmo jornais como a *Folha de São Paulo* optam por certo silenciamento a essa comemoração gloriosa, ensejam que algo está diferente. E se no sesquicentenário, que tanto comemorou o passado, enalteceu o presente e previu o futuro, o Brasil foi alçado à condição de pátria amada, aqueles anos que se despediam da ditadura e com problemas econômicos a festa da Independência foram postos em xeque. “Independência não se ganha no grito¹¹³.”

¹¹² Mello e Novais (1998), ao estudar questões econômicas e da vida em sociedade no Brasil, usam o termo “década perdida” para referir-se ao ano de 1980. “[...] entre 1950 e 1979, a sensação dos brasileiros, ou de grande parte dos brasileiros, era a de que faltava dar uns poucos passos para finalmente nos tornarmos uma nação moderna. Esse alegre otimismo, só contrariado em alguns rápidos momentos, foi mudando a sua forma [...] A partir dos anos 80, entretanto, assiste-se ao reverso da medalha: as dúvidas quanto as possibilidades de construir uma sociedade efetivamente moderna tendem a crescer e o pessimismo ganha, pouco a pouco, intensidade” (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 560).

¹¹³ O slogan “Independência não se ganha no grito” fazia parte de um anúncio publicitário da empresa de aviação Swissair, que circulou no ano de 1984 “[...] desde que foi proclamada sua independência, o Brasil sabe que não basta apenas um grito para garantir a liberdade de um país. Por isso vem trabalhando muito e ganhado cada vez mais espaço nas suas relações exteriores. Lado a lado coma Varig, a Swissair voa da Suíça para o Brasil, e do Brasil para a Suíça, há 30 anos. Porque ir e vir sem fronteiras faz parte da conquista de liberdade destes países, que tem negócios amigos no mundo todo. Assim, no momento em que comemora os seus 30 anos de Brasil, a Swissair homenageia este país que, sem dúvida alguma, sabe o quanto é importante ir e vir livremente para a conquista diária de sua independência.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 7/9/1984, p. 5).

6 ESCREVER PARA COMEMORAR: DE PÁTRIA AMADA A QUESTIONADA

Nos textos apresentados aqui o intuito foi abordar aspectos da cultura escrita e a relação de *O Estadinho* com a escola e com a atmosfera política, econômica e social vivida nos anos de 1972 e 1984, emblemáticos para o Brasil. O primeiro texto faz referência ao concurso de redação, que animou os leitores de *O Estadinho*. Em ano de celebração do Sesquicentenário da Independência do Brasil, concursos de redação, filmes, músicas, eventos esportivos, entre tantos acontecimentos foram pensados e programados para pôr em marcha uma comemoração que foi também a promoção de um governo e de uma nação idealizada. *O Estadinho* por meio desse concurso deu a ver uma infância letrada, escolarizada, alicerçada em uma aprendizagem tradicional, com pouca liberdade de escrita. O segundo texto que encerra este capítulo apresenta também escritas infantis, seguindo a dinâmica das permanências e das rupturas. No ano em que muitos brasileiros lutavam pelas Diretas Já e em que a crítica situação econômica é denunciada nos mais diversos veículos de comunicação, os textos publicados em *O Estadinho* que homenageavam a Independência, também criticam a situação do país, vestígios de outras representações sobre a infância.

6.1 CONCURSO DE REDAÇÃO NO ANO DO SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA

Chega ao fim mais uma promoção do ESTADINHO. Desta vez, por ser alguma coisa bem mais séria e para estudantes do 1º. ao 8º. Grau que gostassem de escrever, com menos participantes. O número de participantes poderia ser maior, mas muitas crianças não preencheram os requisitos mínimos (alguns não davam pra ler nem o nome). No entanto esses 24 que participam estão num nível muito bom e os dois professores universitários vão ter que coçar as carecas para decidir qual a melhor. No Estadinho do próximo domingo, vocês vão ver quais os dois que ganharam os prêmios. Se for um de vocês, O ESTADINHO está aguardando, após as 13 horas, todos os dias uma comunicação qualquer, nós nos encarregaremos de fazer chegar até a sua residência. (O ESTADINHO, 24/9/1972)

Foi com esse recado que *O Estadinho* “se despediu” do seu primeiro concurso “mais sério”. Na edição de 24 de setembro de 1972, a mensagem dada pelos responsáveis do infantil catarinense reiterou que aquele concurso não estava aberto a todas as crianças, era preciso estar na escola. Era preciso também, ter letra legível, gostar de escrever e deixar registrado no documento enviado para *O Estadinho* o seu endereço residencial, pois a premiação seria entregue em casa, local onde as famílias que assinavam o jornal *O Estado* geralmente o recebiam. O prêmio para as melhores

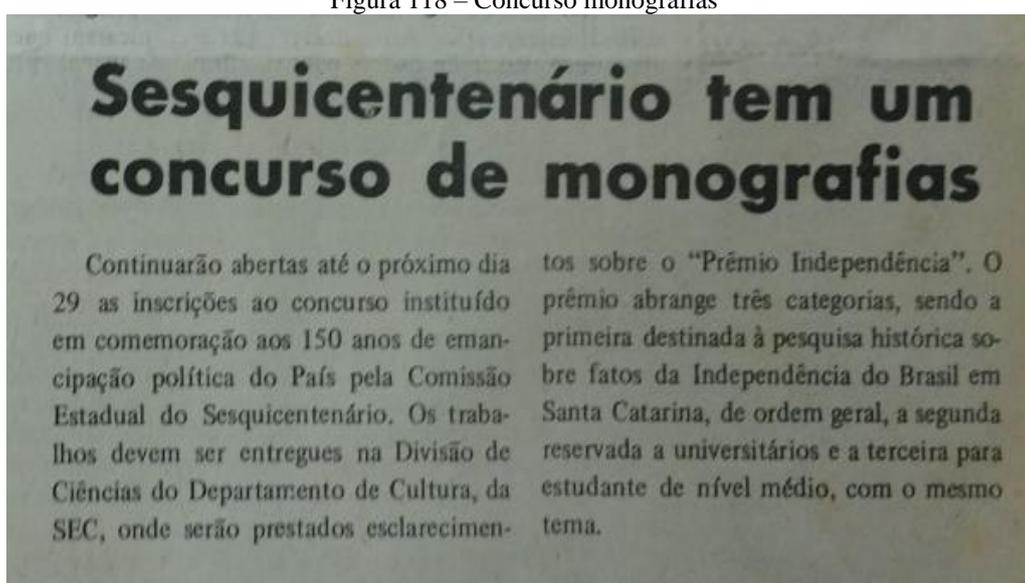
redações de 1ª a 4ª série e de 5ª a 8ª série era uma assinatura anual do jornal *O Estado*. O tema da redação foi anunciado na edição de 27 de agosto daquele ano, exatamente 10 dias antes do aniversário de 150 anos da Independência do Brasil, alias esse foi o tema da redação: Independência do Brasil.

As comemorações de 1972 foram destaque de norte a sul do país. Comissões nacionais, estaduais e municipais foram criadas especialmente para dar mais brilho e mostrar ao povo brasileiro que comemorar a Independência do Brasil significava também comemorar aquele presente próspero, um “futuro que já havia chegado”.

Com essa atmosfera, muitas instituições foram convocadas a participar da comemoração, que não estava voltava apenas para o dia Sete de Setembro. Os festejos do Sesquicentenário da Independência aconteceram durante quase todos os meses daquele ano. Nas escolas, olimpíadas, gincanas, mostras educativas e muitos ensaios para o grande desfile nas ruas das cidades foram algumas das atividades programadas para a semana da pátria.

Atividades esportivas, álbuns de figurinha, shows e muitos concursos de redação animaram aquele ano. As redações, exemplo de atividade escolar “[...] cuyo domínio requiere un entrenamiento especializado y costoso [...]” (ALVARADO, 2013, p. 31), foram solicitadas sob a forma de concurso, uma homenagem à pátria que tanto promovia um ensinar por meio de pesquisa e da escrita quanto pela leitura dos trabalhos selecionados que ganhavam publicidade. De colegiais a universitários, todos foram convocados a imortalizar a tão gloriosa Independência de 1822.

Figura 118 – Concurso monografias



Fonte: O Estado (3/9/1972, p. 4) – Acervo da autora

O ano do Sesquicentenário da Independência foi, também, o dos concursos no suplemento infantil catarinense. Concurso de redação, de desenho, de histórias e de pandorga. Era preciso atrair os leitores, interagir com eles, incorporar ao suplemento a vida das crianças que, aos domingos, recebiam *O Estadinho*. Aliás, concursos de redação lançados nas escolas e desfiles militares faziam parte das atividades que promoviam a festa da Independência (REVISTA VEJA, 9/9/1970, p. 18).

O concurso da Independência foi o terceiro promovido pelo jornal e envolveu escolas, professores e alunos de várias cidades catarinenses. A prática da redação era algo comum, sendo frequente o uso de cadernos de redação, não apenas para reforçar as habilidades relativas ao exercício da escrita, uma vez que, como identificou a historiadora Maria Helena Camara Bastos (2014, p. 49), a prática da redação¹¹⁴ cumpria “[...] com uma dupla missão: contribuir à educação moral e cívica e oferecer uma alternativa ao ensino da língua escrita.

Foi na edição de número 15, de 27 de agosto daquele ano, que o suplemento infantil catarinense lançou o concurso, prometendo premiar em duas categorias o texto melhor avaliado. O tema não era livre, o escrito obrigatoriamente deveria relacionar-se à Independência do Brasil. O texto que regulamentou o concurso sinalizava ao leitor para onde deveriam ser encaminhadas as redações e sugeria que a atividade deveria estar relacionada – ainda que indiretamente – com os conteúdos escolares, uma vez que tornava-se essencial destacar o nome da escola e o grau estudado, sendo o ano escolar o critério para categorizar os participantes. A comissão julgadora também evidenciou estreita relação com a infância escolarizada, uma vez que possuía dois professores universitários para analisar os escritos, Evaldo Pauli¹¹⁵ e Moacir Pereira¹¹⁶.

¹¹⁴ Em sua pesquisa sobre escritas infantis em uma escola primária, Maria Helena Camara Bastos (2014), ao analisar os cadernos de redação de uma escola primária no município de Farroupilha, Rio Grande do Sul, nos anos de 1950, destacou que a prática de fazer redações, contemplava temas livres e também indicados pela professora. “Os títulos mais frequentes das redações são: Férias, Dia das Mães, Passeios, Páscoa, Sala de aula, brinquedos prediletos, data comemorativas da história e dos símbolos pátrios, temas canônicos na escola. Por exemplo, a redação pelo Dia da Bandeira: “Bandeira do Brasil – tua augusta presença, inflama os corações de um sangue ardente e novo. És a imagem da fé, sobre as almas suspensas. A Esperança – a velar por uma Pátria imensa. A Glória – a abençoa o destino de um povo (quarto ano primário, 20 de novembro de 1956)”. Muitos dos temas se relacionam com as atividades desenvolvidas nas disciplinas como Ciências, História, Geografia e/ou do cotidiano escolar. (BASTOS, 2014, p. 50).

¹¹⁵ Evaldo Pauli nasceu em Florianópolis no ano de 1925. Formou-se em Filosofia e Teologia, com doutorado em Filosofia, foi padre, escritor e atuou como professor universitário. Fundou a Academia Catarinense de Filosofia e foi membro da Academia Catarinense de Letras.

¹¹⁶ Moacir Pereira, nascido em Florianópolis em 1945, é jornalista. Foi o primeiro coordenador do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, que ajudou a fundar. Atualmente é colunista dos jornais Diário Catarinense e Jornal de Santa Catarina.

O contexto, enfim, dava coro aos auspícios do governo ditatorial que, por meio dos eventos celebrativos, se fortificava e monumentalizava, como destacou a pesquisadora Janaína Cordeiro (2012, p. 17), em sua tese sobre o Sesquicentenário da Independência.

As festas deveriam ser grandiosas, fazendo jus ao quadro palpitante das realizações brasileiras. Eventos de proporções nacionais – exaltando os esforços de integração nacional nas quais o governo se empenhava – foram previstos e realizados. Ao mesmo tempo a festa deveria ser uma imponente evocação patriótica.

Também, os meios de comunicação atuaram para a produção de uma atmosfera salvacionista, utilizando em suas páginas recursos como matérias, fotos e propagandas para lembrar aos seus leitores e à população que aquele era um ano para se festejar e lembrar que o país estava em boas mãos, em crescimento acelerado, com o crédito sendo atribuído ao ato heroico do príncipe regente às margens do Ipiranga. Dessa maneira, *slogans* propagandeados por jornais e revistas títulos de diversas matérias que prenderam a atenção de muitos leitores evidenciavam o Brasil como um país livre, pronto para o futuro, um país formado por homens fortes e guerreiros, no que deviam espelhar-se também os mais jovens e, sobretudo, os escolares, grande contingente de esperança de um governo. Esse foi o clima produzido naquele período que, por meio dos impressos, revela um “[...] tempo em que imperava o consumismo, mudanças rápidas aconteciam nos comportamentos; vivia-se num regime civil-militar, o surto de modernização, e os meios de comunicação reverberavam e anunciavam/enunciavam transformações.” (FÁVERI; SOUZA, 2014, p. 166).

Ainda, naquele mês, também foram frequentes os informes sobre os eventos comemorativos ocorridos por ocasião da data e os preparativos, acima de tudo, de ordem escolar, responsáveis, em grande medida, pelas encenações cívicas de Sete de Setembro e pelo envolvimento da população, afinal, um chamamento do qual ninguém poderia ficar de fora.

O jornal *O Estado* noticiou os eventos do sesquicentenário ocorridos pelo Brasil, mas, também, soube prestigiar as comemorações catarinenses cujos desfiles realizaram-se a partir do dia 3 de setembro de 1972.

Entretanto, lembrar-se da “bravura” que tornara a nação independente estava, também, amalgamada à ideia de que o povo, a nação brasileira, deveria atuar como corresponsável por essa Independência, de forma que os ideais higienistas voltavam a

ser propagados. Ao povo ordeiro, trabalhador, forte e saudável cabia à consolidação da Independência, como escancaravam os *slogans*.

Figura 119 – Homenagem a Independência do Brasil



Fonte: O Estado (4/8/1972) – Acervo da autora

Os *slogans*, que ocupavam uma página inteira, vinham quase sempre acompanhados de fotos e de um pequeno texto que evidenciava o crescimento do país.

Na hora em que se comemoram os 150 anos da Independência do Brasil vale a pena lembrar que *esse é um dos países que mais cresce no Mundo*. Tão importante quanto declarar a Independência é consolidar a Independência. Está uma tarefa de todos. De agora e de sempre. *Você constrói o Brasil*. Com suor e fé. Trabalho e união. Orgulho e esperança. (O ESTADO, 4/8/1972, grifos nossos).

No campo e na cidade. Nas escolas e nos hospitais. Nas fábricas e nos escritórios. Nas usinas e nos laboratórios. No mar das 200 milhas e nas estradas multiplicadas. Na Arte e nos Esporte. A independência é a soma de muitas vitórias. Na hora em que se comemoram os 150 anos da Independência do Brasil vale a pena lembrar que *esse é um dos países que mais cresce no Mundo*. *Você constrói o Brasil*. Com suor e fé. Trabalho e união. Orgulho e esperança. (O ESTADO, 5/8/1972, grifos nossos).

As fotos que acompanhavam os anúncios ocupavam a parte superior e central da página, formada por um quadro que continha uma montagem com cinco ou seis fotos, todas representando brasileiros “em ação”, conforme *slogan*: “90 milhões continuam em ação”, refrão da canção composta por Miguel Gustavo, lançada em 1970, com intuito de

empolgar a torcida brasileira para a Copa do Mundo. A canção, que se monumentalizou como hino daquela Copa, invadiu o jornal para mostrar que o povo que venceu o campeonato continuava em ação, porém, agora, pelo país que mais crescia no mundo. E que povo era esse? Que nação era essa? Que governo era esse que foi criando, produzindo o imaginário de uma “brava gente brasileira”, cujas imagens propagandeavam e representavam nos *slogans* um povo trabalhador, ordeiro e guerreiro, e que, de acordo com os anúncios já citados, faziam do Brasil, “[...] um dos países que mais crescem no Mundo.” (O ESTADO, 5/8/1972). No anúncio, a imagem está formada por ofícios e a ideia de um *neo-higienismo*¹¹⁷, ou seja, são homens atuando na construção civil, no campo, nos hospitais e no esporte, sendo que em apenas um dos quadros a mulher aparece, exatamente na imagem que representa uma situação de ensino-aprendizagem, o que pode ser lido como uma atividade escolar, de professora-aluno, reforçando não apenas a questão de gênero colocada socialmente, mas a ideia de democratização do acesso às escolas, como discute Elison Antonio Paim (2014), porém, uma democratização que atendia aos interesses do governo militar e do controle do Estado.

Ao mesmo tempo em que aumentavam as possibilidades de acesso à escolarização, o controle estatal se fazia presente, dentre outras formas, pela organização e controle dos currículos traduzidos nas orientações do que e do como ensinar; festas e comemorações cívicas e desfiles de seus escolares em homenagem à pátria; intervenção direta nas unidades escolares pela ação dos diretores nomeados pelo Secretário de Estado da Educação, conforme o alinhamento com os interesses de quem estava no poder. (PAIM, 2014, p. 241).

Tanto nas representações propostas pelos quadros publicados quanto nos discursos que inundavam as escolas havia uma ideia de controle e modelização. As escolas públicas, em grande medida, alvos do governo, foram convocadas como porta-vozes oficiais do discurso do Estado. Com as atividades curriculares, envolvendo os livros e materiais utilizados em classe e com a preparação de eventos esportivos e cívicos – como o tradicional desfile de Sete de Setembro – se fizeram ressoar os preceitos de um governo que, em 1972, “festejou o presente, lembrando o passado” (CORDEIRO, 2012).

Entretanto, tem-se que assim como o governo se apodera da memória coletiva para se inventar (HOBSBAWN; RANGER, 1997), para criar uma tradição de ordem e de progresso, de grandeza, isso é, por outro lado, ameaçado, ainda que sutilmente, pelas

¹¹⁷ Neo-higienismo, termo que se refere à volta dos preceitos higienistas, que visavam atenção à saúde e às condições, sobretudo, urbanas de saneamento, habitação e controle epidêmico.

“ordens” do dia, quando o mesmo jornal que enaltece a data festiva não tarda em denunciar, por exemplo, os graves e frequentes acidentes de trânsito causados, segundo reportagens veiculadas em *O Estado*, pela precariedade das estradas brasileiras¹¹⁸.

O Estadinho, por ser um suplemento infantil e, naquele momento, aparentemente muito mais voltado a “cumprir” uma demanda de consumo¹¹⁹ e de entretenimento para seus pequenos leitores não se preocupava em problematizar certos assuntos. Ao contrário, o infantil por meio de algumas historinhas¹²⁰ e da apresentação

¹¹⁸ Com isso, demarca-se que a convivência entre governo e meios de comunicação nem sempre foi harmoniosa, tal como afirmam as pesquisadoras Ana Maria Veiga (2014) e Leani Budde (2013), ao fazerem menção às fortes pressões e censuras vividas durante o regime militar sobre os meios de comunicação. A respeito da censura aos meios de comunicação, Veiga (2014) afirma que o fantasma da censura começou a se manifestar com mais força a partir do ano de 1971, devido à intensificação dos processos de modernização que levou à maior circulação de impressos. Embora fosse comum a visita diária de policiais incumbidos de proibir determinadas matérias, havia também uma “autocensura” dentro da edição do jornal, ainda que “[...] O Estado tend[esse] mais para a esquerda que para a direita, devido ao seu grupo de jornalistas (VEIGA, 2014, p. 332). Em tempos de comemoração, o jornal *O Estado* promoveu a circulação da imagem de pátria amada e salvadora, de nação independente e promissora, mas, também, cumpriu o que se propôs a fazer no sentido de ter uma postura mais crítica, principalmente desde o momento em que foi comprado e passou a ser administrado por Matusalem Comelli que, em depoimento à pesquisadora Leani Budde, afirmou: “Nós quebramos alguns tabus, tinha notícia que não se dava e tal, e passamos a trazer reivindicações do povo, da coletividade.” (BUDDE, 2013, p. 38). Mais ordinário, mais cotidiano e era preciso atuar nessa clave para que se atingisse cada vez mais leitores. Tendo em vista que o jornal é um veículo comercial, atrair leitores e ter leitores consumidores é garantir, em grande parte, a vida do impresso. Dessa maneira, muitos jornais – na tentativa de manter um público leitor e mesmo de formar leitores – utilizaram-se da estratégia de produzir jornais infantis. Ainda que a ideia não fosse assim tão nova, pois, desde o final do século XVIII, com o fomento a uma literatura infantil, começaram a ser publicados os primeiros jornais dirigidos à infância, foi dessa forma que nasceu *O Estadinho* como um jornal para crianças. Adicionalmente, em um momento de pujança no país, quando a economia crescia e também crescia a ideia de consumo e de estratificação de consumidores. Produtos foram lançados para os diversos segmentos em ascensão, e a infância não ficou de fora, ao contrário, ganhou uma generosa fatia desse bolo chamado consumo, ou seja, revistas e suplementos infantis se proliferaram nos momentos em que a imprensa infantil se mercantiliza e se especializa, estimulando a formação de um público leitor infantil e consumidor (ALBARRÁN, 2015).

¹¹⁹ Sobre o consumo, Mello e Novais (1998) afirmam que, na década de 1970, muitos brasileiros gozavam de um estilo de vida moderno, cujos padrões de produção e consumo assemelhavam-se aos adotados nos países desenvolvidos. A distinção entre os estratos sociais poderia ser percebida por meio dos artefatos possuídos pela família e até mesmo os objetos infantis ajudavam a identificar tal padrão, “[...] e os brinquedos dos filhos? Tem bola de meia, bola de borracha ou bola de couro? Quantos gibis ou revistas de fotonovelas podem ser encontradas pela casa? A boneca de plástico é grande ou pequena? Tem cabelos de plástico “sedosos” e está bem vestida? Ou o cabelo pintado e está mal vestida? As meninas possuem miniaturas de louça? As crianças tem velocípede e bicicleta, ou não? O pião é metálico ou de madeira, feito a mão? Há uma mesa de futebol de botão ou pebolim? O botão é comum ou é comprado? A fantasia de carnaval é comprada ou feita em casa? Há dinheiro para o lança-perfume? Quantas bolinhas de gude tem o menino? Comprou o papagaio, a pipa, e o carrinho de rolemã? Pode comprar figurinhas da bala-futebol? Ou tem uma ou outra e procura ganhar no bafo? Joga bafo na escola ou na rua? Para colar a figurinha, usa goma arábica ou grude? Há livros de Monteiro Lobato ou não? O automóvel ou o aviãozinho ou o trenzinho ou o caminhãozinho de brinquedo é de plástico ou de ferro? Há soldadinhos de chumbo? Nacionais ou importados? Há o *Tesouro da juventude*? Ou *Vida juvenil* ou *Vida infantil*? Há a coleção *Jovens de todo mundo* e a *Terra, mar e ar*? Ou a *Enciclopédia britânica*? O pai lê regularmente jornais diários, *O Cruzeiro*, *Manchete*, *Seleções de Readers Digest*? [...]” (NOVAIS; MELLO, 1998, p. 602-603).

¹²⁰ Nas primeiras edições de *O Estadinho*, a seção Historinhas ocupava duas páginas e apresentava histórias de cunho moral, que deveriam de certa forma servir como exemplo a seus pequenos leitores.

de alguns nomes ilustres ligados à política, ciência às letras visava ensinar sem deixar de almejar que aqueles nomes escolhidos tornassem-se modelos de vida para seus leitores.

Dessa forma, o material agradava crianças e adultos. Para crianças, o suplemento infantil continha historinhas e passatempos e para os adultos, seção de fotos, uma vez que as fotos eram enviadas¹²¹ por familiares de crianças, muitas vezes bebês. Os concursos também tinham como público-alvo a criança, entretanto, exigia-se de seus leitores infantis certas habilidades, adquiridas, principalmente, nas escolas, fossem elas formais ou informais, como a escola de artes, cujas atividades ganhavam visibilidade no impresso infantil. Com isso, o infantil passou a atrair, também, a atenção de professores que, não poucas vezes, tratavam de enviar à redação os trabalhos de seus alunos. O concurso da Independência dirigido aos profissionais escolares e pais, por exemplo, envolveu diretamente esses outros potenciais leitores de *O Estadinho*, ainda que de forma esporádica em virtude dos concursos, seria mais um concurso cuja premiação agradaria especialmente aos pais.

Um jornal¹²² que fazia circular um suplemento para crianças, com concurso que versava sobre conteúdo escolar, de certa forma, também ajudava a legitimar uma representação de infância escolarizada, criança na escola para aprender a ser o adulto do futuro. Diante disso, as crianças ganhavam ainda mais projeção em relação a ser o futuro do país, e os meios de comunicação, principalmente o impresso, fizeram circular

¹²¹ No Capítulo 2, a análise das seções de fotos dos suplementos *O Estadinho* aponta vestígios de que as publicações de fotos de crianças não se davam somente pelo envio de fotos de familiares. Outras formas de garantir a publicação, ligadas à rede de sociabilidade, foram identificadas.

¹²² Em 1972, o jornal, em plena fase de expansão, já alcançava quase todos os municípios do estado catarinense e o número de leitores também era crescente. Se esse crescimento deu-se, em parte, pelo processo de ampliação da circulação do jornal, outro aspecto a considerar refere-se às políticas de alfabetização e expansão da escola pública a partir dos anos 1950. Em 1970, as taxas de analfabetismo no Brasil chegaram a 33,7%, contra 50,6%, da década de 1950, ou seja, houve um esforço nacional, num espaço de 20 anos, para diminuir os índices que envergonhavam o país. As Campanhas de alfabetização de jovens e adultos foram popularizadas, a partir da década de 1960, sobretudo com a instituição do Movimento de Educação de Base (MEB), de 1961, mas, também, as constituições de 1961, 1967 e 1971 foram ampliando progressivamente o acesso à educação, à luz da obrigatoriedade de ensino primário e de primeiro grau para crianças de 7 a 14 anos e da instituição da escola de oito anos e obrigatória, conforme Lei n. 5.692/1971. Formar um país letrado, tentando erradicar o analfabetismo, todavia, não era o único propósito daquele governo que visava, fortemente, por meio de suas ações expansionistas, “[...] promover a consolidação e o crescimento das sociedades que valorizavam a iniciativa privada, os valores burgueses, a circulação do capital e dos produtos, o aumento do consumo.” (DAROS, 2012, p. 188). Por isso, deu-se muita visibilidade à intenção de alfabetizar o país, movida pela ideia de “escola de massas”, já iniciada nos anos de 1950. Esse projeto, também almejado pelo governo militar, foi aludido pelo jornal *O Estado* em sua edição comemorativa ao sesquicentenário cuja promessa se materializava no pequeno informe: “Antes de 1974, será duplicada a oferta de matrículas em todos os níveis de ensino, do 1º grau ao universitário, incluindo o treinamento técnico profissional. E 75% dos analfabetos, entre 15 e 35 anos de idade, serão alfabetizados.” (O ESTADO, SUPLEMENTO ESPECIAL, 7/9/72).

tal representação: criança, escola, futuro, nação. Esse quarteto põe em evidência não somente as projeções sobre a infância, como também construiu uma imagem desse momento de vida que devia seguir os preceitos ou os modelos circulantes.

Tais modelos visavam aprimorar nas crianças o sentimento de amor à pátria, semelhantes àqueles que circularam nos livros infantis no início do século XX, quando ufanar o país também foi tarefa escolar. *O Estadinho*, em seu primeiro ano, reverberou com muita ênfase a representação de uma infância escolarizada, quando as habilidades das crianças, seus desejos e criações (tomando os concursos como análise) passaram, obrigatoriamente, por saberes localizados no ambiente escolar. Ainda que os desenhos das histórias em quadrinhos permitissem apropriações de crianças não escolarizadas, essa proposta de apropriação, a partir dos desenhos, certamente, não era o grande objetivo do jornal infantil. Seu conteúdo necessitava de habilidades de leitura e destreza manual, pois, os exemplares também traziam passatempos. Além disso, o suplemento se conectava à escola por outros elementos, como algumas matérias e outros concursos, sendo o concurso de redação o mais representativo de uma infância escolarizada.

As escolas, os livros didáticos, os discursos políticos delegam a essa infância escolarizada a responsabilidade pelo progresso da nação. Assim, é importante que o passado glorioso e inventado seja absorvido e incorporado pelos pequenos, mas, também, que se registre no presente a atuação dessas crianças e sua relação com a pátria amada. Representações que também se ancoram na escola, porém, acrescidas de uma perspectiva de futuro, são os resquícios de livros usados nos anos de 1950, como apresentou Ricardo Oriá (2011), ao estudar a trajetória de Viriato Corrêa, que – em um de seus livros para crianças, *História do Brasil para crianças* (1957) – exalta: “Se vocês seguirem o exemplo dos grandes homens que eu acabei de nomear, se trabalharem, se estudarem, se cultivarem a inteligência, o Brasil amanhã poderá ser a mais bela, a mais rica, a primeira nação do mundo (CORRÊA, 1957, p. 236 *apud* ORÍÁ, 2011, p. 179).

No ano de 1972, estudar os heróis e tê-los como exemplo foi, também, uma preocupação de *O Estadinho* que, durante meses, publicou pequenas notas sobre “grandes homens” da história. A ideia de aprender sobre a vida desses homens e conhecer um pouco de sua atuação na sociedade era acrescida, também, de um ideal “modelizado”, ou seja, era importante que se seguissem aqueles exemplos de vida quase sempre relacionados a uma vida próspera de estudos e uma carreira militar, frequentemente desembocada em uma história de luta ou liderança de um povo. As escritas caracterizavam-se pela valorização das datas, fatos e heróis, não distante do

ensino formal e dos materiais didáticos daquele período. A História, como disciplina escolar, limitava-se, em muitas instituições de ensino, a uma perspectiva bastante tradicional e positivista¹²³, sendo os materiais usados (livros) dessa época considerados expressões desse modelo¹²⁴.

Ecoss desse discurso sobre a infância como uma fase em que a criança devia aprender a “imitar” os modelos impostos ressoaram na década de 1970, ainda que também estivessem presentes outros elementos, como a ideia da criança consumidora e da sua entrada mais consistente e regular nas agendas governamentais. Os jornais e revistas reservavam espaços, ainda que destinados à mulher, para falar de educação, comportamento e moda para crianças. Surgiram produtos e serviços específicos para o público infantil. Também se verificou um crescimento da própria produção científica voltada para a criança.

O ano de 1972 e as comemorações cívicas dos 150 anos de Independência não fugiram a essa onda voltada para o reconhecimento da infância, embora se tratasse de um reconhecimento não voltado para sua individualidade, senão com vistas como “massa”. Presentes nos discursos, em campanhas publicitárias ou mesmo nos registros alusivos à data comemorativa, as crianças pareciam ganhar certo protagonismo social, em função da responsabilidade que lhes confere o *status* de ser o “futuro do país”. Entretanto, essa projeção da criança fazia parte de uma estratégia de governo, e era na escola que esses valores eram fortemente disseminados, desde rituais do cotidiano como formar fila, hastear bandeira, cantar o hino, até a obrigatoriedade de certos conteúdos e da inclusão da disciplina Educação Moral e Cívica no ano de 1969.

¹²³ “Este termo foi empregado pela primeira vez por Saint-Simon, para designar o método exato das ciências e sua extensão para a filosofia.” (ABBAGNANO, 2012, p. 909). “As teses fundamentais do Positivismo são as seguintes: 1ª. A ciência é o único conhecimento possível, e o método da ciência é o único válido: portanto, o recurso a causas ou princípios não acessíveis ao método da ciência não dá origem a conhecimentos; a metafísica, que recorre a tal método, não tem nenhum valor. 2ª. O método da ciência é puramente descritivo, no sentido de descrever os fatos e mostrar as relações constantes entre os fatos expressos pelas leis, que permitem a previsão dos próprios fatos (Comte); ou no sentido de demonstrar a gênese evolutiva dos fatos mais complexos a partir dos mais simples (Spencer). 3ª. O método da ciência, por ser o único válido, deve ser estendido a todos os campos de indagação e da atividade humana; toda a vida humana, individual ou social, deve ser guiada por ele.” (ABBAGNANO, 2012, p. 909).

¹²⁴ É importante destacar que, na década de 1970, iniciou-se uma discussão que apontava para um ensino de história crítico e com uma perspectiva que apresentava a história como uma produção cujos agentes ou atores são também pessoas comuns. Porém, essa nova vertente historiográfica, advinda, sobretudo, da História Cultural, fundou-se inicialmente nos cursos de pós-graduação de história, sendo que apenas na década de 1980 se consolidou e passou a se refletir em pesquisas (dissertações e teses) (Circe Bittencourt, 2011) e na elaboração de materiais didáticos, bem como na formação de professores escolares com essa linha.

Nesse sentido, nada melhor do que fazer com que as crianças incorporassem (essencialmente, por meio dos conteúdos escolares) a importância de servir à nação, por meio de uma atividade casada com a escola como um processo de “inculcamento” de ideias e valores. Não poderia ser esse, afinal, um dos objetivos do concurso lançado pelo *O Estadinho*¹²⁵? Se, efetivamente, foi esse um dos objetivos, ainda que faltem dados afirmativos nessa questão, os indícios não deixam dúvidas de que escolas e professores envolveram-se nessa atividade, que parece ter sido camuflada em seu propósito inicial, já que seu regulamento anunciava que ‘o importante era escrever sobre o Sete de Setembro’.

Assim sendo, houve quem enviasse ao *O Estadinho* redações de seus alunos, como a professora Marlene Bertoldi, do Educandário Imaculada Conceição, de Florianópolis. A professora enviou ao jornal seis redações, solicitando que todas fossem publicadas, entretanto, o suplemento em nota no próprio jornal infantil respondeu:

A Professora **Marlene Bertoldi** do Educandário Imaculada Conceição mandou composição de seis de seus alunos, pedindo publicação. Infelizmente, no início do concurso, o Estadinho se propôs a apenas publicar os dois trabalhos que serão selecionados como melhores. Mas todos os seis estão inscritos, professora, ainda que esteja faltando qual série em que estas crianças estudam. (O ESTADINHO, 17/9/72).

Possivelmente, outros professores também enviaram redações de seus alunos, já que a prática da redação era algo bastante comum, assim como a valorização da cópia e da memorização. Escrever redações, assim como cartas, envolvia certo protocolo, domínio de regras para além da correta ortografia, aprendidas, desde os primeiros anos de vida escolar (BASTOS, 2014; FINOCCHIO, 2014; ALVARADO, 2013).

Sobre esse aspecto, nas redações vencedoras, é possível identificar elementos que atestam muito mais uma produção textual derivada de uma cópia, ou auxiliada por um adulto, do que propriamente uma elaboração autêntica de quem escreveu o texto. A apropriação dos conteúdos escolares se dá fortemente por meio da memorização e cópia de texto, ainda que, como alertou Chartier (1991), fosse possível subverter a ordem

¹²⁵ Curiosamente, as edições do suplemento infantil catarinense que circularam nos domingos que antecederam e sucederam o Sete de Setembro não fizeram nenhum tipo de celebração ou menção à data, exceção feita à edição que anunciava o concurso de redação. Diferentemente do jornal *O Estado*, que durante o mês de agosto atuou como grande divulgador dos eventos patrióticos, *O Estadinho* limitou-se ao concurso de redação. Nem mesmo as historinhas de Maurício de Sousa destacaram o tema da Independência. O mesmo, porém, não ocorreria com o suplemento infantil editado pela *Folha de São Paulo*, e elaborado também com historinhas e passatempos criados por Maurício de Sousa, pois, no domingo comemorativo ao sesquicentenário, as personagens e histórias foram usadas para representar a “gloriosa” independência brasileira.

desejada por autores e editores. Assim sendo, mesmo havendo uma intenção do autor e do editor dos livros, relativo a uma ideia, concepção e mesmo representação, a leitura como uma apropriação individual permite que o leitor dê a essa “intenção” outros sentidos, subverta essa ordem e faça, no texto, o que Certeau (1996) chamou de “caça furtiva”. Os livros didáticos frequentemente traziam ao final de cada unidade as respostas a serem dadas a cada pergunta feita. Os textos publicados pelo jornal refratam esse movimento que inclui, também, o próprio olhar de quem julgou as 24 redações, ou seja, pode ter havido uma predileção a essa narrativa próxima do que os livros didáticos ensinavam, ainda que tal afirmação possa ser arriscada, pois não se conseguiu conhecer nenhum texto enviado, além dos dois que foram publicados. Outro fator que pode ter interferido no envio¹²⁶ de textos relaciona-se à censura. Houve, por conta da repressão e de uma severa censura aos meios de comunicação um silenciamento de muitas instituições: as associações de classes, os sindicatos (MIRANDA DA SILVA, 2014; ALMEIDA, WEIS; 1998) e até mesmo as escolas. Sendo assim, já prevendo de certa forma uma censura, pais e professores podem ter evitado que textos mais críticos¹²⁷ fossem produzidos e enviados. Essa hipótese considera que os avaliadores do concurso tenham recebido apenas textos de caráter mais patriótico, nacionalista e ufanista. Entretanto, ainda que nos faltem elementos para melhor analisar como e porque foram escolhidas as redações de José Carlos Xavier e Marcelo Abraham Peixoto, a suposição de que os jurados tenham recebido textos críticos e até problematizando a questão da Independência não pode ser descartada¹²⁸.

Fato é que os textos, representativos de um momento histórico rememorado com força naquele ano, enfatizavam a história dos heróis, o marco por datas e fatos e a cronologia como algo incontestável. Conteúdo de aula e a Independência do Brasil ganharam, muitas vezes, nos livros didáticos, um capítulo inteiro para esse tema. Tema explorado ainda mais naquele ano de 1972. A redação de Marcelo Abraham Peixoto,

¹²⁶ Pistas como o envio dos textos pelo sistema de correios, premiação com uma assinatura anual do jornal *O Estado*, exigência de se publicar o nome da escola e série cursada, nos fazem inferir que o olhar adulto esteve presente, se não durante a confecção da redação, depois de o texto pronto. Um olhar tanto de correção como de avaliação do conteúdo e de autorização para que a redação pudesse participar do concurso patrocinado pelo suplemento infantil.

¹²⁷ Textos problematizando principalmente a liberdade de expressão, o direito de ir e vir, comumente ameaçados em regimes de exceção.

¹²⁸ As discussões sobre uma historiografia brasileira crítica e a inspiração nos estudos franceses, decorrentes da Escola dos Annales, começariam a tomar fôlego somente no final de 1970, portanto, o que vigorava com ênfase e certa credibilidade era o modelo tradicional de apresentar o passado, isto é, o passado como verdade inquestionável (VAINFAS, 2009).

enviada por sua professora Marlene Bertoldi, em certa medida, confirma que o tema circulava até mesmo nos primeiros anos do ensino fundamental, já que, em 1972, o menino de 8 anos cursava a 2ª série.

Os dois garotos citados, residentes na capital catarinense foram os vencedores do concurso. Os dois meninos, florianopolitanos, estudantes e que representaram a Independência, louvando Dom Pedro. José Carlos Xavier, estudante do Colégio Lauro Muller, uma das escolas mais antigas de Florianópolis, fundada em 1912, no Centro da cidade, e, Marcelo Abraham Peixoto, aluno do Educandário Imaculada Conceição, colégio particular de ordem católica, dão pistas da similaridade do que era ensinado nas escolas, ainda que ambas se distanciassem quanto ao regime e à orientação vocacional, já que o Colégio Lauro Muller é uma instituição de ensino pública e laica e o Educandário Imaculada Conceição, particular e católico.

Entretanto, o concurso, de abrangência estadual, recebeu redações de diversas cidades catarinenses, evidenciando a circulação do próprio suplemento, ajudando a compreender o processo de “abertura de estradas”, também meta do governo naquele período e anunciada como grande feito, inclusive, com registo no jornal comemorativo à Independência, marcando o presente como positividade a ser memorada: “SE GOVERNAR É ABRIR ESTRADAS, HOJE ESTAMOS NO CAMINHO CERTO. De 25 mil quilômetros de estradas pavimentadas, em 1964, teremos mais de 80 mil quilômetros de rodovias em asfalto, nos próximos dois anos.” (JORNAL DA INDEPENDÊNCIA, 1972, p. 15).

O Estadinho anunciou, durante três semanas, o nome dos 24 participantes do concurso, meninos e meninas com idades entre 8 e 14 anos, todos escolarizados e residentes em várias cidades do estado. Florianópolis obteve o maior número de participantes, entretanto, cidades do interior e afastadas da capital também foram representadas, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 2 – Relação cidades, escolas e inscritos ao concurso sobre a Independência da República

| Cidades | Total de escolas | Total de inscritos |
|----------------|-------------------------|---------------------------|
| Florianópolis | 8 | 13 |
| São José | 1 | 3 |
| Braço do Norte | 1 | 2 |
| Caçador | 1 | 1 |
| Criciúma | 1 | 1 |
| Indaial | 1 | 1 |

| | | |
|-------------|---|---|
| Itajaí | 1 | 1 |
| Tijuquinhas | 1 | 1 |

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados da pesquisa (2015)

Os dados encontrados no suplemento destacam Florianópolis como a cidade mais participativa, porém, as próprias informações fornecidas pelo jornal infantil permitem questionamentos quanto ao número de redações recebidas e analisadas, uma vez que na lista dos participantes não consta o nome de Marcelo Abraham Peixoto, vencedor na categoria de 1ª a 4ª série, assim como também não foram listados os nomes de três dos seis alunos da professora Marlene Bertoldi, do Educandário Imaculada Conceição. Tal fato também pode ser revelador das escolhas ou dificuldades encontradas pelo editorial do próprio suplemento que, apesar de alcançar muitas cidades do estado, devido à expansão da malha viária, carecia de recursos próprios e de um projeto editorial mais autônomo, como esclareceu Cesar Valente (2014, p. 2), ao afirmar que até a década de 1980 “[...] O Estadinho nunca teve um projeto próprio definido de atingir às crianças. Era projeto ter um produto infantil.”.

Sob esse aspecto, o suplemento apresentava-se como um produto a ser consumido por crianças e adultos, mas, pouco pensado para os pequenos. Desse modo, o concurso sobre a Independência do Brasil, apesar de dirigido às crianças, despertou o interesse também dos pais e dos professores, uma vez garantida a publicação da melhor redação de cada categoria e a divulgação da escola e série do concorrente, além da premiação para a criança com um ano de assinatura do jornal *O Estado*.

Quanto à premiação, esta foi notadamente direcionada à família, ainda que, aos domingos, o jornal trouxesse o suplemento infantil. Esse prêmio possivelmente não tenha feito brilhar os olhos das crianças (diante da já avançada comercialização de brinquedos), ao contrário de outros concursos, por exemplo, o concurso para estudantes promovido pela empresa de mudanças e transportes As Preferidas S.A. que premiou com livros e bicicleta os vencedores do concurso que elaborou (*O ESTADO*, 1º/9/1972, p. 8). Premiar a redação de Sete de Setembro com uma assinatura de jornal, apesar de ser um brinde caro em termos de valor, distanciava-se muito de outros prêmios fornecidos pelo mesmo jornal, como, os distribuídos no Festival da Criança¹²⁹, em agosto, pouco tempo antes da divulgação dos ganhadores do concurso sobre a Independência. Ainda que as cadernetas de poupança sorteadas no Festival da Criança

¹²⁹ Foram sorteados entre os participantes do evento uma bicicleta, uma boneca, passeios e cadernetas de poupança.

também se distanciassem de um brinquedo, não eliminavam a possibilidade da compra de um artefato dessa natureza, podendo inclusive a criança escolher qual brinquedo poderia comprar com aquele dinheiro, obviamente, se os familiares ou responsáveis por ela assim o fizessem. Já o jornal como premiação não proporcionava essa possibilidade e o prêmio, nesse caso, estaria junto da premiação dada à família, ou seja, do próprio jornal *O Estado*.

Com o título “Independência”, José Carlos Xavier, de 13 anos, estudante da 5ª série, do Colégio Lauro Muller, venceu o concurso na sua categoria, 5ª a 8ª série. Concorreu com nove crianças e teve seu texto publicado, no dia 1º de outubro de 1972, nas páginas 6 e 7. Marcado pela cronologia, sua narrativa é longa e apresenta-se dividida em seis tópicos que marcam os eventos ocorridos no período histórico em questão, são eles: Dom Pedro na regência, Política Antibrasileira, O “Fico”, No caminho da Independência, O Grito do Ipiranga e Guerra da Independência. A escrita é bastante clara e não apresenta nenhum problema ortográfico e de pontuação, o que presume, possivelmente, a mão do adulto, seja na correção antes do envio à redação ou mesmo por parte dos jurados e editores do jornal antes da publicação.

Figura 120 – Trecho da redação vencedora, categoria 5ª a 8ª série

Marcelo Abraham Peixoto e José Carlos Xavier foram os ganhadores das assinaturas anuais de O ESTADO

INDEPENDÊNCIA

D. Pedro Na Regência – Desde o início do governo, o príncipe D. Pedro enfrentou grandes dificuldades. A situação financeira era má, o tesouro estava quase esgotado e o comércio sofria grande crise. Além disso, a retirada de inúmeros funcionários desorganizara a administração.

D. Pedro procurou logo melhorar a situação. Fez rigorosas economias, reduziu as próprias despesas e estabeleceu, pela primeira vez no Brasil, o regime dos orçamentos.

Nem todas as Províncias, porém, reconheciam a autoridade de D. Pedro: as juntas administrativas do Pará, Maranhão e Bahia recusavam-se a obedecer a seus decretos. Também perturbavam a administração as lutas entre os partidos políticos: o Português, que pretendia conservar o Brasil sob o jugo da metrópole; o Monárquico, que desejava a independência com D. Pedro Imperador, e o Republicano, menos numeroso.

Política Antibrasileira – Logo após o regresso de D. João VI, as Cortes Portuguesas iniciaram, em relação ao Brasil, uma política não inteligente e contrária ao progresso e à liberdade: Procuravam reduzi-lo novamente à situação de Colônia.

Um decreto declarou as Juntas Governativas das Províncias independentes do Rio de Janeiro e sujeitas somente à Metrópole: O Príncipe Regente ficaria, assim, reduzido a simples governador do Rio de Janeiro e de mais duas províncias do Sul. Por outros decretos de Lisboa, suprimiam-se os tribunais e as repartições que D. João VI criara e determinava-se que D. Pedro regressasse ao reino, "para completar sua educação", em viagens pela Europa.

O "Fico" – A indignação foi geral. D. Pedro, todavia, parecia hesitar. Os patriotas começaram, então, um movimento para que o príncipe não atendesse às ordens das Cortes. Vieram das províncias representações populares: pedia-se a D. Pedro que não obedecesse às ordens de Lisboa e permanecesse no Brasil. No Rio de Janeiro, a mensagem do Senado da Câmara (assim se chamava, nesse tempo, a Câmara Municipal) tinha, em poucas horas, a assinatura de oito mil pessoas; a 9 de janeiro de 1822, foi solenemente levada ao Príncipe.

"Como é para o bem de todos e a felicidade geral da Nação, estou pronto: diga ao povo que fico". Essa foi também a frase que D. Pedro empregou, no mesmo dia, numa carta que escreveu a D. João VI. Houve grandes festejos pela resolução tomada, pois era um grande passo para a independência. A Divisão Auxiliadora Portuguesa tentou revoltar-se, mas o príncipe, com o apoio do povo, dominou com energia a situação e obrigou as tropas a embarcar para a Europa. Em quase todo o Norte, repetiam-se conflitos entre Nacionais e Portugueses.

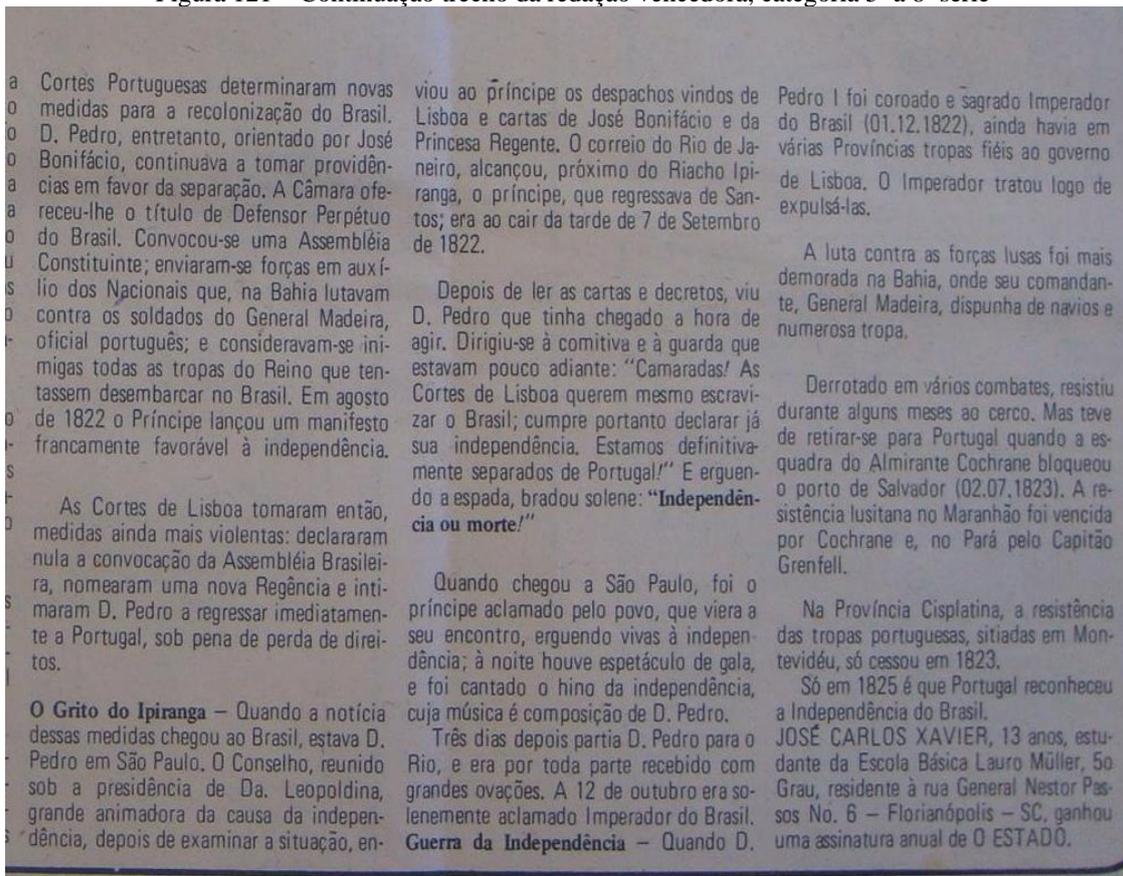
Ganhando certa ascendência sobre o espírito de D. Pedro, procurava José Bonifácio, ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros, encaminhar os fatos de maneira a tornar-se cada vez mais seguro o êxito da causa da independência.

Um dos mais importantes decretos conseguidos por José Bonifácio determinava que nenhuma lei das Cortes Portuguesas poderia ser executada no Brasil sem o "cumpra-se" do Regente.

No Caminho da Independência – Uma esquadra que viera com reforços e devia levar a Portugal o Príncipe, foi por ele obrigada a regressar. Diante de tais fatos, as

Fonte: O Estadinho (24/9/1972, p. 6 -7) – Acervo da autora

Figura 121 – Continuação trecho da redação vencedora, categoria 5ª a 8ª série



Fonte: O Estadinho (24/9/1972, p. 6 -7) – Acervo da autora

Diferentemente de outros concursos, nesse, do Sete de Setembro, os textos vencedores foram publicados já datilografados, o que, talvez, indique a possibilidade de terem sido datilografados por um adulto familiar, ainda que fosse permitido o envio de textos em “boa caligrafia”. A máquina de escrever ou datilografar, em total desuso nos dias de hoje, foi, na década de 1970, artigo indispensável nas empresas, comércios, escolas, instituições públicas. Nas casas e dentre as famílias estava presente em lares mais abastados, ocupando o posto dos computadores hoje, entretanto, sua utilização limitava-se à produção documental. Não era possível jogar, nem usar tal artefato com finalidades de lazer, o que o tornava, em boa medida, objeto de trabalho e extremamente relacionado à vida adulta, ainda que pudesse, pela mão e imaginação da criança, transformar-se em um brinquedo simbólico, ou seja, objeto de brincadeira para criança (BROUGÈRE, 2010). Os cursos de datilografia eram bastante comuns naquele período, entretanto, restringiam-se à idade superior aos 14 anos, estando ligados, de certa forma, a uma condição profissionalizante. Dessa maneira, ainda que, por exemplo, o menino José Carlos tivesse uma máquina de datilografar em sua casa, a possibilidade de que

tivesse domínio dessa ferramenta é algo distante, o que permite pensar que o texto escrito pelo menino tenha sido datilografado por um adulto e sofrido correções.

A redação de José Carlos, datilografada e marcada por fatos selecionados, mas, que comumente apareciam nos livros didáticos daquele período, e impecável na escrita impessoal – usa, por exemplo, a terceira pessoa do singular – não apresentava nenhuma opinião do menino, sendo uma narrativa circunscrita à descrição de fatos, ocorridos entre 1822 e 1823, relacionados intimamente à Proclamação da Independência, porém, desde o começo de seu escrito, enaltecia e elevava a figura de Dom Pedro como um grande líder e herói do Brasil:

D. Pedro Na Regência – Desde o início do governo, o príncipe D. Pedro enfrentou grandes dificuldades. A situação financeira era má, e o tesouro estava quase esgotado e o comércio sofria grande crise. Além disso a retirada de inúmeros funcionários desorganizava a administração.

D. Pedro procurou logo melhorar a situação. Fez rigorosas economias, reduzindo às próprias despesas e estabeleceu, pela primeira vez no Brasil, o regime dos orçamentos. (O ESTADINHO, 1º/10/1972).

Essa proposta de escrita, bastante laudatória, também se observou nos textos publicados em outros jornais e revistas que igualmente celebravam a Independência, entretanto, a maior semelhança da escrita de José Carlos é com relação aos livros didáticos da época. São ecos de um modelo que “[...] proporcionava um ensino enciclopédico e desprovido de críticas [...]” (PAIM, 2014, p. 245). Embora não tenha sido possível localizar o livro didático utilizado, nos primeiros anos da década de 1970, no colégio em que estudou o vencedor do concurso idealizado pelo suplemento, outros materiais do gênero, de anos próximos, não deixam dúvida quanto às semelhanças entre os textos, como se observa no seguinte trecho cujo artigo chama-se “A Regência de Dom Pedro”:

Dom Pedro, que aqui ficou como Príncipe Regente, procurou resolver os problemas econômicos do Brasil. Para isso, reduziu suas próprias despesas, acabou com alguns impostos e proibiu a nomeação de novos funcionários públicos. (SOUZA, 1982, p. 149).

Quanto a isso, a representação de um Imperador corajoso, que defendeu a pátria e o povo brasileiro, inclusive abrindo mão de certas regalias que a coroa lhe concedia, circularam em outros veículos de comunicação e no próprio jornal *O Estado*. Em suplemento comemorativo ao sesquicentenário, encontra-se escrito o seguinte:

O próprio D. Pedro reduziu de 1.200 para apenas 156 os animais de sua cavalaria. Pedindo ao povo que colaborasse, teve até ocasião de dizer: “Minhas despesas são menos do que antigamente eram. E se puder

economizar ainda mais, vou fazê-lo para o bem da Nação.” (JORNAL DA INDEPENDÊNCIA, 1972, p. 10).

Outro trecho da redação de José Carlos também impressiona pela semelhança com um livro didático que circulava naquele momento. O destaque foi para o que se chamou de “Dia do Fico”, ou simplesmente “Fico”:

No Rio de Janeiro, a mensagem do Senado na Câmara (assim se chamava, nesse tempo, a Câmara Municipal) tinha, em poucas horas, a assinatura de oito mil pessoas; a 9 de janeiro de 1882, foi solenemente levada ao Príncipe. Como é para o bem de todos e a felicidade geral da Nação, estou pronto: diga ao povo que fico”. Essa foi também a frase que D. Pedro empregou, no mesmo dia, numa carta que escreveu a D. João VI. Houve grandes festejos pela resolução tomada, pois era um grande passo para a independência. (O ESTADINHO, 1º/10/1972).

Com dizeres bastante próximos, o livro didático escrito por Paulo Alcantara (1987 – 19??) também menciona, além da celebre frase de Dom Pedro, as assinaturas coletadas e a carta escrita a Dom João VI.

Recolhidas as assinaturas, no dia 9 de janeiro de 1822, diante de uma grande multidão, o Juiz de Fora **José Clemente Pereira** leu e entregou a petição a D. Pedro. Este, emocionado, respondeu-lhe com a seguinte frase: “Como é para o bem de todos e a felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico”. Este dia ficou conhecido como o “Dia do Fico”. Nesse mesmo dia escreveu a seu pai para justificar sua atitude, que foi acolhida pelo povo com grande júbilo, [...]. (ALCANTARA, 1987 – 19??, p. 110).

O príncipe regente, tão aclamado, essencialmente por esse momento de celebração nacional, não figurou como único herói, mas, foi o protagonista, já que outros nomes circularam junto ao seu, tanto no texto de José Carlos Xavier, como em outros textos de livros didáticos daquele momento. Assim, a redação premiada pelo *O Estadinho* selecionou alguns nomes para compor o quadro da memória da Independência, na qual se percebe, da mesma forma, certa semelhança com os conteúdos dos livros didáticos, porém, com um detalhe importante acerca do ensino da época: a falta de um questionamento sobre o conteúdo aprendido na escola e a aceitação de que tudo ocorrera, tal como mostravam os livros, e mesmo os professores. Na redação de José Carlos, os nomes de José Bonifácio e Dona Leopoldina aparecem com destaque no movimento que visava a Independência:

Ganhando certa ascendência sobre o espírito de D. Pedro, procurava José Bonifácio, ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros, encaminhar os fatos de maneira a tornar-se cada vez mais seguro o êxito da causa da independência. Um dos mais importantes decretos conseguidos por José Bonifácio determinava que nenhuma lei das Cortes portuguesas poderia ser

executada no Brasil sem “cumpra-se” do Regente. (O ESTADINHO, 1º/10/1972).

Voltando aos livros didáticos, consta-se mais uma semelhança entre a redação vencedora e a produção textual feita nas escolas. O destaque ao ministro José Bonifácio ganhou as páginas principais da lição e, também, a última página da unidade trabalhada, exatamente na seção “Recordando e Fixando e Complementando o Texto”. Nessa seção, um pequeno texto faz uma espécie de memorial do ministro, reforçando, obviamente, sua intensa participação no processo de Independência. Nesse livro didático, José Bonifácio é lembrado também por “[...] não fazer cumprir nenhum decreto vindo de Lisboa sem a aprovação do Príncipe Regente [...]”. (ALCANTARA, 1987 – 19??, p. 110). E a lei do “cumpra-se”, destacada na redação de José Carlos, é igualmente ressaltada em outro livro de ampla circulação nas escolas, o qual, apesar de ser editado em 1985, referia-se ao livro editado em 1943, *História do Brasil*, de Antoracy Tortoledo Araújo:

A lei do “Cumpra-se”, que era o rompimento do príncipe com as Cortes de Portugal. Todo o decreto das cortes somente podia ser executado se tivesse o “Cumpra-se” de D. Pedro. Isso significava plena soberania do Brasil, transferindo para cá o centro das decisões. Essa medida tem imediato apoio dos brasileiros. (ARAÚJO, 1985, p. 20).

Elencados como subtemas, alguns assuntos foram abordados nos livros didáticos com certa unanimidade naqueles anos e estiveram presentes destacadamente na redação de José Carlos. Outro livro de significativa circulação naquele período, de A. Souto Maior (1970), comumente encontrado nas escolas, embora não classificado como livro didático, mas que também abordou a Independência brasileira, possui uma cronologia bastante semelhante à utilizada pelo aluno José Carlos em sua redação.

Ainda que não tenha sido possível localizar os livros e os materiais escolares utilizados na escola Lauro Muller, o texto vencedor indica que muitos de seus elementos também estão presentes nos conteúdos sobre a Independência que circularam não só nos livros escolares, mas, também, em outros materiais alusivos à data. A *Folhinha* de São Paulo, por exemplo, em Sete de setembro de 1972, publicou caderno especial do sesquicentenário que narrou o evento comemorativo com traços bastante semelhantes aos dos livros escolares, porém, em forma de quadrinhos, como é possível observar neste trecho que representa um diálogo entre Dom Pedro e o ministro José Bonifácio:

D. Pedro tratou logo de organizar um ministério, convidando José Bonifácio para Ministro do Reino e Estrangeiros. Uma das primeiras medidas aconselhadas por ele foi. Seria de grande importância para o País se Vossa Alteza decretasse que não mais vigoraram no Brasil, as leis enviadas de Lisboa [...] resguardando-se o direito de aceitarmos aquelas que sejam uteis a este Reino [...] (FOLHINHA DE SÃO PAULO, 3/9/1972, p. 14).

Usar a história em quadrinhos para representar o movimento da Independência, como fez o suplemento paulista, pode ter sido uma estratégia de aproximar o evento dos seus leitores, entretanto, a linguagem empregada claramente requer certo refinamento para a compreensão do texto e acaba por direcionar a leitura ou mesmo fixá-la, em grande medida, por leitores já familiarizados com o assunto.

A redação elaborada por José Carlos, igualmente à linguagem dos livros, traz construções textuais mais elaboradas e algumas com certo grau de complexidade, quais sejam, “sob o jugo da metrópole”, “o Príncipe lançou um manifesto francamente favorável à Independência”, “sob pena de perda de direitos”, “E erguendo a espada, bradou solene”, o que pode significar boa compreensão do menino, mas, também, o auxílio de um adulto na elaboração do escrito.

No ano de 1972, José Carlos, de 13 anos, cursava a 5ª série e seu histórico escolar apontava-o como aluno regular¹³⁰ (conceito suficiente para lhe permitir aprovação escolar, porém, sem grandes êxitos), estando entre os 10 alunos mais faltosos de uma turma de 44 crianças, cujo número de ausências ultrapassava 50 dias letivos. Entretanto, isso não significa que o menino não fosse capaz de escrever uma redação ou mesmo que tivesse alguma dificuldade cognitiva, ao contrário, tal fato ajuda a compreender como as avaliações (provas, trabalhos, redações) estavam em certa medida, pautadas em conhecimentos estanques, no qual pouco se considerava um “livre” expressar dos alunos. As faltas podem também (como hipótese) ser registradas como um descontentamento do menino José Carlos para com a escola e a forma como os conteúdos eram desenvolvidos.

A *Revista Veja*, assim como o a *Folhinha* de São Paulo, publicou um material relativamente extenso (se comparado aos anos anteriores), afirmando a bravura e a unanimidade de um príncipe regente, trazendo diversas pinturas e imagens heroicas de Dom Pedro, as quais, em tempos de sesquicentenário, reproduziram-se aos montes, não apenas para memorizar o fato, senão, também, para representar e reapresentar o próprio

¹³⁰ O Colégio Lauro Muller, nos anos de 1972, 1973 e 1974, atribuía a seus alunos cinco tipos de conceitos, que obedeciam à seguinte escala: não acompanha; regular; satisfatório; bom e ótimo.

presente. Foi uma espécie de monumentalização do presente casada com a comemoração de um passado, algo que o governo de Ernesto Garrastazu Medici “ganhou de presente” com o aniversário no ano de 1972 da Independência do país.

Os *slogans*, assim como as imagens, também figuraram fortemente, no ano de 1972, sendo muitos lançados pelo próprio governo que se reinventava comemorando o passado. O historiador Fernando Dominience Menezes (2007) identificou três *slogans* lançados pelo governo militar, no ano de 1972, que fizeram ressoar uma imagem de país em construção, desenvolvido e independente: “Você constrói o Brasil”, “Sesquicentenário da Independência” e “Povo desenvolvido é povo limpo”. O passado, evocado para lembrar o presente, transcendia os muros da escola e seus livros. A estratégia de monumentalizar aquele presente, o presente do milagre econômico, o presente dominado pelos militares, ganhava outros espaços e suportes, sendo dessa forma que reverberaram muitas histórias sobre o ano de 1822 e a respeito do processo de Independência do Brasil em versões muito semelhantes: passado glorioso, feito por heróis.

Em *O Estadinho*, a infância é mostrada quase sempre vinculada à escola, sendo relacionadas a essa instituição as habilidades exigidas para participação em seus eventos. O concurso da Independência fortificava essa representação e enfatizava que o aluno devia espelhar-se em exemplos vindos dos grandes heróis pátrios. Afinal, era também nessa representação de infância escolarizada que se projetavam os desejos de prosperidade da nação. Entretanto, as crianças, convocadas ao exercício da memorização, pareciam ser pouco estimuladas a expressar seus pensamentos, desejos e vontades, ainda que a elas fosse prospectado o futuro da nação.

A redação de José Carlos Xavier traz, como a de Marcelo Abraham Peixoto, muitos elementos que figuravam nos livros escolares, afinal, Independência do Brasil era conteúdo escolar, porém, outros suportes, naquele ano, igualmente, esmeraram-se em narrar o fato que aniversariava no dia Sete de Setembro. As revistas, os jornais e seus suplementos especiais em comemoração ao sesquicentenário, o filme cujo protagonista – Tarcísio Meira – tornara-se popular por estrelar novelas na televisão, podem ter contribuído na construção do texto apresentado para o concurso promovido pelo *O Estadinho*.

Assim, possivelmente, o clima de comemoração instituído pelo governo Médici, já desde o final de 1971, intensificou nas escolas o assunto Independência do Brasil, obviamente, não só com mais materiais sobre a data cívica, mas, certamente, com uma

maior discussão sobre o assunto nas salas de aulas. O próprio concurso, promovido pelo suplemento catarinense, pode ter motivado nas escolas a realização de concurso de redações ou, mesmo, de desenhos, ou arte em geral a respeito do tema Independência. Outras unidades de ensino também promoveram seus concursos sobre a Independência, a exemplo de quando universitários dos cursos de jornalismo do país puderam participar do concurso promovido pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado da Guanabara, com o tema: “Importância e Influência da Imprensa na Independência”, os vencedores ganharam além de premiação em dinheiro, medalhas de ouro e prata (JORNAL CORREIO DA MANHÃ/RJ, 31/3/1972, p. 5).

Dos materiais acessados, desde livros didáticos, da década de 1970 e 1980, a jornais e revistas, do ano de 1972, apenas alguns poucos livros didáticos (de meados da década de 1980) esboçaram algum questionamento acerca do processo que, no ano de 1822, levou o Brasil à “Independência”, a exemplo do livro *História da Sociedade Brasileira*, de Francisco Alencar, Lúcia Capri Ramalho e Marcus Venício Toledo Ribeiro (1983), que faz a seguinte reflexão sobre a pintura, de Pedro Américo, representativa da Independência. “*O Grito do Príncipe*, do pintor Pedro Américo, é o retrato romântico – oficial da Independência. É o retrato que pintam dela os historiadores tradicionais.” (ALENCAR; RAMALHO; RIBEIRO, 1983, p. 98). Em outro trecho, os autores expõem que o processo de Independência do Brasil, ao contrário de outros países latino-americanos, ocorreu basicamente a favor de uma elite, cujos interesses se voltavam para o comércio e a política, sendo a participação do povo quase nula. “[...] foi o desfecho de uma luta da classe dominante colonial, contra as tentativas de recolonização da metrópole” (ALENCAR; RAMALHO; RIBEIRO, 1983, p. 98). De modo semelhante, outro livro didático, elaborado por Bruna R. Cantele (1986), apesar de tratar o tema da Independência brasileira de modo bastante laudatório e heroico, apresenta, na conclusão do capítulo a respeito do assunto, uma crítica sutil ao processo vivido:

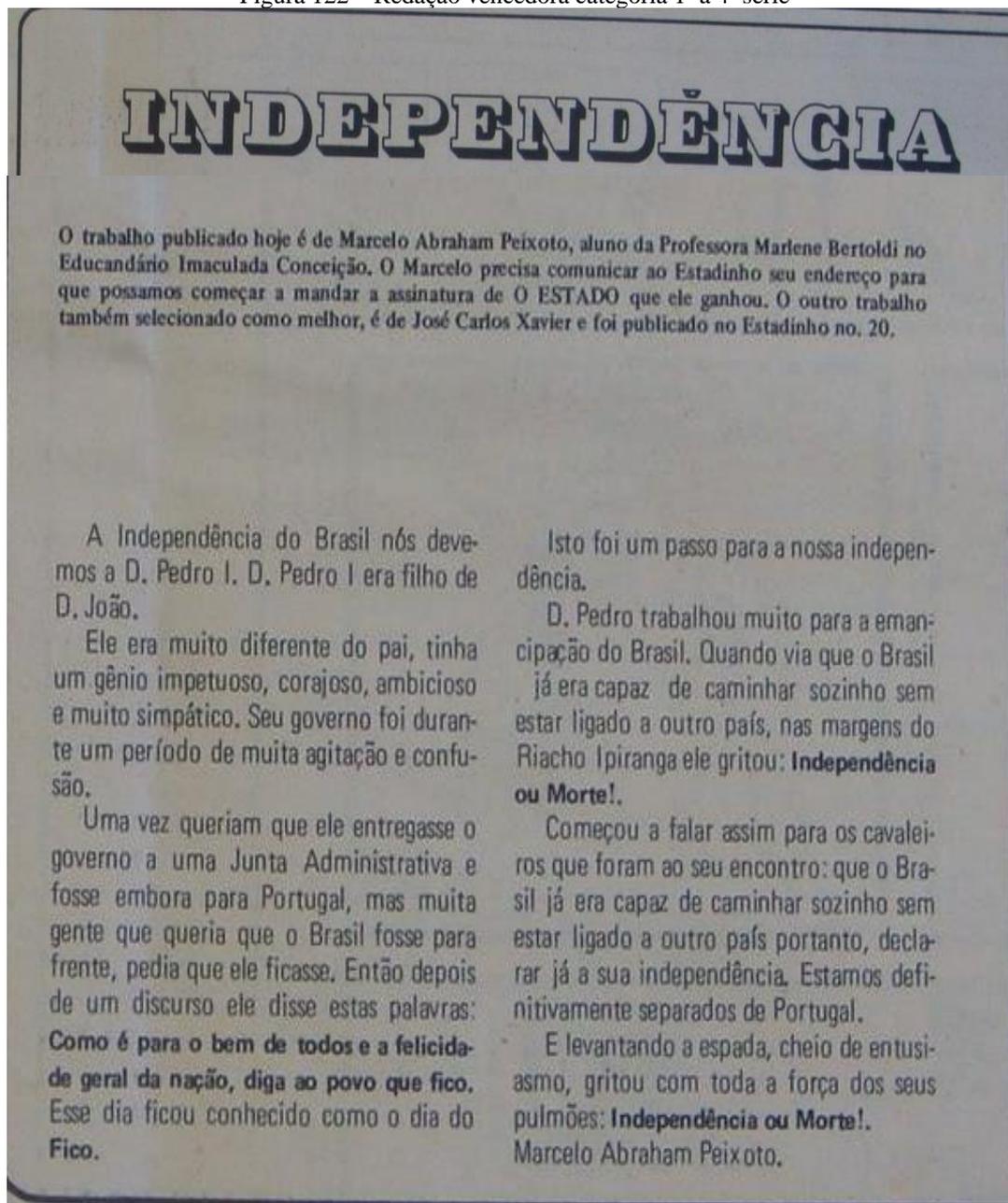
D. Pedro proclamou a independência política do Brasil, apoiado por uma elite que tinha interesses políticos e comerciais. Todavia os problemas sociais e econômicos continuaram. A escravidão continuou servindo os grandes proprietários de terras, os ingleses continuaram com o domínio do comércio e da indústria. O povo continuou sem participação na política e a classe alta, que havia apoiado o príncipe no processo de independência, acabou se acomodando e permitindo a D. Pedro que se tornasse autoritário, reunindo todos os poderes em suas mãos. (CANTELE, 1986, p. 136).

Os exemplos anteriores mostram outras facetas do processo de Independência de 1822, ainda que, tratados de forma tímida, mas, indicando uma mudança na própria historiografia brasileira, aliada ao momento político que, na década de 1980, começou a vivenciar a transição da ditadura para a ordem democrática. Entretanto, de modo geral, as narrativas encontradas são bastante laudatórias e marcadas no tempo, ou seja, como se a cronologia as respaldasse. Tudo ocorreu em um tempo e espaço perfeitamente medido e, portanto, não suscetível ao menor equívoco e questionamento. Uma (re)produção dessa narrativa se materializou no texto do escolar José Carlos, entretanto, o menino, que já cursava o ginásio, não fora o único a assinar tal método de inventariar o passado. Marcelo Abraham Peixoto, de 8 anos, parece também ter aprendido de modo bastante semelhante (guardadas as devidas proporções, já que, no caso deste, trata-se de um texto elaborado por um estudante dos anos iniciais do primeiro grau), indicando como eram disseminados certos conteúdos e práticas escolares.

Datilografada e com escrita perfeita, sem erros ortográficos e com clareza de ideias, Marcelo, além de seu texto, teve publicado, também, o desenho que acompanhou sua redação. O desenho, como não poderia deixar de ser, inspirava-se no célebre quadro de Pedro Américo que, naquele ano, ocupou, para além das páginas dos livros escolares, muitas propagandas e reportagens veiculadas em jornais e revistas. A imagem, utilizada como representação de um momento glorioso, fortalece os textos que enaltecem a figura do imperador, atribuindo a ele coragem e liderança por livrar o Brasil das “garras” de Portugal e da condição desprezada de colônia.

Marcelo escreve em primeira pessoa do plural e seu texto contém os mesmos marcadores temporais e uma ordem cronológica bastante similar ao texto escrito por José Carlos Xavier, pontos de destaque em muitos livros escolares e que, certamente, estavam na pauta dos avaliadores desse concurso. O título do texto *Independência*, publicado em caixa alta e com fonte idêntica ao texto de José Carlos, sugere pensar na possibilidade de os textos terem seus títulos alterados, mas, também, a coincidência dos títulos remete a outro fato: certa limitação da capacidade criativa da criança, quando se abordavam assuntos escolares, e uma forte ênfase em materiais e textos de conteúdo histórico como verdade absoluta.

Figura 122 – Redação vencedora categoria 1ª a 4ª série



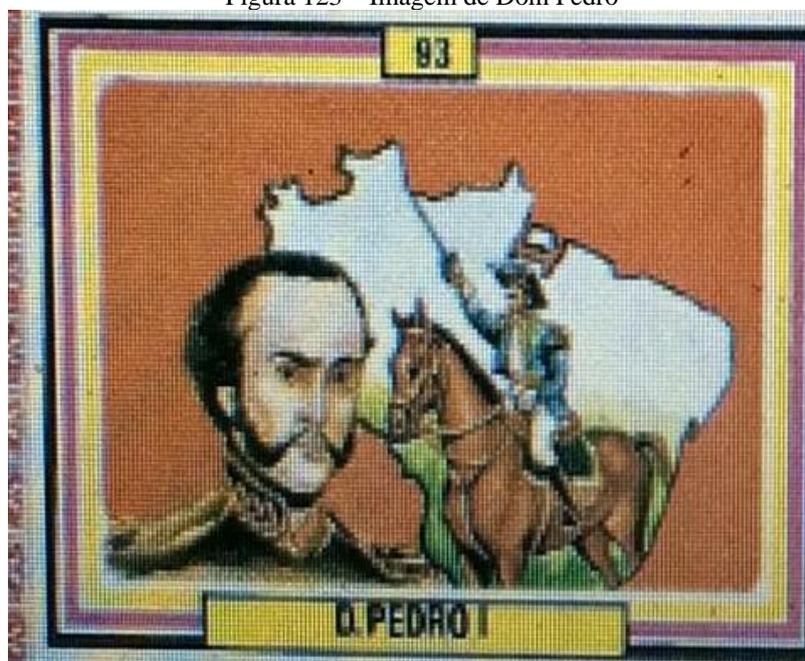
Fonte: O Estadinho (8/10/1972, p. 7) – Acervo da autora

A escrita em primeira pessoa do plural faz soar um discurso hegemônico, aspecto também presente em alguns livros, como os já citados, de A. Souto Maior (1970) – “[...] O “Fico” fôra um grande passo em prol de nossa independência.” (SOUTO MAIOR, 1970, p. 251) – e Bruna R. Cantele (1986) – “Nossa independência só foi possível graças à participação das elites e ao apoio que elas deram a D. Pedro.” (CANTELE, 1986, p. 6). Marcelo começou sua redação dizendo: “A Independência do Brasil nós devemos a D. Pedro I [...]” e segue em outro trecho dizendo: “Isso foi um passo para a nossa Independência.” (O ESTADINHO, 8/10/1972, p. 7). Tais afirmações

colocam o leitor, ainda que ele possa escapar dessas armadilhas e “caçar furtivamente” (CERTEAU, 1996) em texto alheio, dentro daquele discurso, ou seja, como parte integrante daquela narrativa. É um recurso linguístico que foi explorado, especialmente pelas campanhas nacionalistas (no período Vargas) e do próprio governo militar que buscava afirmação popular por meio de discursos, propagandas e festividades cívicas, como o Sete de Setembro.

O texto de Marcelo, além dos marcos temporais, destaca em negrito todas as falas de D. Pedro, colaborando com o movimento de comemoração e invenção daquele passado. As frases “Como é para o bem de todos e a felicidade geral da nação, diga ao povo que fico” e “Independência ou Morte!” foram alçadas à condição de representantes daquele passado e associadas à pintura de Pedro Américo, penetrando o imaginário sem muito esforço. A imagem representativa do ato heroico de Dom Pedro reproduziu-se em muitos livros didáticos e materiais comumente utilizados nas escolas (enciclopédias, revistas semanais, jornais). Até mesmo no álbum de figurinhas, lançado pela editora Saravan em 1972, comemorativo aos 150 anos da Independência, tal imagem, destacando a figura de Dom Pedro, aparece, sendo bastante semelhante ao desenho feito por Marcelo Abraham Peixoto enviado junto à redação sobre a Independência.

Figura 123 – Imagem de Dom Pedro



Fonte: Álbum de figurinhas “Brasil minha Pátria” (1972) – Acervo da autora

Figura 124 – Imagem de Dom Pedro desenhada por Marcelo Abraham Peixoto



Fonte: O Estadinho (8/10/1972, p. 7) – Acervo da autora

Era esse o propósito de muitos materiais produzidos e que circularam nas escolas nos anos ditatoriais, principalmente, até o final da década de 1970, quando se iniciou o processo de distensão política. Contudo, o texto também permite ver a ideia de comemoração e monumentalização do próprio presente quando da utilização do termo “para frente” ou “pra frente”, bastante difundido naquele momento e que integrava slogans das campanhas políticas ufanistas e de letras de músicas, como as compostas por Miguel Gustavo, “Pra frente Brasil”, “Brasil eu adoro você” e, “Esse é um país que vai pra frente” do grupo, *Os incríveis*. Essas letras de músicas, muitas vezes, ganhavam as salas e os pátios escolares, essencialmente, em datas de homenagem ao país, de modo que o intuito não era apenas de promoção do governo e de produção de uma atmosfera de união, de interesses comuns e de adoração a pátria, mas, de desviar a atenção da população diante da violência e repressão impostas por tal governo.

Foram muitas as estratégias para glorificar o presente em torno do “milagre econômico”, da vitória da seleção brasileira na copa do mundo de 1970 e do sesquicentenário, ajudando a promover uma ideia de nação e progresso, imortalizando aquele presente. Na narrativa de Marcelo, a utilização do termo “para frente” e o uso da primeira pessoa do plural fornecem pistas de que – embora o assunto Independência do Brasil fosse algo relacionado à escola – naquele ano, a incorporação da data em *slogans* de promoção do governo, propagandas publicadas nos jornais e revistas e, ainda, nos

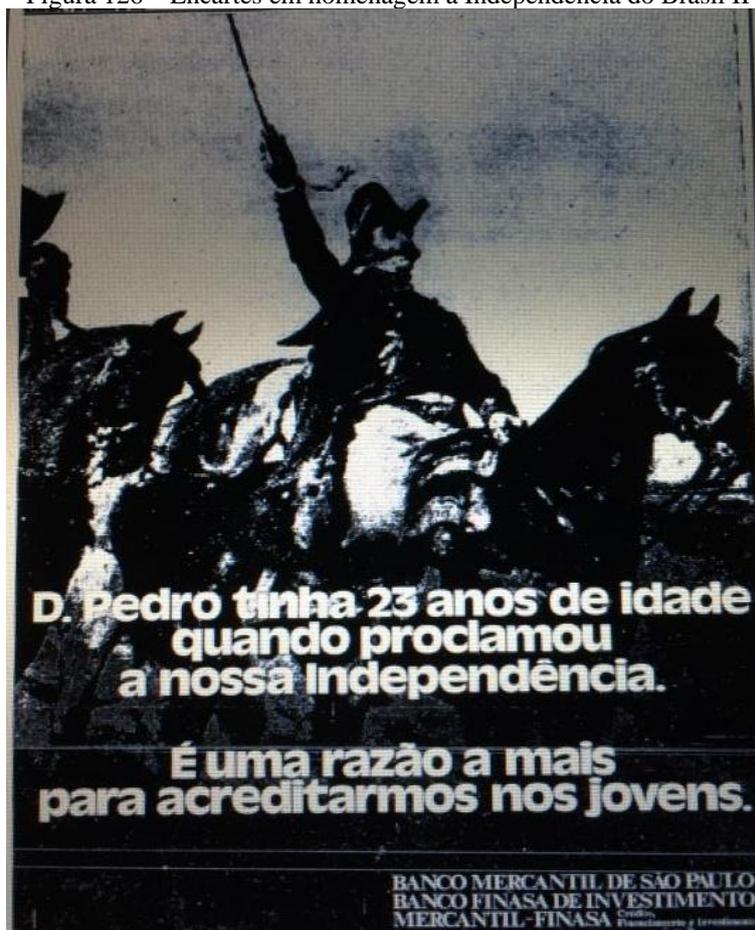
discursos difundidos pela televisão e, sobretudo, pelo rádio, também podem ter contribuído para sua elaboração textual. No próprio jornal *O Estado*, as propagandas ufanistas utilizavam-se da palavra “nós” e “nosso” como recurso de igualdade e que, de certa forma, propaga uma ideia de nação unida.

Figura 125 – Encartes em homenagem a Independência do Brasil I



Fonte: O Estado (4/8/1972, p. 9) – Acervo da autora

Figura 126 – Encartes em homenagem a Independência do Brasil II



Fonte: Folha de São Paulo (6/9/1972, p. 13) - Acervo online da *Folha de São Paulo*.

As propagandas (jornal *O Estado* e *Folha de São Paulo*) compunham o clima de união e, em certa medida, relacionavam-se “[...] ao pressuposto da integração nacional, as partes deveriam estar contidas no todo, mostrando todos unidos numa só direção [...]” (SOSNOSKI, 2013, p. 24), como almejava o governo.

As comemorações oficiais da data cívica mais patriótica do país começaram duas semanas antes do Sete de Setembro e a escola teve lugar de destaque, mostrando que a infância nacionalizada e escolarizada não só fazia parte daquele momento celebrativo, como também deveria ser comemorada, como destacou, em notas, o jornal *O Estado*, de 22 e 23 de agosto de 1972. Com o título “Estudante tem programa para a Semana da Pátria”, a nota, publicada em 22 de agosto, demonstra o quanto a escola e a infância se colocavam como um lugar privilegiado de difusão (e, ocultamente, de representação dos discursos dominantes na época) que, de certa maneira, podiam ser apropriados pelas crianças.

O programa de comemorações do Sesquicentenário da Independência, elaborado pela Coordenadoria Regional de Educação em Florianópolis,

começará no dia 26, às 14 horas, tendo por local o Estádio Orlando Scarpelli, com Festival das Bandas Militares, Canto dos Hinos do Brasil, da Independência e do Sesquicentenário e demonstração de ginástica.

Estarão presentes à abertura dos festejos os alunos de todos os estabelecimentos de ensino público e particular de Florianópolis e municípios vizinhos.

Para o dia 2 de setembro, com início às 14 horas, estão previstos desfiles de escolares, com a presença de 29 estabelecimentos de ensino da Capital. Três exposições serão realizadas simultaneamente, com saídas da Avenida Rubens de Arruda Ramos, Cidade Universitária e Avenida Santa Catarina.

O programa prevê para o dia 5, às 9 horas, Hora Cívica em todas as unidades escolares, com várias solenidades e palestras.

Finalmente, no dia 7 de setembro, haverá o Desfile Militar com a adesão de vários colégios de Florianópolis. (O ESTADO, 22/8/1972, p. 8).

A outra nota do mesmo jornal, publicada no dia seguinte, sob o título “Independência é festejada em SC”, também ressaltou a participação das escolas e de seus alunos na grande festa cívica.

Em ato que contará com a presença do Governador do Estado e de outras autoridades, serão oficialmente abertas no sábado às comemorações do Sesquicentenário da Independência em Florianópolis. Às 9 horas, no Estádio Orlando Scarpelli, haverá uma concentração e desfile das representações, integradas por alunos e professores de todos os estabelecimentos de ensino públicos e particulares da Grande Florianópolis.

Depois de se apresentarem ao Governador, será hasteada a Bandeira do Brasil, com os presentes cantando o Hino Nacional. Às 10 horas, 400 estudantes treinados pela Divisão de Educação Física da SEE farão uma apresentação de ginástica, após o que o Coral da Universidade Federal de Santa Catarina cantará os Hinos da Independência e do Sesquicentenário. Posteriormente cerca de 600 escolares formarão, no centro do estádio, a frase “Brasil Grande Sesquicentenário”. (O ESTADO, 23/8/1972, p. 6).

Nas duas notas deu-se destaque à participação da escola e dos escolares, isto é, de crianças que tinham suas infâncias atreladas à escola. Eram essas crianças que, pelo discurso do governo, estavam autorizadas a representar o país, e essa era a infância que figurava no jornal *O Estado* e em *O Estadinho*: uma infância a ser nacionalizada, memorizada e monumentalizada, a infância que seguia nos discursos políticos e nas fotos escolhidas para compor as matérias alusivas à data patriótica.

Figura 127 – Desfile Cívico – Sete de Setembro 1972



Fonte: O Estado (3/9/1972, p. 10) – Acervo da autora

O concurso criado pelo suplemento fez ressoar uma infância específica e representativa de um estrato social, possivelmente consumidor de *O Estado* e representado por ele.

As redações escolhidas refratam essa representação, porém, não são as duas narrativas apenas que levam a essa constatação. A própria maneira como o concurso é realizado, matizado pelo grau de escolaridade, a comissão julgadora, a nominata dos participantes e a premiação conferem pensar em uma infância cujo saber e desenvolvimento dava-se na escola e em prol de uma criança adoradora da pátria; uma infância escolar cuja relação dava-se de maneira unilateral entre quem ensinava e que aprendia, onde a memorização, cópia e repetição dominavam as técnicas de aprendizagem.

Se essa foi a infância promovida e representada pelo suplemento catarinense, qual seria a infância autorizada a ocupar as páginas do jornal 12 anos depois? O que levaria o suplemento a manter a ideia de que pela mão da criança podia-se registrar o que representava a Independência do Brasil?

6.2 “BRASIL, UM PAÍS INDEPENDENTE?” HOMENAGENS EM ANOS DE DIRETAS JÁ

Após 07 de setembro, o Brasil tornou-se livre politicamente de Portugal, mas tornou-se dependente política, social e economicamente de vários países desenvolvidos. Essa dependência provem de seu passado, da maneira como que foi colonizado, explorado. Todos agora estão presenciando as grandes dificuldades brasileiras, que só irão terminar, quando o povo brasileiro disser “basta” e se fechar para si próprio, expulsando as interferências políticas, econômicas e sociais estrangeiras e preservando a sua cultura, aprimorando a sua educação. Ao lado de tanta fome no Nordeste há uma Itaipu no sul: ao lado de tantas enchentes no sul há convenções em Brasília. São estes alguns motivos pelos quais achamos que o Brasil ainda é um país dependente e que precisa ainda hoje lutar pela sua independência. (O ESTADINHO, 9/9/1984, p. 4).

Escrito a cinco mãos, o trecho do texto elaborado por alunos da 7ª série do Colégio de Aplicação, ganhou destaque na seção do suplemento infantil que visava homenagear a pátria. Não era preciso lê-lo na íntegra para perceber que aquele material em nada lembrava as honrosas homenagens à data de 1822, a não ser o fato de evidenciarem a data cívica comemorada como a Independência do Brasil. Para aqueles alunos, antes de se comemorar a Independência, era preciso questioná-la. Afinal seria mesmo o Brasil um país Independente?

O ano é 1984. *O Estadinho* seguia circulando aos domingos e vinculado ao jornal *O Estado*, porém, algumas mudanças foram necessárias para manter o suplemento na ativa. Eram mudanças e continuidades, que podem ser evidenciadas por ocasião da Independência do Brasil: seguia a homenagem, mas, alteravam-se os discursos, ou melhor, mesclavam-se, expandiam-se. O evento era único, mas os olhares sobre ele se alteravam, assim como os tempos. Identificá-los, reconhecê-los, problematizá-los é tarefa árdua, mas imprescindível para um trabalho que se pretende historiográfico, “Pois não existe um só tempo na historiografia, mas uma multiplicidade de tempos.” (KOSELLECK, 2014, p. 271). E a comemoração da Independência era isso, um evento conhecido, que a cada ano se repetia, sendo de certa forma, esperado. Esperado pelos mais variados motivos: feriado, festejos nas ruas, a participação nos desfiles, os discursos das autoridades, o encontro com alunos de outras escolas na marcha comemorativa, etc. Um movimento de “repetição”, mas ao mesmo tempo repleto de “singularidades”, e são esses vestígios de singularidades vividas pelos agentes sociais que ajudam a compreender que a história mais do que múltipla é uma

formação geológica¹³¹, uma sobreposição de experiências que ao invés de se apagarem, se acumulam, formando novas compreensões sobre os fatos históricos, sobre o tempo (KOSELLECK, 2014). Assim a cada ano, a comemoração da Independência se atualiza no momento em que ocorre – presente – sem descartar as experiências anteriores, como apontam os vestígios deixados em *O Estadinho*. Os textos dos alunos do Colégio de Aplicação não negam o ocorrido em 1822, ao contrário, foi a partir desse evento (Independência do Brasil) que foram problematizadas questões políticas, econômicas e sociais do Brasil naquele ano de 1984.

Em clima de forte despedida, que começara no final da década de 1970, o regime imposto pelos militares já em fase de transição foi dando lugar à democracia. O ano das Diretas Já levou milhares de brasileiros às ruas, fez brotar a esperança do voto direto, da liberdade de expressão, da luta por direitos trabalhistas. A década de 1980, chamada de “perdida”, colocava em voga as experiências de ensino aprendizagem em muitas áreas de conhecimento, como a Educação Física Escolar, por exemplo, que passou a ser questionada quanto às possibilidades de trabalho com o aluno e a buscar construir-se como uma disciplina de viés mais crítico e emancipatório, reconhecendo no educando um sujeito capaz de questionar e atuar de forma crítica e consciente sobre seus movimentos (KUNZ, 2006). A disciplina da História também apareceu como disciplina que começou a questionar os métodos de escrita do tempo. O Brasil, da década de 1980, é marcado por intensas discussões e investigações que dão à essa disciplina outro *status*, devido a uma mudança na perspectiva historiográfica cujos créditos podem ser dados à Escola dos *Annales* e à História Cultural, que pouco a pouco adentravam aos livros escolares. A verdade absoluta dá lugar à problematização.

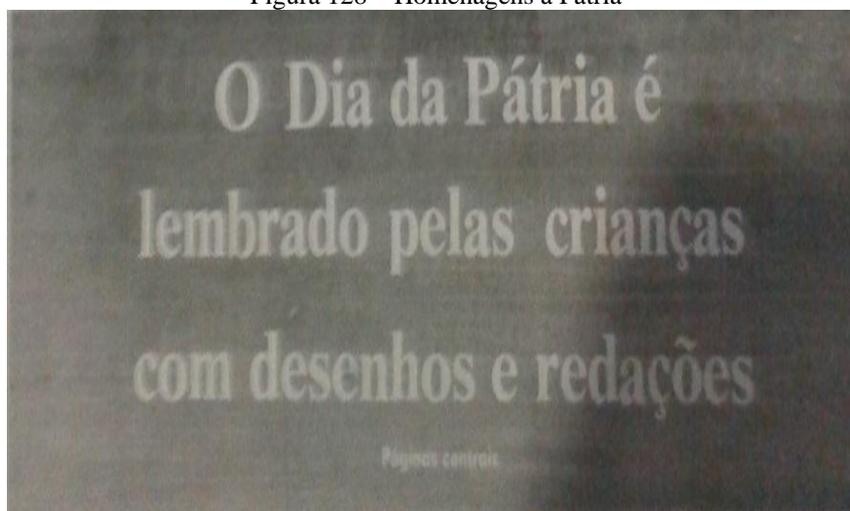
Versões dessa nova forma de compreender a história podem ser percebidas nas escritas infantis, que continuam animando o suplemento catarinense. A independência do Brasil segue sendo comemorada, porém, em 1984, outras versões são autorizadas a preencher as páginas do jornal infantil.

A década perdida apontou em *O Estadinho* outras infâncias, que não aniquilaram com as representações existentes, mas mesclaram-se a elas, formando outras. As representações vistas por meio do concurso da Independência do ano de

¹³¹ Utilizamos aqui a metáfora criada pelo historiador alemão Reinhart Koselleck (2014), para tratar sobre as questões relativas ao tempo na história. “Meu tema é “estratos do tempo”. Na condição de historiador, devo adiantar que não tenho capacidade para fazer afirmações de natureza física ou biológica. Situo-me no campo das metáforas: a expressão “estratos do tempo” remete a formações geológicas que remontam aos tempos e profundidades diferentes, que se transformam e de diferenciam umas das outras em velocidades distintas no discurso da chamada história geológica.” (KOSELLECK, 2014, p. 19).

1972, em 1984 continuavam a estimar a escola como *locus* da aprendizagem, do conhecimento, porém tornavam-se mais visíveis a problematização de certas questões e a valorização da formação de um pensamento crítico infantil. Dessa forma, o espaço aberto às escritas infantis expandiam-se e os assuntos antes mais recorrentes, provenientes de pequenos concursos ou mesmo solicitações da equipe editorial, já não se pautavam em datas cívicas e comemorações ligadas aos defensores do país, tais como dia do soldado e do aviador. A Independência aparece, mas, desde o que se publica sobre isso até mesmo à maneira como o suplemento convida seus leitores a se manifestarem sobre a data é diferente. São as continuidades e rupturas presentes no cotidiano que se representa no jornal.

Figura 128 – Homenagens à Pátria



Fonte: O Estadinho (9/9/1984, p. 1) – Acervo da autora

No dia nove de setembro de 1984, uma chamada na parte inferior de ***O Estadinho***, que ocupava aproximadamente um terço da capa do suplemento, anunciava a homenagem ao dia da Independência. Diferentemente do ano de 1972, não fora lançado um concurso e os escritos e desenhos publicados, ainda que passassem pelo crivo ou pela seleção da equipe editorial, não foram avaliados nem tampouco premiados, como ocorrera com o concurso acontecido no sesquicentenário.

O ano de 1984 marcou ***O Estadinho*** pela composição de uma equipe editorial mais especializada com o material infantil. Composta por sete mulheres¹³², ainda que não possuíssem grandes especialistas na área do jornalismo, muitas de suas integrantes tinham sua formação voltada para a pedagogia ou artes. Era o começo de uma nova fase

¹³² As informações sobre a composição desse editorial estão no subcapítulo “Um Editorial para Gente Grande”.

para o suplemento catarinense que, claramente, buscava uma interação maior com seu público leitor infantil. O suplemento que passara a ser organizado por pessoas da confiança da primeira dama do Estado, a senhora Angela Helou Amin, tornava-se, também, porta voz um projeto de governo que tinha como pauta a criança catarinense.

Esperidião Amim tinha assumido o governo do Estado em 31 de março de 1983, pelo PPR, Partido Progressista Reformador, atual PP – Partido Progressista, e as políticas de atenção à criança ganharam visibilidade em seu mandato, particularmente, pelos projetos coordenados por sua esposa, Angela Amin. De acordo com Marilda Merência Rodrigues (2001, p. 23-24):

Essa política de caráter assistencialista, que se apresenta com uma “finalidade de dar atendimento à criança de maneira integrada, com ênfase para a nutrição, a saúde, o saneamento, a educação, a estimulação e a afetividade” (Doc. Básico), está inserida dentro de um projeto maior definido como a “opção pelos pequenos”, proclamado na “Carta dos Catarinenses”¹³³, e que vai deliberadamente construindo a figura de “bom político” do então governador Esperidião Amin e de sua esposa Ângela Amin, presidente do Pró – Criança. É uma proposta de intervenção social e ao mesmo tempo um instrumento de marketing político, pautado na escolha pelo “pequeno” [...].

A materialização das ações planejadas pelo Governo Amim iniciaram sob o comando de Angela Amim já no ano de 1983, quando presidiu a Liga de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense (LADESC). Assim, compôs-se uma equipe que, com recursos e apoio do governo do estado¹³⁴, começou a produzir o suplemento que, até então, era construído pelo próprio pessoal do jornal *O Estado*. *O Estadinho* começou a dar visibilidade a uma infância carente, porém, sem problematizá-la, mas, permitido,

¹³³ Carta dos Catarinenses: um compromisso com o futuro. Proposta de Governo do Sr. Esperidião Amim, para as eleições de 1982.

¹³⁴ “Ainda que nos faltem elementos para comprovar o efetivo financiamento do suplemento pelo Governo do Estado, há vestígios de que houve um certo apoio. Primeiro por designar uma equipe de confiança da primeira dama do Estado para coordenar o suplemento, contando inclusive com uma responsável em fazer circular o suplementos em escolas, também os anúncios publicitários do BESC, veiculadas com frequência na última página do suplemento supõe um certo “financiamento” do Governo Estadual. Em entrevista ao NEPESC, Marisa Naspolini, colaboradora de *O Estadinho*, afirma que houve interesse da LADESC em tornar *O Estadinho*, uma espécie de colaborador do projeto vinculado ao Governo do Estado em dar mais atenção e visibilidade a infância. “E esse grupo foi conversar com *O Estado* para ver alguma forma, porque *o Estadinho* era um componente importante, tinha uma alta circulação, *O Estado* não tinha concorrente, era o jornal majoritário dentro do Estado – não só em Florianópolis – e eles queriam que *o Estadinho* cooperasse com esse movimento em prol da criança. O Estado concordou, não sei exatamente a que termos se fez essa negociação, mas o jornal não queria gastar um centavo com isso. Então o Governo do Estado, que bancava *o Estadinho* - acho que o principal anunciante era o BESC, fez um acordo. (o BESC foi quem bancou a mudança, agora não sei se antes já era... teria que ver os outros...), então o Governo do Estado concordou, mas não queria gastar nada. Então eles montaram essa equipe, que tinha um conselho editorial, alguns colaboradores ligados a órgãos do governo e que eram ligados a esse projeto [Pró-Criança], e eles começaram a funcionar como um conselho, a tentar melhorar os conteúdos.” (NASPOLINI, 2013, p. 1).

por via da LADESC, ainda que de modo discreto, a participação de crianças de zonas rurais e de condições econômicas limitadas. O suplemento infantil também deu início a outro tipo de circulação, para além de sua tradicional comercialização. Cópias de *O Estadinho* eram entregues nas secretarias municipais de várias cidades catarinenses, ampliando a possibilidade de leitores e, também, de interação via carta, concurso, enfim, conformando uma nova estratégia comercial de relação entre editores e leitores. Na edição comemorativa ao natal, no ano de 1985, uma página destinada a apresentar aos leitores a equipe de colaboradores do suplemento, confirma a circulação do suplemento em espaços escolares independente de nesses locais, haver o jornal *O Estado*. Índícios de diferentes formas de circulação, para além da formal assinatura ou mesmo compra do impresso. Mary Elizabeth Benedet Garcia¹³⁵ era a responsável por motivar a equipe do infantil catarinense, conhecida como a “mãe de todo mundo”, além de dar ideias sobre matérias e atividades também visitava as escolas ou contatava com professores para conseguir trabalhos e redações para publicar. Mary também se responsabilizava em conseguir exemplares extras de *O Estadinho* para serem distribuído nas escolas (O ESTADINHO, 22/12/1985).

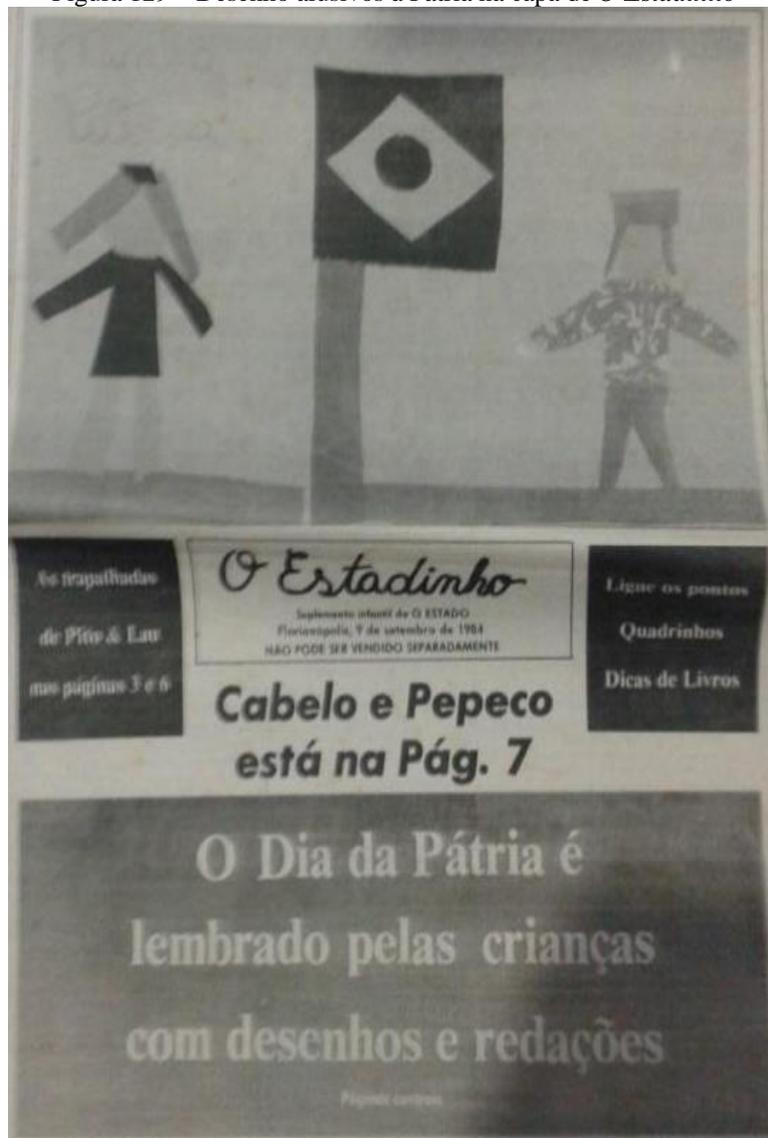
O suplemento que, na década de 1970 e início de 1980, tinha como carro chefe os quadrinhos do cartunista Maurício de Sousa, passou a contar com historinhas produzidas pela equipe coordenada por Stela Maria Naspollini (LADESC), Mirian Schilickmann (UDESC/FAED) e Mary Elizabeth Benedet Garcia (Fundação Catarinense de Cultura – FCC). Essa equipe era composta de jovens estudantes, atuantes na cena cultural florianopolitana, que encontraram em *O Estadinho* uma oportunidade de divulgar seu trabalho e de colaborar com uma concepção de formação infantil que considerava a criança como produtora de cultura. Tal intento se expressou nas várias possibilidades que *O Estadinho* lançou para a participação da criança na feitura do jornal, sendo essa uma das maneiras que, possivelmente, pode ter permitido a escrita sobre a pátria em homenagem à Independência.

Foram, em 1984, frequentes os espaços destinados à colaboração do leitor que, não mais precisava, necessariamente, enviar seu texto ou um desenho para ter um jornal com a sua “cara”. O convite ao desenho ou a uma poesia, logo após um texto, animava a participação infantil, permitindo uma interação entre jornal e leitor para além da leitura.

¹³⁵ Mary Elizabeth Benedet Garcia foi coordenadora e também editora de *O Estadinho* entre os anos de 1984-1985. Sua colaboração com o suplemento deu-se por meio do Projeto Pró-Criança/LADESC, entretanto seu vínculo empregatício era com a Fundação Catarinense de Cultura, na qual atualmente é Diretora de Difusão Artística.

A capa, lugar de destaque em impressos dessa natureza, também se converteu à criatividade infantil. Foi a partir de 1984 que os desenhos de leitores passaram a dividir o espaço da capa, tirando de pauta as tradicionais fotos de bebês e crianças que costumavam estampar a primeira página do suplemento.

Figura 129 – Desenho alusivos à Pátria na capa de *O Estadinho*



Fonte: *O Estadinho* (9/9/1984, p. 1) – Acervo da autora

Essa maior possibilidade de expressão infantil, dada nas capas como nos espaços internos oferecidos pelo jornal, pode ser notada nos escritos publicados no suplemento, de 9 de setembro de 1984, quando, por ocasião da data cívica da Independência do Brasil, *O Estadinho* publicou redações e textos de alunos de duas escolas florianopolitanas. Na capa, o suplemento destacou a participação de leitores que escreveram e desenharam suas homenagens ao Brasil. Fabiana Rebelo teve seu desenho

(uma montagem com destaque a bandeira do Brasil, o maior símbolo nacional) publicado na capa. Outros cinco desenhos de crianças, na qual não foi possível identificar a escola em que pertenciam, foram publicados no interior do jornal. Todos com símbolos patrióticos e alguns com escritos de adoração à pátria. Essa forte referência aos símbolos nacionais permite pensar que, embora houvesse um clima de descontentamento e questionamento ao país (governo), representações nacionalistas e patrióticas continuavam a circular no ambiente escolar, refratando que as mudanças também são nuançadas e que variadas representações conviveram no suplemento infantil catarinense.

Do Curso Elementar Menino Jesus, seguindo este sentimento de amor a pátria -, foram publicados três trabalhos de alunos do ensino primário: uma redação mais extensa, contando o fato histórico de 7 de setembro de 1822; uma poesia e; um cronograma ou lista de atividades a serem realizadas pelos alunos por ocasião da comemoração da Independência. Duas redações também integraram os escritos de homenagem à pátria, porém, com elementos de certa oposição aos relatos mais românticos da Independência, ambas da mesma escola.

O Colégio de Aplicação, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), já havia participado de outras atividades em parceria com o suplemento, assim como os alunos do Curso Elementar Menino Jesus contribuía com seus textos para concursos elaborados pelo suplemento. No concurso que homenageou o Sesquicentenário da Independência, dois dos 24 concorrentes à melhor redação eram alunos do Curso Elementar Menino Jesus.

Sem chamar de concurso, sem premiar e julgar, *O Estadinho* nuança uma mudança dentro da continuidade. O jornal garantia o espaço à valorização da pátria, como mantinha a intenção de publicar os escritos infantis, numa espécie de comprovação entre infância e escola, entretanto, as narrativas laudatórias, até então unânimes, dividem espaço com outras formas de pensar a pátria. De pátria amada, o Brasil passa a ser questionado.

Esse questionamento não se dá num consenso geral, mas, aparece como fruto de uma determinada realidade que provém de um lugar de fala (CERTEAU, 1982) onde há discussões e posições marcadas, representativas de um determinado grupo. Assim, pode-se perceber que a continuidade em garantir o espaço de homenagem à pátria e às crianças escolarizadas não garante a continuidade de um discurso, pois, agora, isso

aparece mesclado a outras ideias sobre o processo de Independência. Permanece o espaço à homenagem, mas, rompe-se o discurso hegemônico.

Se, por um lado, em 1972, o discurso anunciado voltava-se a uma memorização do presente por meio do passado, sendo isso decorrente da forte campanha imposta pelo Governo Médici, por outro, 1984 anunciava um desejo de mudança, essencialmente, no sistema político eleitoral. A campanha pelas Diretas Já movimentou o país, de 1983 até abril de 1984, levou às ruas o povo brasileiro, que soube mostrar sua indignação frente às forçar militares que ainda permaneciam no comando do país.

Viveu-se um clima de insatisfação por tudo o que vinha acontecendo no país: a década perdida tinha perdido as Diretas Já, mas, buscava romper com os discursos enraizados e visões limitadas da vida política e social. Nessa esteira, novos paradigmas também repercutiram visivelmente no ensino escolar, ainda que de modo tímido, mas, já em algumas instituições, como se pode verificar nos trabalhos escolares publicados no suplemento infantil.

Com o objetivo inicial de servir de campo de estágio aos estudantes do curso de Didática, da Faculdade Catarinense de Filosofia, foi fundado o Colégio de Aplicação, no ano de 1961, chamado de Ginásio de Aplicação. Inicialmente, atendia apenas os cursos ginasiais que foram implantados gradativamente ao longo de quatro anos. Integrante do Sistema Federal de Ensino, o Colégio passou a oferecer o Ensino Fundamental somente na década de 1980, e seus alunos eram quase que exclusivamente filhos de professores e servidores técnico-administrativos da Universidade Federal de Santa Catarina. Somente 12 anos mais tarde, o colégio determinou, por meio da Resolução n. 13/CEPE/92, que o ingresso de alunos começasse a ocorrer por sorteio e aberto à comunidade.

Situado no Campus Universitário Federal, o colégio visava uma orientação mais politizada, sendo muitos de seus professores ligados à manifestações estudantis ou de classe. Havia com frequência discussão acerca de temas políticos e sociais e uma forte vinculação à política esquerdista, principalmente, por parte de alguns professores, como relatou a aluna Eleonora Castelli (2013, p. 2), lembrando as aulas de História:

A melhor lembrança que eu tenho do Colégio de Aplicação enquanto estudo, eram das aulas de história. O professor contava a história e nos fazia refletir a respeito. Claro havia uma postura de esquerda. Nas provas a gente tinha que..., devia escrever. Ler os livros e prestar atenção nas aulas. As perguntas a gente tinha que dar uma resposta reflexiva. Eu me lembro de uma época de euforia... A gente tinha sido massacrado por aquela ditadura, foi um regresso, muitos professores ficaram nessa adolescência, nesse regresso, nessa rebeldia interna. Não tinha gente de direita com espírito crítico.

O Colégio de Aplicação caracterizava-se pela multiplicidade de ideias, pelas divergências políticas e pelo confronto intelectual. Não havia, na escola, uma supremacia ideológica, mas, o que existia era certa autonomia individual, que cada professor, à sua maneira, expressava em suas aulas.

Na linha oposta, o Curso Elementar Menino Jesus, fundado em 1955, pelas irmãs Madre Chanthal Wanten e Madre Ancilla Scheufens, tinha uma orientação fortemente católica. A escola privada atendia aos filhos das camadas elevadas da sociedade, inicialmente, com turmas de educação infantil e primeira fase do ensino fundamental. A partir de 1973, adotou o Sistema de Montessori¹³⁶ de Educação, ainda que de modo intuitivo, e, no final da década de 1990, passou a oferecer todas as séries do ensino fundamental.

São duas instituições bastante distintas, mas, que, de certa forma, enquadravam-se em algumas similitudes: ocuparam as páginas de *O Estadinho* com assuntos supostamente abordados em aula e atendiam parcelas estudantis bastante específicas de Florianópolis. O Colégio de Aplicação atendia, em sua grande maioria, filhos de servidores e professores da Universidade Federal que, em boa medida, faziam parte de uma elite que, naquele momento, gozava da estabilidade do serviço público e também de certo poder de consumo. Assim, também, o Curso Elementar Menino Jesus não estava acessível a todas as crianças florianopolitanas, haja vista a cobrança de mensalidade e a orientação vocacional e religiosa, fatores certamente limitantes para muitas famílias.

Se as semelhanças são verificadas no suplemento, é por meio dele que as diferenças se destacam: tanto na faixa etária dos participantes quanto, principalmente, no posicionamento das narrativas publicadas no jornal.

Foram três alunos do Curso Elementar Menino Jesus que manifestaram sua homenagem à pátria. O primeiro escrito foi de Helena Mayer, aluna da 4ª série cujo título – “Independência do Brasil” – já sinalizava para um conteúdo mais laudatório. De escrita impecável e em primeira pessoa do plural, nomeava Dom Pedro, Dona Leopoldina e José Bonifácio como os grandes heróis da pátria, ressaltando que a Independência deu ao país as “rédeas” de seu destino:

¹³⁶ Educação Montessoriana ou Sistema de Educação Montessori, tem como objetivo permitir com que o aluno por meio de atividades práticas busque e desenvolva seus aspectos cognitivos, sensoriais e motores. O professor atua de forma a ajudar nesse processo, pois a condução deve ser dos estudantes.

[O] 7 de Setembro é a grande data da Pátria. Marca o dia em que nos tornamos independentes, em que ficamos senhores do nosso destino. D. Pedro I, ao chegar de Santos, entrou nas proximidades do Riacho Ipiranga, emissário do Rio de Janeiro, que lhe traziam mensagens de Lisboa prejudiciais ao Brasil, uma vez que exigiam o retorno de D. Pedro à corte portuguesa. Com as mensagens vinham cartas de José Bonifácio e Dona Leopoldina, além de um comentário do Deputado Antonio Carlos, onde pediam a reação do príncipe para evitar que o Brasil fosse submetido ainda mais a Portugal. D. Pedro comoveu-se. Sentiu que era chegada a hora tão esperada pelos brasileiros. E no mesmo local, a 7 de setembro de 1822, às margens do riacho Ipiranga com o grito imorredouro de “Independência ou Morte”, determinou o rompimento dos laços que nos prendiam aos antigos colonizadores. A proclamação da independência foi o ponto culminante de uma reação que havia muito se manifestava através de movimentos nativistas. Os brasileiros sentiam-se diminuídos em seus direitos legítimos quantos às responsabilidades de administrar o País. Já era um povo verdadeiramente constituído, com seus costumes e aspirações. Não era mais possível aceitar as imposições que vinham de Lisboa. O povo queria o Brasil para os brasileiros. E isso foi conseguido. (O ESTADINHO, 9/9/1984, p. 4).

Apesar de uma movimentação mais crítica, na década de 1980, muitos livros didáticos ainda circulavam com esse discurso mais tradicional e laudatório. O Curso Elementar Menino Jesus, por meio das publicações de seus alunos, permite atestar como a própria escola tratou o assunto Independência, já que os alunos refletem em seus trabalhos a ideia de pátria amada com glórias, honras e vitórias, de modo bastante semelhante aos textos produzidos no ano comemorativo ao sesquicentenário. Outro escrito de homenagem à pátria, em forma de poesia, evidencia o espírito nacionalista e o sentimento de amor incondicional ao país. O menino Ricardo da Cunha, também, aluno da 4ª Série, escreveu:

Oh minha Pátria
tão bela, tão bonita
Por ti, oh minha querida
eu seria capaz de dar a vida
para mostrar que eu te amo
365 dias por ano. (O ESTADINHO, 1984, p. 4)

Entretanto, o clima daquele ano em nada se assemelhava a tal pujança propagandeada pelo regime ditatorial. A década de 1980 apresentava-se para os brasileiros com muitas dificuldades. A crise econômica, o desemprego, a inflação e a dívida externa estampavam, com frequência, as páginas dos jornais. Em 4 de agosto de 1984, a capa do jornal *O Estado* trouxe a greve das universidades federais e o plano do Governo do Estado contra a crise. Somado a isso, havia a decepção do povo brasileiro a respeito das manobras políticas que puseram uma pá de cal sobre o movimento das Diretas Já. O governador de Santa Catarina, naquele ano, Esperidião Amin, em matéria

publicada no jornal *O Estado*, sobre um evento do qual participara, no Estado do Rio de Janeiro, evidenciou que, para ele

[...] a imagem da classe política e especialmente o Congresso Nacional ficaram comprometidas com a negativa às eleições diretas no País, frustrando o povo que ansiava por eleger o futuro Presidente da República. (O ESTADO, 4/8/1984, p. 9).

No mesmo dia, outra matéria que chamava a atenção do leitor atribuía à crise o aumento no número de “pedintes” nas ruas, isto é, pessoas de todas as idades, inclusive menores e idosos que tentavam buscar um “complemento” da renda. Muitos não conseguiam sobreviver com a aposentadoria. Assim, o relato de “[...] alto custo de vida, péssimas condições de sobrevivência e o consequente arrocho salarial” (O ESTADO, 4/8/1984, p. 2) evidenciava as dificuldades atravessadas pelo país naquele momento. O problema não se localizava apenas no estado catarinense, mas, era sentido por outros estados. A recessão e as dificuldades econômicas estavam por toda a parte e já ressoavam nas universidades federais, destacou a *Revista Veja*, em matéria de capa, na edição de 2 de julho de 1984, alertando sobre a greve em 29 instituições e que já passava dos dois meses. A matéria, que dizia “Professores em greve, Universidade doente”, mencionava como ponto chave da paralisação universitária a falta de reajuste e reposição salarial de professores e funcionários, assunto que também apareceu no jornal *O Estado*, em matéria que iniciava ironizando o milagre econômico:

[...] estamos a muito tempo a assumir por intermédio do tão propagado milagre brasileiro as infelicidades esparramadas por esse país. [...] agora é a hora e a vez de arrecadar donativos para os professores e servidores públicos federais que estão a necessitar de auxílio. Enquanto toda a vergonha nacional é legalizada, o assalariado brasileiro arregaça os bolsos, abre as portas dos seus armários, e com certeza encontra um tostão e um pedaço de pão para depositar nos postos de arrecadação que se encontram espalhados por este país. (O ESTADO, 8/8/84, p. 2).

Esse clima de insatisfação possivelmente repercutiu nos desfiles de comemoração à Independência do Brasil, que já não contavam mais com a presença de todas as escolas municipais como ocorrera em anos anteriores, como, também, não receberam muita publicidade, tal como nos de 1972. O governo, já desgastado, assistiu à festa da Independência com certo amargor naquele ano, ainda que persistisse o ritual comandado pelos militares e escolares com toda a pompa e circunstância, pois, as faixas erguidas, em muitas cidades brasileiras, demonstravam que aquela festa definitivamente não era a festa da Independência. Jornais e revistas expressavam o luto que persistia nos brasileiros, não só pelo desgaste econômico, mas, sobretudo, pela manobra que tinha feito o movimento das Diretas Já morrer na praia.

Figura 130 – Desfile Cívico – Sete de Setembro 1984



Fonte: O Estado (12/9/1984, p. 3) – Acervo da autora

Muitas revistas e jornais, grandes veículos de difusão da informação impressa, já em meados da década de 1970, passaram a usar suas folhas para criticar o governo. (MIRANDA DA SILVA, 2014). Dentre os vários problemas relatados destacaram-se: as perdas salariais, o aumento da inflação, as más condições na saúde pública, a precariedade das rodovias, o crescimento desordenado das grandes cidades e os problemas com a educação básica e superior. (SILVA, 2004). Na década de 1980, os problemas se agravaram. Mesmo contando com polos industriais bem desenvolvidos, o aumento no custo do petróleo repercutia em vários setores da sociedade.

[...] crescimento lento nas exportações, aceleração nas taxas de juros internacionais, aumento da dívida externa. A inflação seguiu ascendente, chegou a 211% ao ano em 1983, 223% em 1984, no final do governo do general Figueiredo e bateu forte no bolso e no cotidiano do trabalhador e da classe média assalariada: descontrole nos preços, contas públicas deterioradas, recessão e desemprego. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 470-471).

Esse movimento crescente, de crítica e de insatisfação, alimentado pela própria imprensa que lutava contra a censura e pela liberdade de expressão, pois, como relatou Veiga (2014, p. 356), “[...] as práticas da censura com relação aos jornalistas ainda estavam em pleno vigor no final do regime autoritário, um período já considerado de redemocratização [...]”, esteve muito presente em *O Estado*. O próprio *O Estadinho*, também, de modo muito sutil, imprimiu suas críticas às censuras sofridas pelas crianças por parte de pais e professores, não escapando a ideia de que o problema denunciado pelo suplemento também era sentido em outros espaços, por exemplo, nas redações dos jornais.

Essa mescla de denúncia e cautela pode ser percebida na homenagem de *O Estadinho* à pátria, no ano de 1984. Naquele ano, duas perspectivas de Brasil foram estampadas no suplemento. Em uma das escolas, por exemplo, a semana da pátria representava um período de plena glorificação do passado, como destacou a aluna Monica, do Curso Elementar Menino Jesus, ao publicar as atividades de sua escola em homenagem à pátria. Entretanto, outros estabelecimentos de ensino caminhavam na direção oposta, na medida em que questionar uma determinada leitura e interpretação do passado passou a ser a discussão do presente.

Tratava-se de uma mudança que podia ser percebida em alguns livros didáticos, os quais, ainda que trouxessem uma ideia glorificada de passado cujos heróis partiam quase sempre da nobreza, envolviam-nos em grandes batalhas e representavam o povo, já anunciando certo questionamento sobre algumas visões perpetuadas ao longo dos anos. Timidamente lançadas em alguns livros, mas, possivelmente, bem exploradas nas salas de aulas, as indagações sobre a história heroica reproduzida nos meios de comunicação, livros e filmes mostram, também, uma mudança epistemológica na escrita da história brasileira. A década de 1980 caracteriza-se por um momento de intensas discussões no campo historiográfico, motivadas pela virada linguística¹³⁷ e pela

¹³⁷ A virada linguística foi um novo paradigma no campo das Humanidades, que tencionou a relação entre linguagem e realidade. De acordo com Barroso (2015), nessa nova concepção a linguagem ganha certa autonomia, ou seja, sua função se dá de forma independente da realidade. Já a realidade só se torna acessível por meio da linguagem. Essa nova forma de pensar a relação entre a linguagem e a realidade fez com que muitos historiadores criticassem tal concepção, classificando-a como subjetivista e relativista. “No entanto, a perspectiva gerada pelas novas análises linguísticas não consideram como problemático o fim da crença na correspondência entre linguagem e realidade, muito menos a ideia de que o passado não existe enquanto objeto de investigação. Pelo contrário, o fim dessa crença fomenta os debates historiográficos nos quais as escritas da história não passam de narrativas que são tentativas ou propostas de definição da relação entre linguagem e realidade. As propostas e demonstrações são formas de

proposta francesa de uma Nova História (BURKE, 2005), quando novos atores e também novos documentos entram em cena para a escrita da história. Índícios dessa nova perspectiva tornam-se visíveis em alguns ambientes, principalmente, aqueles que, de alguma forma, relacionavam-se ou ligavam-se aos campos acadêmicos¹³⁸.

Assim, os dois textos que dividem espaço com as publicações escritas e os desenhos de crianças de outras escolas nos fornecem outra ideia de infância, ligada à crítica, uma mentalidade já mais conectada, também, com as discussões sobre a participação da criança nos assuntos cotidianos e envolvendo a política e sociedade. É a partir desse momento que o suplemento *O Estadinho* passa a se configurar como um jornal mais voltado aos interesses da criança. Tornam-se constantes a publicação de histórias e desenhos infantis, ocupando, frequentemente, a capa do suplemento, bem como se amplia à seção destinada à comunicação de leitores e editores, sempre com as respostas às cartas na mesma edição em que eram publicadas.

As redações publicadas pelo suplemento apareceram na seção Semana da Pátria. Com duas páginas, a seção apresentou: dois textos de alunos do Colégio de Aplicação; três escritos de alunos do Curso Elementar Menino Jesus; cinco desenhos de crianças estudantes de outras escolas catarinenses e; três jogos de passatempo, sendo dois alusivos à pátria. Tanto os desenhos quanto os passatempos traziam como elemento comum a bandeira do Brasil, o maior símbolo da pátria. Nos desenhos, a bandeira é apresentada junto de outros símbolos de luta, tais como soldados e navios, mas, também, aparece ao lado de pessoas supostamente comuns ou de situações cotidianas (como em meio à natureza e próxima a pessoas em uma rua). É possível perceber que a bandeira atuava fortemente no imaginário das crianças, sobretudo, como uma representação ligada aos eventos de conquista, luta e certa grandiosidade. Tal fato sugere pensar que, também, nas escolas o movimento de transição se deu de modo lento, pois, ainda que novas perspectivas e olhares começassem a surgir acerca do tema Independência do Brasil, os resquícios ideológicos produzidos pela ditadura militar estavam presentes.

organizar o conhecimento sem encerrá-lo, isto é, são muito mais compreensivas do que cognitivas. Elas devem contribuir menos para descrever o passado do que para interpretá-lo.” (BARROSO, 2015, p. 138)

¹³⁸ Os cursos de pós-graduação em história da educação, por exemplo, que, nos anos de 1980, lançaram discussões sobre novas fontes e novos personagens da história (NUNES; CHAGAS, 1993), possivelmente, reverberaram em espaços como o do Colégio de Aplicação cujos documentos norteadores elaborados pelos profissionais da escola sinalizavam para um posicionamento crítico e consonante com as discussões acadêmicas.

Marcado pela presença de jovens estudantes em formação, haja vista o seu propósito experimental, o Colégio de Aplicação possuía boa parte de seu corpo docente com estudos de pós-graduação. O elo com a Universidade Federal proporcionava, também, uma maior interação com colegas atuantes no ensino superior e, de certa forma, mais envolvidos com debates epistemológicos, questões voltadas às pesquisas de ensino e aprendizagem, bem como metodologias de ensino, afinal, o colégio visava: “[...] à transmissão, produção e apropriação crítica do conhecimento com o fim de instrumentalizar a responsabilidade social e a afirmação histórica dos educandos” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, COLÉGIO DE APLICAÇÃO, 1991, p. 11).

Diante desse ideal, os docentes deveriam conduzir suas práticas, propiciando “[...] os conhecimentos necessários para instrumentalizar o educando na sua atuação, tornando-a crítica e produtiva no processo de transformação no mundo e na conseqüente construção de uma sociedade justa e igualitária.”. No documento norteador das práticas pedagógicas do colégio, a prática de “possibilitar ao educando a vivência de práticas democráticas concretas para que ele possa desenvolver-se como sujeito livre, consciente e responsável na construção coletiva da realidade histórica.” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, COLÉGIO DE APLICAÇÃO, 1991, p. 11) também deveria permear as aulas ministradas naquela instituição.

O engajamento político e social de funcionários técnico administrativos, docentes e alunos, do colégio da UFSC é considerado uma marca da escola. Em muitos movimentos grevistas e reivindicatórios, alunos saíram em passeata junto da comunidade universitária. Mesmo que muitos ocupassem tal espaço apenas por uma suposta diversão ou transgressão juvenil, não se pode deixar de mencionar que, possivelmente, as discussões realizadas em sala de aula podem ter contribuído para o reconhecimento de uma sensibilização e desejo de se engajar nas causas políticas e sociais do momento.

Esse modelo de educação, anunciado no Projeto Político Pedagógico da escola, certamente, ecoou na cabeça dos seis alunos que, munidos de uma retórica crítica, escreveram suas impressões sobre o Brasil, as quais se chocavam com a visão romântica e gloriosa do passado. Eram questionamentos que relacionavam os problemas econômicos vividos naquele momento histórico com o próprio processo de Independência do Brasil. A tão querida e amada pátria, homenageada em 1972, com as redações de Marcelo Abraham Peixoto e José Carlos Xavier, passou a ser questionada. A postura do suplemento em publicar, também, textos que questionavam os atos

históricos do país possibilitam a verificação de outra infância em ascensão, pelo menos nas páginas de *O Estadinho*. Eram crianças preocupadas com seu país, certamente, motivadas pelos livros que liam e pelos discursos de que participavam, tanto em aula como, possivelmente, no ambiente familiar, e que puderam afirmar, por exemplo, que: “[...] o Brasil ainda é um país dependente e que precisa ainda hoje lutar pela sua independência.” (O ESTADINHO, 9/9/1984, p. 4).

Não aceitar o discurso contido em muitos materiais escolares que circulavam como reminiscências de um passado de glória demonstrava, de certa forma, uma mudança não somente em alguns conteúdos escolares, mas, particularmente, no modo como eram abordados tais assuntos. Os textos (um de produção coletiva e outro individual), que questionavam o processo de Independência brasileira, mostram, de modo bastante significativo, a apropriação daquele grupo formado por meninos e meninas, de idade entre 12 e 13 anos: a valorização do debate, o pensar e a produção da escrita feitos coletivamente e não somente por materiais escolares. A escrita dos alunos traz informações bastante realistas do período que, certamente, podem ter sido retiradas de outras fontes como jornais, revistas e mesmo televisão, a qual, de acordo com o Censo de 1980, já estava presente em mais da metade dos domicílios brasileiros, número que aumentou ainda mais no transcorrer daquela década. Toda essa atmosfera mais crítica que atingira em certa medida algumas instituições de ensino, a exemplo do Colégio de Aplicação, encontrava espaço também no suplemento infantil¹³⁹.

A discussão sobre dívida externa era constante. Circulavam nos meios de comunicação, com certa frequência, críticas ao governo. Contudo, relação de dependência criada entre Brasil e países desenvolvidos também foi relatada na redação de Alexandre Schmitt, Carina Scheibe, Edilene Gonçalves, Eleonora Castelli, Maurício Mello. Logo no início da redação mais extensa, dentre as cinco publicadas pelo suplemento, aquela que põe em xeque a Independência do Brasil logo em seu título – “Brasil: um país independente?” – relata, de modo afirmativo, o que a imprensa também alardeava:

¹³⁹ A equipe editorial que assumira o infantil a partir de 1984, contava com a colaboração de universitários, profissionais ligados a área da educação e cultura, além de jovens atuantes na cena cultural catarinense. Uma equipe que buscava ampliar o repertório infantil, dando a conhecer outros espetáculos de teatro, que não só os produzidos por Valdir Dutra, motivando a participação do leitor não apenas para o envio de fotos de crianças, valorizando a pluralidade de ideias e o respeito a versões diversas de um mesmo acontecimento, sem emitir juízo de valor. Uma equipe entrava em cena para fazer ressoar uma visibilidade a infância, partindo dos programas e projetos da LADESC, vinculadas ao governo do Estado de Santa Catarina.

Após ser reconhecida a Independência do Brasil, este já estava com sérios problemas em sua economia. O que resultou disso foi uma grande dívida com a Inglaterra. Com isso, o Brasil estava totalmente nas mãos (dependente) da Inglaterra. Começou aí, a famosa dívida externa brasileira que só aumenta e nunca diminui. (O ESTADINHO, 9/9/1984, p. 4).

A situação política e econômica do Brasil era alvo de críticas diárias e nem mesmo a semana de comemoração à Independência abafou as discussões. O momento era bastante tenso e, ainda que o editorial do jornal *O Estado*, publicado em Sete de Setembro de 1984, defendesse a imagem de país em pleno desenvolvimento, livre e pujante, as páginas destinadas – principalmente – à política e economia mostravam as crescentes dificuldades nas quais o país se encontrava, resquícios da ditadura que ainda se manifestava, como se pode constatar em matéria publicada no próprio jornal *O Estado*, do dia 7 de setembro de 1984. Com o título “Deputado faz denúncias sobre pressão política”, o texto denuncia as imposições de alguns políticos e homens ligados a cargos de chefia no governo que, por meio de suas atribuições públicas, tentavam coibir os votos para o Movimento Democrático Brasileiro - MDB.

[...] o Sr. Nilton Olinger, Chefe do Posto de Saúde local, advertiu os seus funcionários que “cada um vai ter um vereador em quem votar” e que o voto será marcado para que os que traírem sejam depois colocados fora do serviço. Acrescentou que o candidato a prefeito pela Arena, João Chaves, em seu próprio benefício alega que poderão ser presos os que votarem na oposição. (O ESTADO, 7/9/1984, p. 3).

O clima de descrença política, entretanto, não era algo desconhecido, mas, apenas tinha se tornado mais visível, pois, os próprios meios de comunicação, cada vez mais, se posicionavam como porta vozes da verdade, da informação crítica, da imparcialidade, da pluralidade, de um estilo moderno de jornalismo e apartidário, características que Luiza Villaméa (2013) qualificou como sendo capitaneados pela *Folha de São Paulo*.

O jornalismo defendido pela *Folha de São Paulo*, a partir dos anos de 1980, também já se fazia notório no tocante às críticas quanto às ações do governo. A *Revista Isto É*, lançada no ano de 1976, desde seu primeiro número trazia textos com conteúdos que, para além da crítica, utilizavam “[...] em larga escala análises irônicas e o inconformismo que o cenário político nacional despertava.” (MIRANDA DA SILVA, 2014, p. 126). De grande circulação, a Revista Veja se mostra, também, nesse período de abertura política, como um veículo de comunicação cuja postura costumava contrastar com a imagem defendida e divulgada pelo governo militar aludidas em suas

campanhas que visavam “[...] fortalecer valores, ligados ao amor à pátria, a instituição familiar e o caráter do povo brasileiro.” (MIRANDA DA SILVA, 2014, p. 126). Obviamente, alguns aparelhos da imprensa optavam por um jornalismo não tão crítico ou mantinham-se na fronteira entre a oposição e a situação. A própria *Revista Veja*, como cita Miranda da Silva (2014, p. 136-137), publicou, na edição de 27 de junho de 1979, matéria de capa sobre os Anistiados, com declarações desrespeitosas a muitos homens e mulheres que lutaram contra o regime ditatorial. A revista diz que os anistiados que poderiam regressar ao país deveriam “moderar o passo”. Também, “Baderna, truculência e desrespeito à lei” foram os adjetivos usados para classificar o movimento de greve dos trabalhadores da construção civil, realizado em Belo Horizonte. Miranda da Silva (2014) ainda destaca que, a partir de meados de 1979, as ações cidadãs que não estivessem relacionadas diretamente ao ato reivindicatório de liberdade de imprensa estariam praticamente descartadas pelo impresso.

A abertura política não fez mudar, da noite para o dia, os discursos circulantes, as atitudes políticas, as mentalidades e o cotidiano das pessoas. A mudança ocorreu lenta e mescladamente, como camadas que vão se sobrepondo, de maneira que mesmo a força daquelas que estão na superfície não consegue eliminar a das outras que, ainda que estejam abaixo, não deixam de sustentar as de cima.

O Estadinho e *O Estado* possibilitam refletir sobre como a abertura política, as matérias e reportagens que traziam em seu conteúdo críticas ao governo e a necessidade de discussão do sistema político vigente reverberaram, de certa maneira, aquilo que se evidenciava naquele momento, ou seja, a ordem do dia, aquilo que estava na superfície. Entretanto, tendo o suplemento infantil catarinense como referência, percebe-se que nele também coube – mesmo que em poucas palavras e na página ao lado – o outro discurso que trazia resquícios de um tempo em que o país deveria ser amado sob qualquer hipótese, em que os questionamentos, críticas e ataques corriam pela clandestinidade e, aos meios de comunicação formais pouco restava além de acatar as imposições e a censura de um governo de exceção, como bem ressaltam as pesquisadoras Schwarcz e Starling (2015), ao falar do “fenômeno” criado pelo governo ditatorial, sob o nome de “milagre econômico”:

Mas, enquanto os militares aprofundavam os instrumentos de repressão dentro das fábricas – e para o restante da sociedade –, a economia se aqueceu e a inflação, em vez de subir, passou a cair. Teve início um surto de crescimento que, no seu apogeu, superou qualquer período anterior, e o governo começou a falar de “milagre econômico brasileiro”. A performance de crescimento seria indiscutível, porém o milagre tinha explicação terrena.

Misturava, com a repressão aos opositores, a censura aos jornais e demais meios de comunicação, de modo a impedir a veiculação de críticas à política econômica, e acrescentava os ingredientes da pauta dessa política: subsídio governamental e de diversificação das exportações, desnacionalização da economia com a entrada crescente de empresas estrangeiras no mercado, controle do reajuste de preços e fixação centralizada dos reajustes de salário. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 452-453).

Além mostrar o “milagre econômico brasileiro” como muito mais relacionado a uma campanha de publicidade em prol do governo militar, Schwarcz e Starling (2015) acrescentam em suas análises uma das maiores consequências do dito “milagre” à economia do país: a dívida externa.

O “milagre econômico”, contudo, teve um preço, e o crescimento da economia se fez acompanhar de um processo acentuado de concentração de renda, resultado de uma política salarial restritiva, em que os ganhos de produtividade não eram repassados para os trabalhadores. Deu-se também um aumento vertiginoso da dívida externa, com o país mais vulnerável às alterações do cenário internacional em decorrência da captação de recursos privados no exterior – com financiamento mais barato e maior prazo – e obtenção de crédito para a indústria em bancos privados internacionais com juros flutuantes e elevados. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 453).

A dívida externa foi, naquela década, um dos assuntos mais comentados nos meios de comunicação. Não por acaso o assunto apareceu como tema de uma das redações publicadas em *O Estadinho*. O texto do menino Santiago Tomás Bonsiepe, estudante do Colégio de Aplicação cujo título – “Nasce uma dívida externa” – já insinuava o conteúdo do escrito, em nada se relacionado a uma honraria ao país e à data da Independência. Além disso, foi escrito em primeira pessoa, como se a própria dívida externa estivesse narrando sua trajetória, mesclando ironia com crítica à política social e econômica do país. O menino fez uma espécie de arqueologia da dívida externa brasileira, tendo como ponto de partida a chegada dos portugueses ao Brasil, mas, com ápice durante o processo de Independência do país, em 1822.

Nasci há mais de 4 séculos, mais ou menos. Minha origem é portuguesa, ou por culpa deles. Comecei com pequenas dívidas penduradas da compra de ferramentas e navios da Inglaterra para a exploração do Brasil. Então, como precisavam de mais ferramentas e engenhos, fui crescendo, crescendo, crescendo. Dei um grande pulo em 1822, quando a guerra da Independência foi proclamada por Dom Pedro I e “financiada” pela Inglaterra. (O ESTADINHO, 9/9/1984, p. 4).

O outro escrito, também, de alunos do Colégio de Aplicação, que questiona a Independência do Brasil, fez forte menção à dívida externa. Entretanto, ressaltou que o

início dessa dependência externa se dera a partir da Independência anunciada em 1822, sendo isso o que fazia do Brasil um país ainda mais dependente.

Hoje com sua esplendorosa dívida externa, o Brasil se torna um país totalmente dependente economicamente. Isso resulta num estado de dependência política e social, submetendo o povo ao multinacionalismo e uma política (competitiva) totalmente desfavorável para um país subdesenvolvido como o Brasil. (O ESTADINHO, 9/9/1984, p. 4).

Ambos os textos trazem como tema a dívida externa como sendo a grande vilã pelo caráter de dependência do país. Assunto, como já visto, presente nas páginas de jornal, revistas e, também, em outros veículos de comunicação, como o rádio e televisão.

O Colégio de Aplicação, por ser uma escola experimental, vinculada diretamente à Universidade Federal, destacava-se por seu posicionamento crítico e um viés de esquerda. O contato frequente com alunos e docentes dos diversos cursos de graduação oferecidos pela universidade proporcionava à equipe de professores da escola o contato com metodologias de ensino mais recentes, com novas possibilidades didáticas, com materiais diversificados, práticas que repercutiam na atuação em sala de aula e também na motivação dos próprios alunos, os quais eram estimulados a exercer o pensamento crítico. O plano de ensino da disciplina de história da 7ª série do ano de 1983¹⁴⁰, elaborado pela professora Ivonete Izé, dá indícios quanto à preocupação na formação de um pensamento crítico, atrelado à concepção de história como uma construção humana.

OBJETIVO DA SÉRIE: Possibilitar o desenvolvimento do pensamento reflexivo e da capacidade de crítica, estimulando a aplicação dos hábitos adquiridos e ampliando a comunicabilidade através da expressão oral e escrita.

OBJETIVO DA DISCIPLINA: “Interpreta a história como resultante da ação humana.” (IZÉ, 1983).

Embora muitos livros didáticos sugerissem a abordagem do tema Independência da República nas 5ª séries, o Colégio de Aplicação, ao menos no ano de 1983, tendo como referência os planos de ensino daquele ano, optou por apresentar o assunto na 7ª série. Os livros didáticos encontrados na biblioteca do Colégio de Aplicação e de outras escolas (como o Colégio Lauro Muller e o Instituto Estadual de Educação), relativos à década de 1980, apresentam o conteúdo da Independência como tema da 5ª série,

¹⁴⁰ Não sendo possível encontrar o plano de ensino do ano de 1984, optou-se por usar como referência, o plano de 1983, da 7ª série, uma vez que nele estava presente o conteúdo Brasil Colônia – Brasil República.

entretanto, alguns livros limitavam-se apenas ao conteúdo e sem especificar a série a que se destinava, exceto o grau, conforme quadro a seguir.

Quadro 5 – Livros Didáticos de História

| Livro | Autor(es) | Ano | Série | Local |
|----------------------------------|--|---------------------------|----------------|--------------|
| História Dinâmica do Brasil | Bruna R. Cantele | 1986 | 5 ^a | LEH |
| História do Brasil 2 | Gilberto Coltrin e Alvaro Duarte de Alencar | 1988 (4 ^a ed.) | Não específica | LEH |
| História do Brasil | Maria Januária Vilela Santos | 1975 | 5 ^a | LEH |
| História – Reflexão e Análise | Paulo Alcantara | 1987 – 19?? | Não específica | LEH |
| História do Brasil | Antoracy Tortolero Araújo | 1985 | Não específica | LEH |
| História do Brasil | Marlene Ordoñez e Antonio Luiz de Carvalho e Silva | 1975 | 5 ^a | LEH |
| História do Brasil | Oswaldo Rodrigues de Souza | 1982 | 5 ^a | LEH |
| História da Sociedade Brasileira | Francisco Alencar, Lúcia Carpi Ramalho e Marcus Venício Toledo Ribeiro | 1983 | Não específica | IEE |
| História do Brasil | Souto Maior | 1970 | Não específica | IEE |

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Tal fato permite pensar não apenas em certa autonomia do Colégio de Aplicação quanto à organização dos conteúdos por série, mas, também, na inclusão de outros materiais que não somente os livros didáticos e paradidáticos para a elaboração das aulas, tais como alguns descritos nos próprios planos de aulas: mapas, textos, construção coletiva de materiais de estudos e saídas a campo.

Os textos elaborados pelos alunos do colégio federal fazem ressoar o espírito daquele período, entretanto, o fazem, porque o próprio meio se posicionava de modo crítico em relação ao sistema. Os meninos e meninas que, naquele ano, cursavam a 7^a série, possivelmente, escreveram seus textos utilizando os recursos oferecidos em classe, mas, também, atentando-se a outros suportes que se popularizavam naqueles anos, como as revistas semanais e a televisão. Isso era diferente das redações laudatórias escritas para o concurso da Independência, de 1972, cuja rigidez textual e a perfeição ortográfica convidam a pensar na presença adulta nos textos. O material de 1984, ainda que carregado de críticas e ironias que podem parecer complexas para meninos e meninas de 12 a 13 anos, apresenta indícios de que aquela foi uma construção mais

espontânea, um *bricoleur*, que pode inclusive ter contado com a ajuda de um adulto¹⁴¹. O fato de o material ter ganhado as páginas de *O Estadinho* já supõe que texto tenha no mínimo passado pela avaliação e possível correção do professor responsável pela atividade que o suplemento publicou como sendo “Grupo” e “Pesquisa feita na biblioteca da escola”.

Há marcas, em ambos os textos, que permitem pensar que a publicação do material elaborado, possivelmente como fins avaliativos. O primeiro texto “Brasil um país independente?”, foi produzido de forma coletiva, acenado a possibilidade de uma tarefa ou trabalho em grupo, com pesquisa em livros, jornais, diálogos com familiares, outros professores, informações veiculadas na televisão, etc. Já o segundo texto, foi uma produção individual e que provavelmente também tenha sido oriunda de uma atividade avaliativa, podendo ser uma prova, uma redação, e mesmo um trabalho de pesquisa coletivo ou individual.

As duas escritas causam certa admiração pela clareza de ideias e sendo crítico, entretanto a redação de Santiago apresenta elementos de uma escrita mais refinada, embora seja constante o uso de termos e expressões bastante coloquiais. Há alguns lapsos quanto à utilização da vírgula e repetição de palavras, mas, aspectos que não comprometem seu conteúdo, que possui um tom bastante crítico e irônico. O menino Santiago apresenta uma relação bastante coerente entre a dívida externa e os presidentes

¹⁴¹ Cabe ressaltar que tais escritas, em forma de redação e com aspecto crítico exercem certo encanto naqueles que pesquisam fontes que contem tal material. O risco de envolver-se de forma apaixonada e com limitado uso da razão, existe. “A tensão se organiza – em geral de modo conflituoso – entre a paixão de recolhê-lo inteiro, de oferecê-lo integralmente a leitura, de jogar com seu lado espetacular e com seu conteúdo limitado, e a razão, que exige que ele seja habitualmente questionado para adquirir sentido. É entre paixão e razão que se decide escrever história a partir dele.” (FARGE, 2009, p. 21). A historiadora francesa problematiza o uso dos documentos encontrados em arquivos, a mercê do esquecimento e as armadilhas que cercam o ofício do historiador de arquivos. É preciso atenção e racionalidade para livrar-se dessas armadilhas também listadas pela professora doutora Ana Chrystina Venâncio Mignot (2014), sobretudo em documentos produzidos por crianças. “Em estudos recentes, chamei a atenção para a necessidade de examinar as escritas infantis com cuidado uma vez que exercem tanto fascínio até mesmo em pesquisadores mais experimentados: 1. É necessário considerar que elas estão sempre de um modo mais forte ou mais tênue, submetidas às normas, ao controle do adulto sejam os pais ou professores, controle esse que pode aparecer tanto sobre a forma de incentivo quanto de correção; 2. Tal como os documentos produzidos por adultos, os produzidos pela pena infantil precisam ser perscrutados levando em consideração quem escreveu, quando escreveu, porque escreveu, para que escreveu, para quem escreveu, como escreveu, o que escreveu. Isto é, exige pensar no sujeito que escreve, nos contextos, nas motivações, nas finalidades, nos modos, nos suportes e nos conteúdos da escrita; 3. Como os adultos, as crianças também selecionam, elegem, omitem, enfeitam a própria vida. Suas escritas são apenas fragmentos de seus modos de ver o mundo. Não escrevem sobre tudo o que viveram, não vivem tudo o que escreveram; 4. Representam para os pesquisadores armadilhas para o olhar, na medida em que, como tantos outros documentos, trazem apenas vestígios do passado e não o que verdadeiramente aconteceu. São também resultado de censura e invenção; 5. Permitem explorar versões excluídas ou silenciadas na historiografia e na historiografia da educação, mas, tal compreensão, se constitui em convite para analisar os próprios limites que enfrentamos por não termos políticas públicas de preservação de tais leis documentais em nosso país (MIGNOT, 2013; 2014).” (MIGNOT, 2014, p. 119-120).

do Brasil, uma espécie de memória da dívida desde a Independência, como se percebe no trecho:

Veio o Getúlio e ele conseguiu até me diminuir, o que me fez odiá-lo. Vieram, depois de 1945, governos democráticos, como Gaspar Dutra que veio depois de Getúlio, o qual abriu o Brasil para multinacionais, que me fizeram crescer. Ao contrário do Dutra, Getúlio era muito nacionalista, e durante o seu governo enriqueceu o Brasil. Volta Getúlio, agora, escolhido pelo povo, novamente atentou contra mim, queria, por exemplo, nacionalizar as indústrias estrangeiras no Brasil, mas finalmente se suicidou. Vieram outros e depois do Jucelino, voltei a crescer. Veio o Jânio, meio louco o coitado, não regulava direito. Inesperadamente assumiu o Jango e finalmente, vieram os militares. Eles abriram as portas (em par em par) do Brasil para as multinacionais que tiravam quantidades enormes de riquezas. Os militares fizeram entre outras coisas a tentativa de um desenvolvimento rápido, ou dependente, usando capital estrangeiro e tecnologia importada – como por exemplo a Usina de Angra 1 e 2. Este maravilhoso país, não conseguiu ter o dinheiro na mão para pagar o dinheiro e a tecnologia importada, assim, cresci numa escala sem interrupções. (O ESTADINHO, 9/9/1984, p. 4).

Vale destacar, no texto de Santiago, a relação estabelecida entre dívida externa e governo militar, criticando fortemente tal regime, ainda em vigência naquele ano. Sem melindres, o estudante afirma que o anúncio militarista de um país desenvolvido, moderno, consumidor e tecnológico não ocorreram de graça, senão por meio de altos empréstimos de capital estrangeiro. Ainda, ele ressalta que a entrada pouco criteriosa - e altamente estimulada por esse governo – das multinacionais no país levaram daqui muitas riquezas – o que pode ser compreendido tanto como a exploração e extração de bens naturais como, também, o pouco cuidado na questão ambiental, evidentemente, pouco discutida à época.

O Estadinho, por meio dessa Homenagem à Pátria, evidencia os dois lados de uma moeda: um Brasil ainda aclamado, aplaudido e, acima de qualquer suspeita, um país cuja representação remonta ao seu passado – ‘passado inventado’, na perspectiva de Erick Hobsbawn (1997). Por outro lado, um Brasil mais relacionado ao presente como presente, um país sem disfarces, sem máscaras, cuja representação parte do cotidiano vivido por brasileiros e brasileiras naquele momento, refratando não apenas as censuras, torturas e criminalidades do governo militar, mas, também, uma recessão sentida no bolso, devido à alta da inflação e à defasagem salarial.

Embora timidamente, assim como *O Estadinho*, outros impressos infantis ocuparam-se em apresentar aos seus leitores mirins determinadas representações do país, da cidade, de aspectos culturais e até mesmo do governo. Alguns impressos infantis produzidos na Espanha (mas não somente na Espanha), antes da Guerra Civil Espanhola, indicam uma leitura bastante marcada no que tange à orientação política.

Flechas e Pelayos, por exemplo, representam em suas histórias a bandeira franquista e a representa como símbolo de liberdade, bondade, salvação à pátria, como se anuncia em várias páginas de seu jornal. Não se propunha ser um impresso imparcial e poderia ser pensado, inclusive, como um material formativo para aquela infância e juventude que o consumia. Trechos desse impresso ajudam a compreender que a representação de vida, sociedade e de cidadão – mostradas por meio de histórias em quadrinhos, passatempos, curiosidades, correspondência de seus leitores e outras seções – criam uma atmosfera propícia para fazer reverberar as ideias franquistas, algo que, guardadas as devidas proporções, não é tão distante do que ocorreu com o suplemento infantil catarinense no auge da ditadura.

Aquí en la primera página y en el comienzo de nuestra labor, la imagen del Caudillo: homenaje al hombre providencial, adhesión al jefe, admiración al general nunca vencido, gratitud al salvador de la Patria, cariño al que el la bondade de su corazón tiene cariño y solitudine para todos. Y con la imágen la consigna; esas palabras, llenas de luz, que van a ser como el alma de la revista que nace.

La unidad a la sombra de la Cruz y en el regazo de la Patria. Es la consigna del siempre victorioso para la victoria de la paz. El ejército infantil – las formaciones rientes de Flechas y Pelayos – la recoge con agradecimento y com la firme promesa de convertirla en una realidad maravillosa. Todos lelamente y apasionadamente, porque todos son igualmente queridos, todos rezando, estudiando, jugando y trabajando para ser más dignos de él y de España. (FLECHAS Y PELAYOS, 11/12/1938, p. 2).

O viés ideológico dos impressos infantis não se manteve em alta apenas nos momentos de guerra, ditadura. Todo jornal, revista e suplemento, por meio de algumas ações, teve como objetivo formar público leitor, mas, também, formar escritores ou, ao menos, incitar seus leitores a pensar na possibilidade de continuação de uma atividade comunicativa. Ainda que, em *O Estadinho*, isso não apareça de forma clara, alguns indícios nos mostram que, destacadamente, depois de 1983, houve um desejo formativo ligado à capacidade de desenho e escrita de seus leitores.

El Bollo, uma revista espanhola de tiragem anual, produziu um suplemento, durante as décadas de 1960 e 1970, destinado à formação de escritores para sua revista. Em editorias do suplemento infantil de *El Bollo* essa política ficava bastante evidente, como se percebe no suplemento de 1976.

Pero “EL BOLLÍN” no puede seguir las normas y las leyes de la Naturaleza tiene que permanecer siempre niño, para cumplir su finalidad. Es como se ha dicho varias veces – una plataforma de lanzamiento para quienes, el día de mañana, pueden llegar a ser com toda justicia colaboradores de la Revista Madre “El Bollo”. (EL BOLLÍN, 1976, p. 2).

Esse interesse para além da informação e do entretenimento infantil, com vistas à produção de um leitor mais crítico, capaz de interessar-se por questões do cotidiano, da cidade, do estado e do país vivido passou a se tornar constante no suplemento infantil *O Estadinho*. Assuntos ligados à economia, à política e à cultura passaram a ser abordados e, quase sempre, trazendo a opinião do leitor, por exemplo, as edições que trouxeram como pauta as obrigações do novo governador e a Constituinte.

A tônica dessa mudança, que não se pode atribuir a uma única causa, está relacionada, também, a uma nova representação de infância que tem sua emergência na década de 1970, quando os olhares se voltam para as crianças, principalmente, por meio de ações de políticas públicas. Não distante disso, a criança tornou-se alvo de um mercado consumidor e os serviços específicos para esse público passaram a aumentar. Tais fatos fazem mudar, ou melhor, acrescentam novas representações à infância, as quais começam a assumir uma postura mais “adulta”. A criança já pode consumir, opinar politicamente e, até mesmo, passam a ser ofertadas aos pequenos, roupas inspiradas nas coleções para adultos, mostrando, de certa maneira, que os pequenos podem ser grandes.

Mesclando os escritos das redações que homenagearam a pátria, em 1984, com a política editorial de *O Estadinho*, pode-se afirmar que a infância representada nas páginas do suplemento mantém-se fortemente ligada à escola. A respeito da linha reverberada em 1972, continua a perpetuar, em 1984, o ambiente da escola como representação da infância, entretanto, o sujeito escolar, o aluno e a criança já não aparecem mais como meros assimiladores de conteúdos. Esses atores, agora, ganham certa projeção, que tem vazão por meio da escrita, existindo a possibilidade de a criança interferir no jornal, de posicionar-se criticamente e de se ver nele. Nesse sentido, temas de certa complexidade, ligados à política e economia eram direcionados às crianças, evidenciando uma infância participativa e, de certa forma, preocupada com seu país.

As representações de infância veiculadas em *O Estadinho*, embora talvez muito distintas do que fosse uma infância real, são também amostras de um tempo e de uma infância que, mesmo não sendo a de muitos de seus leitores, representavam a existência de um pensamento muito específico, porém dominante, em relação à criança. Mais do que isso, evidenciavam a dialética existente no processo que envolve o suplemento e as crianças que nele atuam, sejam elas como colaboradoras ou leitoras.

7 QUANTAS INFÂNCIAS CABEM EM *O ESTADINHO* – UMA NARRATIVA QUE SE CONCLUI

Quantas emoções estiveram presentes no contato com o impresso destinado a meninas e meninos catarinenses? Foram quantas as crianças que esperavam ávidas pelo suplemento infantil, para com ele interagir das mais diversas formas? Quantos foram os pais que antes de entregar *O Estadinho* a seu filho ou filhos, folhearam-no em busca de uma foto de suas crianças? Quantos meninos e meninas deixaram o jornal infantil na mesa, mas sequer olharam para ele, pois o que lhes interessava era brincar na rua? Quantos professores puseram o suplemento em sua pasta e o levaram para escola, como suporte para suas classes? Quantas interações? Quantos interesses? E quantas possibilidades de pesquisa num material infantil, guardados aos poucos em acervos públicos e pessoais. Fragmentos de um tempo que não volta e tampouco se restitui, mas que permitem, justamente com esses “pedaços de papel” achados aqui e ali, inventariar uma história, pequenas peças de um quebra-cabeça sem fim.

Peças que permitiram montar uma narrativa sobre *O Estadinho* e as representações de infância contidas nele, mas que possivelmente continuarão a alicerçar outras narrativas. Das múltiplas possibilidades existentes, quando se opta, no campo da História da Educação, a empreender uma historiografia ancorada na História da Cultura Escrita e Leitura, essa foi a minha leitura possível. Uma narrativa que por aqui se conclui, porém dela poderão suscitar outros olhares, outras análises e outras escritas. Uma narrativa que vai a cada página, a cada capítulo mostrando ao leitor quem foram os leitores de *O Estadinho*, cuja tese defendida, de que esse suplemento proposto às crianças não fora de fato somente destinado ao público infantil, pouca a pouca se confirmava. O Estadinho foi também um produto destinado ao público adulto, que lhe conferia usos próprios.

Despedir-se de um material que por anos teve destaque no meu escritório, na bancada de estudos, que viajou comigo: a trabalho, como estudo, de férias; que atraía a atenção de curiosos quando o abria no ônibus, no restaurante, nos encontros de família; que foi tema de aula na escola de minha filha, não está sendo fácil, é preciso reconhecer. Mas é hora de guardá-lo, para poder prosseguir.

Foi por via do jornal *O Estado*, que *O Estadinho* ganhou o tempo de meninas e meninos. Suplementos infantis em jornais tornavam-se cada vez mais comuns, especialmente com a iniciativa de Maurício de Sousa em produzir conteúdo específico

para os jornais. Com o sucesso do suplemento infantil, *Folhinha de São Paulo* (1963), Maurício pôs em marcha um projeto que visava alcançar jornais em todo país, uma ideia que buscava, além de divulgar seu trabalho, aumentar as vendas dos jornais, como ocorrera com a *Folha de São Paulo*. Assim, *O Estado*, que vivera na década de 1970 sua fase áurea, opta por encartar um suplemento dominical infantil, uma tendência entre os jornais mais bem estabelecidos. Havia dinheiro para isso e supostamente a pretensão de deixá-lo cada vez mais parecido com os jornais de grande circulação. Prova disso é que, no mesmo ano em que nasceu *O Estadinho*, o jornal que antes circulava de terça a domingo passou a rodar também nas segundas-feiras, “[...] nós também vamos entrar nessa confraria de segunda-feira [...]” (*O ESTADO*, 6/10/1972), indícios de que o catarinense também se projetava nos jornais de grande circulação no país.

O material encartado pelo jornal *O Estado* oferecia às crianças, sobretudo, a possibilidade de leitura, uma vez que o material possuía, em sua maior parte, historinhas em quadrinhos. Entretanto, nesse suporte impresso, para as crianças era permitido também pintar, desenhar, preencher as atividades chamadas de divertimentos, inteirar-se sobre as programações culturais e as indicações de leituras, formular histórias, cartas, copiar receitas e até mesmo ficar em silêncio ou “entretidas” enquanto os pais liam o jornal. O suplemento encartado pelo jornal mais expressivo em relação à permanência no mercado e à circulação costumava chegar até as crianças pelas mãos de seus pais, seguindo um protocolo já praticado por outros jornais do país. Um artefato miniaturizado que, em seus primeiros anos, teve como principal atrativo os quadrinhos do cartunista Maurício de Sousa e seus divertimentos, um entretenimento que também, de certa forma, treinava a habilidade de controlar o lápis. O infantil catarinense, nessa perspectiva, foi um artefato produzido para as crianças, porém, isso não excluía outros usos e outras intenções que acabaram permitindo inferir que sua circulação em certa medida se voltava aos interesses dos adultos. O fato de possibilitar aos pais uma leitura tranquila enquanto os filhos interagem com *O Estadinho*, de certa forma já sinalizava uma intenção para além da satisfação infantil, embora a infância estivesse naqueles anos ganhando certa projeção.

A ideia levada a cabo pelo jornal *O Estado* não trazia nada de inovador no cenário impresso. Mas certamente dava importância à criança, ou pelo menos fazia ressoar a ideia de que uma criança poderia ter seu jornal para ler tal e qual um adulto. Essa atmosfera foi atribuída, especialmente, à expansão de novos mercados consumidores. A infância como outros grupos, por exemplo: as mulheres, os

trabalhadores e os estudantes universitários, passaram a ganhar produtos específicos para aquilo que os próprios veículos de comunicação afirmavam ser “obrigatórios” para essas categorias. A expansão da televisão e o aumento da circulação de variados impressos ajudaram a fomentar uma representação de infância atrelada não apenas ao consumo de brinquedos (artefatos mundialmente conhecidos por sua capacidade de divertir e de entreter crianças), mas a serviços voltados para esse público. Houve uma expansão na década de 1970 que se manteve nas décadas seguintes de serviços como: escolas de idiomas, artes, serviços de saúde específicos, escolinhas esportivas e até mesmo a notícia, a informação pelo impresso, deu eco a essa atmosfera de que a infância passava a ganhar certa proeminência. Não por acaso, o suplemento infantil da *Folha de São Paulo* já anunciava no ano de 1963 que aquele era um jornal “a serviço das crianças”, ou seja, um conhecido produto de adulto, agora seria para crianças e de interesse delas.

Para além do consumo, também entre as décadas de 1960 e 1970, uma efervescência política e social tomou conta de muitos países que sob o regime ditatorial puseram em marcha novas causas envolvendo questões ambientais, a politização do movimento estudantil, a busca pela igualdade de direitos das mulheres e também das crianças (PONTE, 2012). Nessa onda, a infância se destacou e passou a ganhar notoriedade. Políticas públicas a favor de meninos e meninas em situação de risco se tornaram mais constantes nas agendas governistas, assim como os direitos das crianças ganharam maior visibilidade em várias esferas da sociedade. Sob o impacto dessas discussões, o ano de 1979 foi estabelecido como o Ano Internacional da Criança, o que de certa forma demonstrava que a década de 1970 foi sim de reconhecimento às causas infantis, ou seja, colocou-se a infância em pauta.

Distrair os filhos, possibilitar contato com a cultura escrita e a leitura, treinar a mão foram as possibilidades de uso mais convencionais do suplemento nesses primeiros anos. Longe de um projeto gráfico autônomo e “importando” para o suplemento quase que em sua totalidade, o material do cartunista paulista, *O Estadinho*, deu a conhecer uma infância escolarizada e preparada para decifrar os códigos gráficos que davam voz aos personagens da Turma da Monica, crianças capazes de se concentrarem para realizar as atividades de destreza óculo-manual. Crianças com habilidade para ler as histórias de cunho moral, que, assim como as fábulas, divertiam e instruíam seus pequenos leitores. E, ainda que os textos parecessem demasiadamente rebuscados, o artefato dominical, que chegava à casa de cada um nos dias que supostamente a

presença dos pais era integral, poderia contar com a ajuda do pai ou da mãe para auxiliar na compreensão do texto. Outros elementos validam a afirmação de que o suplemento fora um artefato dedicado a um grupo de crianças que frequentavam a escola. Fotos de crianças participando de festas escolares, visitas de *O Estadinho* em colégios, textos contando sobre a persistência de crianças frente às dificuldades escolares e concursos de historinhas são vestígios dessa relação.

Os concursos lançados pelo suplemento ajudaram a conformar a escola como lugar social da cultura escrita, *O Estadinho* emprestou suas páginas para, do primeiro ao último exemplar desse acervo, creditar à escola esse papel formativo. Foram frequentes as relações com professoras e escolas. Quase todas as colaborações infantis, de desenho ou de historinha, foram publicadas mostrando, além do autor, o nome de sua escola, quando não o da professora. E o próprio suplemento enaltecia a figura da professora quando lançava algum concurso, dizendo “Peça para sua Professora...”, sinalizando que se tratava de uma infância que deveria estar na escola. Traços de que o suplemento pensado para crianças foi também dedicado à leitura e à participação de adultos, como os professores e pais ou familiares, estes últimos mais atentos para publicação de fotos infantis.

E, por meio da publicação de fotos infantis, *O Estadinho* também contribuiu para a representação de uma infância modelada pela estrutura familiar tradicional, ou seja, nuclear. As fotos exibidas em mimetismo com as colunas sociais dos jornais de adulto fizeram circular essa imagem de infância como a oficial, a representativa da sociedade brasileira. As fotos foram exemplos de certa projeção das crianças, entretanto, uma projeção limitada à família, haja vista que, logo abaixo da foto infantil, aparecia em destaque o nome do pai e da mãe de cada criança. Uma relação que de certa forma também motivava a compra do suplemento pelo adulto, pois ter o filho estampado na coluna social, ainda que fosse de um impresso infantil, era um fator de distinção e que dava a conhecer não só a criança, mas os pais. Para além das fotos, as historinhas veiculadas em *O Estadinho*, os textos que contavam sobre alguma façanha infantil frequentemente qualificavam a composição familiar nuclear.

Além da infância escolarizada, abrigada no seio de uma família nuclear, outra representação se mesclava a essas duas: uma infância “burguesa”, com hábitos de consumo consolidados; uma infância com certa liberdade de expressão sem deixar o aspecto formativo ou a projeção de um futuro de lado. Crianças consumidoras de arte,

com possibilidade de usufruir de um lazer pago, cujas bases calcavam-se em uma formação para a vida adulta.

Assim o suplemento infantil, colocou em circulação representações de infâncias que mescladas, ajudaram a consolidar uma infância ideal. Foram várias as representações, expressa por meio de anúncios bancários a publicação de fotos. Os anúncios bancários, por exemplo, destacavam a necessidade de poupar dinheiro para garantir um futuro, davam publicidade ao Banco Estadual de Santa Catarina – BESC, ao mesmo tempo que faziam ressoar a ideia de que era necessário poupar dinheiro para garantir o futuro das crianças. Anúncios dirigidos aos pais, corroborando com a ideia de uma infância alicerçada na família, com hábitos, de certa maneira, elitizados, haja vista que poupar dinheiro para o futuro dos filhos implicava em ter dinheiro suficiente para viver. Os jogos para treinar a habilidade óculo-manual, que estiveram presentes em quase todos os exemplares de *O Estadinho* ajudavam os pequenos leitores a domarem o lápis e a concentração. Exercícios que colaboravam com as aprendizagens relativas a escrita e leitura, sobretudo, nos primeiros anos de escola. A relação entre infância e escola também foi fortalecida pela criação de concursos, principalmente, sobre os que versavam sobre temas obrigatórios nas escolas, como a Independência do Brasil. Outro exemplo de representação de infância em *O Estadinho* foi o incentivo à compra de revistas, livros, discos. Índícios de uma infância onde os hábitos de consumo começavam a se consolidar, ao mesmo tempo em que se multiplicavam os produtos destinados as crianças com poder de compra.

Assim também a publicação de fotos de crianças, cujos pais em grande número enviavam pelo correio, como já mencionado, contribuiu para a representação de uma infância calcada em uma estrutura familiar nuclear, uma vez que publicadas, indicavam quase sempre em suas legendas o nome completo dos pais. Sem esquecer igualmente que a exposição – por meio das imagens – ajudava a fomentar gostos, hábitos, bem como determinados estilos de vida, que não necessariamente correspondiam a vida do fotografado.

Crianças estudiosas, nascidas em lares onde as figuras materna e paterna se faziam presentes, com hábitos de consumo incorporados ao cotidiano. Foram essas, em grande medida, as infâncias que por escrito, à mão ou com máquina, ocuparam aqui e ali as páginas que compunham o impresso infantil catarinense. Sinais que caracterizaram *O Estadinho* por toda aquela década de 1970, entrando também no começo dos anos de 1980. Porém, entre as permanências, mudanças foram anunciando,

ainda que discretamente, a entrada de outras representações infantis, que passaram a ocupar as páginas do material voltado a crianças catarinenses. Indícios de que a infância continuava em cena, mas

À criança nacional, na modernidade, a carregar a esperança e o orgulho do país em torno do seu sistema educativo, dos seus cuidados de saúde universais e benefícios sociais, contrapunha-se agora a criança libertada, criativa e crítica [...]. (PONTE, 2012, p. 121).

E foi apresentando com cada vez mais veemência uma criança com opinião, com desejos e munida de certa “maturidade”, pois o suplemento passou a destacar que não havia assuntos que não deveriam também ser de conhecimento das crianças, que *O Estadinho* deixou ver em suas páginas outras representações de infância. Nessa transição percebida no início dos anos de 1980, seguem as representações alicerçadas na escola, na família e sem ignorar os apelos voltados ao consumo e à criança como potencial consumidora, entretanto, dentro dessas instituições, novas sensibilidades ganharam espaço no infantil catarinense. Assim, em 1984, quando assumiu a coordenação de *O Estadinho*, a equipe vinculada à Liga de Apoio ao Desenvolvimento Social Catarinense – LADESC e à primeira dama do Estado, na época Angela Amim, põe em circulação aspectos mais ampliados da infância. Na escola, há mais espaço para a criança questionadora, para a exposição de uma visão crítica com relação à política e à sociedade; na família, as relações autoritárias são problematizadas; e o consumo ganha alternativas que possibilitam gozo de crianças das mais diversas condições financeiras.

Entretanto, no suplemento infantil não houve espaço para a problematização da infância marginalizada, da infância problema, da infância sem lar e sem escola. As poucas edições que mostraram crianças em condições diferentes daquelas que viviam com seus pais e frequentavam a escola, apenas descreviam a situação, porém já reconheciam que a infância pobre era, de certa forma, “menos alegre”.

Já nos jornais, a infância empobrecida, marginalizada e assistida tinha sua vez. Em páginas policiais, casos de pequenos delitos, vandalismos e situações que caracterizavam uma infância pobre, com morada nas ruas, muitas vezes, justificada pela violência no lar, em que a falta de estrutura familiar expulsava de casa, em sua maioria, meninos que precisavam buscar dinheiro para garantir a sobrevivência dos que ficavam em casa. Não foram poucos os casos relatados nos jornais catarinenses em que as crianças ganhavam notoriedade pelo envolvimento em pequenos furtos, desacatos a policiais e perturbação da ordem. Quando esses casos ganhavam as colunas policiais, o tom da notícia era, normalmente, de denúncia, de acusação, sem problematizar os fatos

que ocasionaram aquela situação de tensão. A criança, chamada de menor infrator, de delinquente, marginalizada, fora tratada como um mal que deveria ser extinto por meio quase sempre de ações envolvendo vigilância e punição. Ao Estado caberia combater muito mais a criança delinquente do que propriamente a situação que provocava aquela condição de violência. Outros casos envolvendo crianças que se encontravam em condições de vulnerabilidade foram igualmente destaque nos jornais catarinenses, também nas páginas policiais histórias de abandono e de maus-tratos deram a conhecer uma infância marcada pela dor. Rejeição, violência física, negligência eram quase sempre associadas a uma infância pobre. Crianças que tiveram seus nomes publicados e suas histórias expostas, opondo-se à infância alardeada em *O Estadinho*.

Nas páginas desses jornais, de certa forma, ainda que em colunas diferentes, foi possível perceber o reconhecimento de múltiplas infâncias. Assim também foi possível identificar vestígios de uma infância assistencialista, que necessitava de caridade, da bondade dos mais favorecidos. Nos informes publicitários, surgiam convites para festas beneficentes, campanhas de arrecadação de brinquedos e roupas para as crianças pobres. Atividades comumente promovidas por entidades coordenadas por mulheres que compunham a elite social. Nelas, a ausência de uma problematização sobre a situação de uma infância sem direitos, contudo, um bom motivo fazer circular perante os leitores uma imagem de beneficência, de caridade e certa preocupação com as crianças pobres, vinda de mulheres oriundas de estratos economicamente elevados.

As representações de uma infância escolarizada, de crianças pertencentes a famílias formadas por pai e mãe, com hábitos de consumo, inclusive de produtos específicos para crianças, também puderam ser vistas nos jornais. No caso do jornal *O Estado*, foram muitos os eventos, como os concursos de redação, de desenhos, de historinhas, que tiveram o incentivo do jornal dos adultos. Assim também as comemorações organizadas pelo infantil catarinense encontraram espaço em *O Estado*, que corroborou com a divulgação de uma infância ideal, semelhante à propagada pelo *O Estadinho*, entretanto, em menor proporção.

As representações de infância que circularam no impresso infantil catarinense, de certa forma também se relacionam com o posicionamento de sua equipe editorial. Essa foi uma significativa mudança no material infantil. Nos anos de 1972 a 1983, pouco espaço foi destinado à publicação de textos, desenhos ou outros materiais de crianças. *O Estadinho* era composto em maior parte de material elaborado por Maurício de Sousa, alguns textos de seus colaboradores, indicações de atividades culturais e

muitas fotos de crianças. Fotos essas enviadas a pedido do próprio suplemento pelos pais, a fim de compor uma “coluna social”. As colaborações infantis apareciam vinculadas a algum concurso ou mesmo a temas propostos pelo suplemento, e não seguiam uma regularidade como os quadrinhos da Turma da Mônica e a exposição de fotos. Embora não tenha sido possível identificar no suplemento, durante essa fase, um editorial que colocasse o leitor a par do seu projeto editorial, o material que nele circulava permite inferir que foi um suplemento infantil destinado a crianças, mas também aos adultos. Isso porque, de acordo com um de seus editores, Cesar Valente (2013), “[...] o grande sucesso *d’O Estadinho* durante muito tempo é que ele era um jornal para os pais, porque ele publicava a foto das crianças pequenas na capa”. A publicação de fotos significava uma projeção individualizada de cada criança que nele aparecia. Uma projeção que interessava ao adulto, reforçando ainda mais a representação de uma infância alicerçada na família, uma infância para ser mostrada, exibida, avigorando certa idealização de criança e de infância.

As representações de uma infância escolarizada, calcada na composição de família nuclear, inseridas num universo de consumo, se mantiveram durante a trajetória do suplemento infantil, da primeira a segunda fase. Entretanto, a partir de 1984, quando assumiu a coordenação de *O Estadinho*, a equipe vinculada à LADESC, um olhar diferente sobre a compreensão daquele grupo em relação à infância tornou o suplemento infantil mais crítico, voltado à participação de seus leitores, sem deixar o humor e a irreverência de lado. Uma nova fase para o material infantil foi alavancada por colaboradoras que já exerciam atividades educacionais ou estavam ligadas à cultura e às artes. Somado a esse fato, a conjuntura política e social do país vivia ainda determinada exaltação com o clima das *Diretas Já* e o fim da censura.

Mantendo o número de páginas, o tamanho do jornal e seu estilo como um suplemento de *O Estado*, *O Estadinho* mudou a maneira de dialogar com seus leitores, inovou seu conteúdo, ampliou sua circulação e buscou interagir com seu público, considerando seus desejos, mas sem menosprezar o caráter informativo que um jornal deveria possuir. E mesmo a seção destinada à publicação de fotos infantis – que por exigência dos editores do jornal *O Estado* não poderia deixar de existir – transformou-se em uma coluna mais divertida, lúdica, sem tanto apelo de *status* social.

Rupturas e continuidades marcaram esses anos (1984-1987), que foram os últimos de um material que deu a conhecer, pela escrita, pelos desenhos e por fotos, traços das infâncias catarinenses. A relação com uma infância escolarizada seguia,

porém, a escola já não se apresentava mais com tanta contundência como um local onde as crianças devessem apenas aprender, a ocupar suas mentes com conteúdos escolares com vistas a tornarem-se um cidadão de bem. Importava a criança do presente, no seu aqui e agora. As homenagens à pátria, por ocasião da comemoração da Independência do Brasil e os escritos infantis publicados em *O Estadinho* nessa segunda fase, são vestígios de que as crianças estavam de certa forma, inseridas numa atmosfera mais crítica, a par das discussões do cotidiano. O suplemento dá espaço para a publicação de textos infantis que problematizam a Independência do Brasil e ainda que de sua construção tenha participado algum adulto, o fato de questionar algo até então pouco debatido no suplemento, já permite pensar numa certa projeção ou mesmo fomento a uma infância mais crítica.

A relação do suplemento com seus leitores, por via das cartas, também comprovava que a escola continuava sendo a instituição responsável pela comunicação entre editores e crianças, uma vez que era na escola que o mundo da cultura escrita e da leitura se ampliava e se aperfeiçoava. Mas, pelas cartas, nas reportagens e nos editoriais, surgiam rastros de que a criança poderia e deveria se expressar com mais espontaneidade e liberdade, e essa liberdade foi por vezes problematizada nas páginas de *O Estadinho*. O impresso infantil levou com seriedade o projeto de dar visibilidade a manifestações mais genuínas das crianças, sem tanta interferência, como ocorrera entre os anos de 1972 e 1983.

Tal postura motivou a troca de correspondências entre os editores de *O Estadinho* e os leitores já mais crescidos. Se antes os olhos dos pais voltavam-se prioritariamente para as fotos infantis, nesse novo momento não se estranharia ver adultos interessados nas diversas matérias contidas no suplemento. Assuntos que circulavam nos jornais foram matérias em *O Estadinho*. Para os editores, não havia assunto que não pudesse ser discutido com seus leitores mirins. Matérias sobre a Constituinte, sobre a arte do Rock, esportes radicais e até o comportamento dos pais ganhavam a atenção, tanto de crianças como de adultos. Professores liam o suplemento, participavam da elaboração de histórias, criticavam o uso de algumas palavras e gírias e colaboravam na elaboração de matérias. Pais incentivavam a comunicação via carta entre seus filhos e *O Estadinho*. Havia mais possibilidade de interação com o infantil catarinense e essa sensibilidade em escutar as crianças e dar a elas possibilidade de participação do infantil com propostas de pautas, com sugestões de passatempos e envio de receitas deu a conhecer uma infância propositiva, criativa, comunicativa e de certa

forma persistente. Foram várias as cartas solicitando publicação de desenhos, leitores que a cada semana enviavam textos em forma de quadrinhos, receitas de guloseimas e passatempos.

Ainda que os rastros deixados nos permitam pensar que a mão e os olhos de adultos estivessem presentes no momento das escritas desses leitores/colaboradores, e a própria forma de fazer as colaborações chegarem até o jornal, por meio de carta, já possa ser considerado um indicativo da participação adulta, essa segunda fase do infantil fez reverberar uma infância onde a criança ganha mais autonomia. Uma infância em que criança passa a ter mais espaço para se expor de maneira menos direcionada, há mais liberdade. Uma infância a ser mostrada, em boa medida, pelos atores que a viviam. Foi uma atmosfera de valorização. A participação dos leitores não era algo esporádico e, tampouco, dependia de concurso ou festival. Colunas inteiras dedicadas a publicizar desenhos, quadrinhos, textos escritos à mão ou com máquina, com letra de forma ou cursiva ajudaram a garantir no infantil catarinense um espaço cativo à criação de meninos e meninas em sua maioria catarinenses e moradores da capital e região litorânea. A indicação da série ou da escola já não era mais um “pré-requisito” para a publicação. As respostas às cartas dos leitores e os editoriais, mais do que incentivar a participação de seus leitores, deixam mostras de que os editores do infantil catarinense contavam com o envio de histórias, desenhos, receitas, passatempos e até reportagens feitas por seus “pequenos” leitores. Nos últimos anos de *O Estadinho* muitas edições chegaram a conter mais de 30% de colaborações de seus leitores. Um suplemento produzido para criança, com colaborações de crianças e de adultos, lido por quem de alguma forma, pudesse se interessar pela infância.

Ao analisar agora as colunas dedicadas à promoção de lazer e cultura, os anos de 1972 a 1983 foram, em certa medida, incentivadores de espetáculos teatrais ligados a produtores conhecidos, ao estímulo a um lazer não acessível a todos, uma vez que os eventos anunciados com frequência eram pagos. Na segunda fase, *O Estadinho* rompe com esse conceito de lazer. O infantil continuava a anunciar peças teatrais, programações de cinema, entretanto, novas possibilidades de lazer são divulgadas. As peças de Valdir Dutra já não são propagadas como o “grande” espetáculo do final de semana, ao contrário. Há interesse em apresentar aos leitores alternativas de lazer. Atividades em praças ou em espaços onde não é necessária a aquisição de ingresso, a divulgação de espetáculos teatrais dirigidos por jovens estudantes deixam à mostra um reconhecimento a uma infância que consome arte, sem necessariamente consumir a

“grife”, como acontecia com as peças produzidas por Valdir Dutra. Por ser coordenado por pessoas vinculadas a programas de assistência à infância, *O Estadinho*, a partir de 1984, possivelmente tenha se proposto a divulgar alternativas de lazer que pudessem ser usufruídas não apenas por aquelas crianças que recebiam o suplemento que estava no jornal assinado ou comprado pelos pais. A circulação do material nas escolas públicas do estado, certa “inovação” nesta nova fase, pode também ter contribuído para a divulgação de um lazer mais alternativo, já que nas escolas pública há, em certa medida, a convivência de crianças de distintos estratos sociais. Assim também é possível que algumas colaborações tenham chegado ao suplemento por intermédio da própria equipe de *O Estadinho*, permitindo que crianças sem acesso ao suplemento, por via familiar, participassem dele.

O Estadinho não parou no tempo. Imprimiu um jeito de ser e de viver a infância, ao mesmo tempo em que se deixava modelar pelas infâncias vividas pelos filhos de seus leitores, e até mesmo pela vivida pelos filhos de seus colaboradores (VALENTE, 2013). Manteve-se atrelado, por determinação de *O Estado*, a um consumo adulto, quando impõe aos editores da segunda fase do jornal a manutenção da publicação de fotos de crianças. Entretanto, especializa-se mais em tornar o impresso voltado aos interesses das crianças. Por meio da seção de cartas, incentiva um diálogo franco, direto, permitindo uma interação com seus leitores, que em vários casos, os levou à condição de colaboradores mirins. Mas não foi apenas por criar espaços para publicação de desenhos, receitas, divertimentos e histórias, que o infantil catarinense se mostrou mais voltado aos interesses infantis. Os editores frequentemente perguntavam aos leitores o que lhes interessava saber. Qual assunto poderia virar matéria? E mais, tratavam aquele artefato tal qual se destina boa parte dos jornais: publicar notícias, e notícias não apartadas do mundo. Notícias que também circulavam nos jornais para adultos.

Assim, mesclando intenções, públicos, conteúdos, *O Estadinho* se manteve por 15 anos. Seu suposto fim em 1987 não foi anunciado. O suplemento parecia estar no seu melhor momento: matérias dialogando com questões sociais e políticas, muita interação com leitores, editorial respeitoso e honesto. Infâncias que por escrito se perenizaram no suplemento infantil. Infâncias que permitiram a escrita desta tese e que certamente, diante de tantas possibilidades de investigação, possibilitarão outras produções, “Infâncias por escrito”, com infinitas possibilidades de escrita.

REFERÊNCIAS

- A FOLHINHA DE SÃO PAULO. **Várias edições**. [2014]. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp>>. Acesso em: 6 out. 2017.
- A CAROCHINHA. Florianópolis, edição de 14 de novembro de 1915.
- A TURMA DO BALÃO MÁGICO. **A Turma do Balão Mágico**. CBS Record, 1982. LP.
- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana de. A infância analisa a educação básica. **Acta Scientiarum. Education**, Universidade Estadual de Maringá Paraná, Brasil, v. 35, n. 2, julho-diciembre, p. 293-300, 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/3033/303328749016.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2015.
- ABRIL, Paco. **Con “La Oreja verde” pretendemos que todos los niños se diviertan y participen**. Entrevista concedida a Eduardo Garcia. La Nueva España. 8/4/1989. Disponível em: <<http://abrilpaco.blogspot.com.br/p/la-oreja-verde.html>>. Acesso em: 19 nov. 2015.
- ACORDI, Carla; FREIRE, Felício Mourão. Florianópolis como cidade na ditadura: urbanização, milagre econômico e habitação no regime militar. *In*: CAMPOS, Emerson Cesar de; FALCÃO Luiz Felipe; LOHN, Reinaldo Lindolfo (Org.). **Florianópolis no Tempo Presente**. Florianópolis: Editora da UDESC e DIOESC, 2010. p.53-70.
- ALBARRÁN, Elena Jackson. Los niños colaboradores de la Revista *Pulgarcito* y la construcción de la infancia, México 1925-1932. **Revista Iberoamericana**, América latina, España, Portugal, v. 15, n. 60, p. 155-168, 2015. Disponível em: <<https://journals.iai.spk-berlin.de/index.php/iberoamericana/article/viewFile/2179/1752>>. Acesso em: 12 jan. 2016.
- ALBERT, P.; TERROU, F. **História da Imprensa**. São Paulo, Martins Fontes, 1990.
- ALCANTARA, Paulo. **História: Reflexão e Análise**. São Paulo: IBEP, 1987-[19?]. (v. 1).
- ALENCAR, Francisco; RAMALHO, Lúcia Carpi; RIBEIRO, Marcus Venício Toledo. **História da sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Ao Livro Técnico, 1983.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro – zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. *In*: SCHWARCZ, L. M. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 319-409.
- ALMEIDA, Thadeu Silva de. Brasil e Portugal no sesquicentenário da independência brasileira (1972). *In*: XIII ENCONTRO DE HISTÓRIA ANPUH-Rio, 2008. **Anais...** ANPUH, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212244875_ARQUIVO_BRASILEPORTUGALNOSESQUICENTENARIODAINDEPENDENCIABRASILEIRA.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2016.
- ALVARADO, Maite. **Escritura e invención en la escuela**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2013.

- ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. **Educação infantil**: discurso, legislação e práticas institucionais. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/109136>>. Acesso em: 30 jan. 2017
- ANDRADE, Elias. **Sobre o suplemento infantil “O Estadinho”**. Florianópolis, 2015. Depoimento concedida a Luciana Mara Espíndola Santos em 27 de maio de 2015.
- ARAÚJO, Antoracy Tortolero. **História do Brasil**. São Paulo: Editora do Brasil, 1985.
- ARAUJO, Paulo Cesar. **Conferência de encerramento da V semana Acadêmica de História, “História e segredo: Dimensões entre o Público e o Privado”**, realizada no auditório do CEART/UEDESC, em Florianópolis, dia 12 de setembro de 2014.
- AREND, Silvia Maria Fávero; DAMINELLI, Camila Serafim. Políticas sociais para infância e juventude carente e infratora (1970 – 1980). *In*: BRANCHER, Ana Lice. **Histórias na ditadura: Santa Catarina (1964-1985)**. Florianópolis, SC: EdUFSC, 2014. p. 181-205.
- ARIÈS, Philippe. **Historia social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- BARROS, Manuel. **Livro sobre nada**. Rio de Janeiro: Alfabeta, 1996.
- BARROSO, Antonio Vinícius Lomeu Teixeira. A Virada Linguística e o Contextualismo Linguístico: Contribuições Teóricas para se pensar a História Intelectual. **Teoria da História**, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 136 – 147, jan./jun., 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/39253>>. Acesso em: 25 set. 2016.
- BASSANEZI, Carla. Mulheres nos Anos Dourados. *In*: PRIORE, Mary Del. (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de texto). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2006. p. 607 - 639
- BASTOS, Maria Helena Camara. Escritas infantis na escola primária (Colégio Farroupilha/RS – décadas de 1940-1960). *In*: MIGNOT, Ana Chrystina; SAMPAIO, Carmem Sanches; PASSEGGI, Maria da Conceição (Org.) **Infância, aprendizagem e exercício da escrita**. Curitiba. Editora CRV, 2014. p. 43 - 61.
- BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2007.
- BERETA DA SILVA, Cristiani. Cultura escolar e cultura política: projeto de nacionalização e o jornal escolar A Criança Brasileira (Santa Catarina, 1942-1945). **História da Educação**, [S.l.], v. 17, n. 40, p. 175-195, maio/ago., 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/38095/24847>>. Acesso em: 11 mar. 2016.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Produção didática de História: trajetórias de pesquisas. **Revista de História**, São Paulo, n. 164, p. 487-516, jan./jun. 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/viewFile/19206/21269>>. Acesso em: 12 ago. 2016.
- BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. *In*: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 82-121
- BOURDIEU, Pierre. Campo do poder, campo intelectual e *habitus* de classe. *In*: MICELI, Sérgio (Org.). **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998. p. 183-202.

- BRASIL MINHA PÁTRIA. **Álbum de figurinhas**. São Paulo: Saravan, 1972. Disponível em: <<http://albumefigurinhas.no.comunidades.net/album-brasil-minha-patria>>. Acesso em: 30 ago. 2016.
- BRASIL. **Decreto Lei n. 869, de 12 de setembro de 1969**. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Senado Federal. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 jul. 2016.
- BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e cultura**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- BRÜGGEMANN, Fábio. **Sobre o suplemento infantil “O Estadinho”**. Florianópolis, 2013. Entrevista concedida ao Grupo de Estudos e Pesquisas Educação e Sociedade Contemporânea (NEPESC).
- BUARQUE, Chico. **Os Saltimbancos**. Universal music, 1977. LP.
- BUDDE, Leani. **Jornadas impressas: o Estado e Florianópolis – 1985 a 2009**. 2013. 294 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2013.
- O ESTADO. **Caderno Especial Indústria**. Florianópolis, p. 1-48, [197-?].
- CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.
- CAMPOS, Emerson César de; FALCÃO, Luiz Felipe; LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Florianópolis no tempo presente**. Florianópolis: Ed. da UDESC, 2010.
- CAMPOS, Raquel Discini. No rastro dos velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da História da Educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, SP, v. 12, n. 1, p. 45-70, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/320/306>>. Acesso em: 6 ago. 2014.
- CANTELE, Bruna Regina. **História Dinâmica do Brasil: analisando o passado refletindo o presente**. São Paulo, IBEP, 1986. (5ª série).
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a república**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CASTELLI, Eleonora. **Sobre o suplemento infantil “O Estadinho”**. Florianópolis, 2013. Entrevista concedida ao Grupo de Estudos e Pesquisas Educação e Sociedade Contemporânea (NEPESC).
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio (Org.). **Historia de la cultura escrita: Del Próximo Oriente Antiguo a la sociedad informatizada**. Gijón: Trea, 2002.
- _____. Historia de la cultura escrita ideas para el debate. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, MG, n. 5, p. 94-124, jan./jun. 2003a.
- _____. De las manos ai archivo. A propósito de las escrituras de la gente común. **Percursos: Revista do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da UDESC** Florianópolis, SC, v. 4, n.1, p. 257-289, out. 2003b.

_____. La corte de Cadmo. Apuntes para una historia social de la cultura escrita. **Revista de Historiografía**, [S.l.], v. 3, p. 18-27, 2005.

_____. (Dir.); SIERRA BLAS, Verónica (Ed.). **Mis primeros pasos**: alfabetización, escuela y usos cotidianos de la escritura (siglos XIX-XX). Gijón: Trea, 2008.

_____. “Presentación: la infancia y la escritura”. **History of Education & Children’s Literature**, Edizionario Università di Macetara, Italy, p. 15-20, 2012a.

_____. Educação e cultura escrita: a propósito dos cadernos e escritos escolares. **Educação**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 66-72, jan./abr., 2012b.

_____. Mensajes Efímeros. Escribir billetes en el siglo de oro hispánico. *In*: CASTILLO GÓMEZ, Antonio; SIERRA BLAS, Verónica. **Cartas – Lettres – Lettere**: discursos, practicas y representaciones epistolares (siglos XIV- XX). Alcalá de Henares: Solana e Hijos, A.G., S.A.U., 2014. p. 365 - 389.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. *In*: CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982. p. 65 - 119.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHARLOT, Bernad. **A Mistificação Pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa [Portugal]: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n.11, jan./abr. 1991.

CHARTIER, Roger; CAVALLO, Guglielmo (Org.). **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo: Ática, 1998. (v. 1).

_____. **Cultura escrita, literatura e história**: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto Alegre: Artmed, 2001.

_____. **Os desafios da escrita**. São Paulo: UNESP, 2002.

_____. As práticas da escrita. *In*: CHARTIER, Roger. **História da Vida Privada**: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo, Companhia das Letras, 2009. p. 113 - 162. (v. 3).

_____. Escutar os mortos com os olhos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 7-30, 2010a.

_____. **A história ou a leitura do tempo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010b.

CHIVELET, Mercedes. **La prensa infantil em España**: desde el siglo XVIII hasta nuestros días. Madrid: Fundación SM, 2009.

COLTRIM, Gilberto; ALENCAR Alvaro Duarte. **História do Brasil para uma geração consciente**. São Paulo, Saraiva, 1983. (1º Grau, v. 2).

COMELLI, José Matusalém. Edição comemorativa: o Estado 100 anos. **Jornal Notícias do Dia**, Florianópolis, p. 2-7, 13 de maio de 2015.

CORAZZA, Sandra Mara. **História da infância sem fim**. Ijuí: Unijuí, 2000.

CORDEIRO, Janaína Martins. Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre o consenso e o

consentimento (1972). 2012. 333 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Gerais, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2012.

CORRÊA, Thomaz Souto. A Era das Revistas de Consumo. *In*: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 207-232.

COSTA, Fabíola Cirimbelli Búrigo. **Escolinha de Arte de Florianópolis 25 anos de arte-educativa**. Florianópolis: FFC, 1990.

CUNHA, Maria Teresa Santos. **Armadilhas da sedução: os romances de M. Delly**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

CUNHA, Maria Teresa Santos; CECCHIN, Cristiane. Tenha Modos! Educação e Sociabilidades em Manuais de Civilidade e Etiqueta (1900 – 1960). *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR. Campinas: Unicamp, Abril, 2007. **Anais...** Campinas, Unicampi, 2007, p. 1-11. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais10/Artigos_PDF/Cristiane_Cecchin.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2015.

_____. Mensageiros de sociabilidades: estudo sobre um jornal escolar infantil (Florianópolis, 1946-1952). *In*: MORGA, Antônio Emílio. **História, cidade e sociabilidade**. Itajaí: Casa Aberta, 2011a. p. 235-250.

_____. No estouro do flash: a Florianópolis de José Arthur Boiteux (1890 a 1930). *In*: CUNHA, Maria Teresa Santos; CHEREM Rosângela Miranda. **Refrações de uma coleção fotográfica: imagem, memória e cidade**. Florianópolis: UDESC, 2011b. p. 12-29.

_____. Do coração à caneta: cartas e diários pessoais nas teias do vivido (décadas de 60 a 70 do século XX). **História: Questões e Debates**, Curitiba: Editora UFPR, n. 59, p. 115-142, jul./dez. 2013.

_____. Pelo trabalho da mão infantil: práticas de escritas (auto) biográficas em um jornal escolar infantil (1945-1952). *In*: MIGNOT, Ana Chrystina; SAMPAIO, Carmen Sanches; PASSEGGI, Maria da Conceição (Org.). **Infância, aprendizagem e exercício da escrita**. Curitiba: Editora CRV, 2014. p. 63-77.

CUNHA, Maria Teresa Santos; SOUZA, Flávia de Freitas. **Viver e escrever: cadernos e escritas ordinárias de um professor catarinense (século XX)**. Florianópolis: Editora Insular, 2015.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/5520/4015>>. Acesso em: 31 jul. 2016.

DALLARI, Dalmo de Abreu; KORCZAK, Janusz. **O direito da criança ao respeito**. São Paulo: Summus, 1986.

DAMINELLI, Camila Serafim. **Governar, assistir, tolerar: uma história sobre infância e juventude em Florianópolis através das páginas de 'O Estado' (1979-1990)**. 2013. 249 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Florianópolis, 2013.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA, 1959. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html>> Acesso em: 18 ago. 2016.

DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

DIAS, André Bonsanto. **O presente da memória: usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o “golpe de 1964” e a “ditabranda”**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

DUARTE, Rafaela. **Diretas Já em Santa Catarina: o movimento de redemocratização nos textos e imagens dos jornais O Estado, A Notícia e Jornal de Santa Catarina (1984)**. 2011. 135 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2011.

EISNER, Will. Prefácio. *In*: SOUSA, Maurício de. **Navegando nas letras II**. São Paulo: Globo, 2000. p. 7 - 8.

EL BOLLÍN. **Suplemento infantil da Revista El Bollo**. Avilés, 1968.

EL BOLLÍN. **Suplemento infantil da Revista El Bollo**. Avilés, 1976.

EL BOLLÍN. **Suplemento infantil da Revista El Bollo**. Avilés, 1979.

EL CAMBALACHE. Madrid, edição n. 1, agosto, 1976.

EL CAMBALACHE. Madrid, edição de noviembre, 1976.

EL CAMBALACHE. Madrid, edição de octubre, 1976.

EL CAMBALACHE. Madrid, edição de febrero, 1977.

EL CAMBALACHE. Madrid, edição de junio, 1977.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. *In*: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 83-102.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993.

FACCIOLI, Mauro. **Sobre o suplemento infantil “O Estadinho”**. Florianópolis, 2013. Entrevista concedida ao Grupo de Estudos e Pesquisas Educação e Sociedade Contemporânea (NEPESC).

FANTIN, Marcia. **Cidade dividida**. Florianópolis: Futura, 2000.

FANTIN, Monica; GIRARDELLO, Gilka. **Liga, roda, clica: estudos em mídia, cultura e infância**. Campinas: Papyrus, 2008.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: EDUSP, 2009.

FARIÑAS, J. A. Castro. Regimen Juridico comparado de proteccion a la informacion para niños y juvenes. *In*: MINISTERIO DE LA CULTURA. **Teoria y practica de las publicaciones infantiles y juveniles**. Salamanca: Imprenta Calatrava, 1978. p. 85-96.

FÁVERI, Marlene de; SOUZA, Milene Chagas. **O feminismo virou Manchete – Um país impresso: história do tempo presente e revistas semanais no Brasil – 1960-1980**. Curitiba: CRV, 2014. p. 165-193.

FERREIRA, António Gomes. A infância no discurso dos intelectuais portugueses do Antigo Regime. *In*: FREITAS, Marcos Cezar de.; KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **Os Intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 167-196.

FERREIRA, Francisco Antônio Carneiro. Natureza e projeto urbano na Ilha de Santa Catarina. *In*: PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005. p. 103-122.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, dez. 2002, p.314-332. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a13.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

FINOCCHIO, Ana María. **Conquistar la escritura: saberes y practicas escolares**. Buenos Aires: Paidós, 2014.

FLECHAS Y PELAYOS. San Sebastián, edição de 5 de noviembre de 1936. Madrid: Aguilar Editores SL, 2000. Tomo 1.

FLECHAS Y PELAYOS. San Sebastián, ed. 11 de diciembre de 1938. Madrid: Aguilar Editores SL, 2000. Tomo 1.

FLECHAS Y PELAYOS. Madrid: Aguilar Editores SL, 2000. Tomo 1-5.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. Estética e Modernidade: à guisa de introdução. *In*: FLORES, Maria Bernadete Ramos; LEHMKUHL, Luciene; COLLAÇO, Vera (Org.). **A Casa do Baile: estética e modernidade em Santa Catarina**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006. p. 11-36.

FOLHA DE SÃO PAULO: São Paulo, edição de 6 de setembro de 1972.

FOLHA DE SÃO PAULO: São Paulo, edição de 7 de setembro de 1984.

FOLHINHA. São Paulo: Folha de São Paulo, edição de 8 de setembro de 1963.

FOLHINHA. São Paulo: Folha de São Paulo, edição de 29 de setembro de 1963.

FOLHINHA. São Paulo: Folha de São Paulo, edição de 22 de dezembro de 1963.

FOLHINHA. São Paulo: Folha de São Paulo, edição de 8 de julho de 1972.

FOLHINHA. São Paulo: Folha de São Paulo, edição de 3 de setembro de 1972.

FOLHINHA. São Paulo: Folha de São Paulo, edição de 8 de outubro de 1972.

FOLHINHA. São Paulo: Folha de São Paulo, edição de 10 de setembro de 1973.

FOLHINHA. São Paulo: Folha de São Paulo, edição de 24 de julho de 1980.

FOLHINHA. São Paulo: Folha de São Paulo, edição de 13 de janeiro de 1985.

FOLHINHA. São Paulo: Folha de São Paulo, edição de 27 de janeiro de 1985.

FOLHINHA. São Paulo: Folha de São Paulo, edição de 28 de abril de 1985.

FOLHINHA. São Paulo: Folha de São Paulo, edição de 13 de outubro de 1985.

FOLHINHA. São Paulo: Folha de São Paulo, edição de 26 de janeiro de 1986.

FREITAS, Marcos Cezar. Da ideia de estudar a criança no pensamento social brasileiro: a contraface de um paradigma. *In*: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **Os Intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 345-372.

FROTA, Ana Maria Monte Coelho. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. **Revistas de Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, UERJ, v. 7, n. 1, p. 147-160, abr. 2007.

FURTUOSO, Zilda. **Sobre o suplemento infantil “O Estadinho”**. Florianópolis, 2015. Depoimento concedido a Luciana Mara Espíndola Santos em 9 de maio de 2015.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História**: como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GARCIA, Regina Leite. Todas são crianças... mas são tão diferentes... *In*: GARCIA, Regina Leite (Org.). **Crianças essas conhecidas tão desconhecidas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 9 - 29.

GIL, Francisco. El proceso de desarrollo psicológico y la prensa infantil y juvenil. *In*: MINISTERIO DE LA CULTURA. **Teoría y práctica de las publicaciones infantiles y juveniles**. Salamanca: Imprenta Calatrava, 1978. p. 17-52.

GIRARDELLO, Gilka. **Baús e chaves da narração de histórias**. Florianópolis: SESC, 2006.

GOMES, Angela de Castro. Aventuras e desventuras de uma autora e editora portuguesa: Ana de Castro Osório e suas viagens ao Brasil. *In*: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 92 - 120.

GONÇALO JÚNIOR. **A Guerra dos Gibis**: a formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos 1933-1964. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GOULARTI FILHO, Alcides; RABELO, Giani. Planejamento, crescimento econômico e desigualdades sociais. *In*: BRANCHER, Ana Lize; LOHN, Reinaldo Lindolfo (Org.). **Histórias na Ditadura**: Santa Catarina (1964-1985). Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. p. 207-220.

HAMBURGER, E. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. *In*: SCHWARCZ, L. M. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 438-487.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36: p. 61-273, jul./dez. 2006.

HARTOG, François. **Crer em História**. BH; Editora Autêntica, 2017.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence O. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IZÉ, Ivonete. Plano de ensino da disciplina de História – 7ª. série. Colégio de Aplicação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1983.

JORNAL DA INDEPENDÊNCIA. Suplemento especial. **Jornal O Estado**, Florianópolis, edição de 7 de setembro de 1972.

JORNAL CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro: edição de 31 de março de 1972.

JORNAL DE SANTA CATARINA. Blumenau, edição de 20 de maio de 1974,

JORNAL DE SANTA CATARINA. Blumenau, edição de 6 de junho de 1974.

JORNAL DE SANTA CATARINA. Blumenau, edição de 9 e 10 de maio de 1974.

JORNAL DE SANTA CATARINA. Joinville, edição de 6 de junho de 1974.

- JOUTARD, Philippe. Reconciliar História e Memória. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 14, n. 23, p. 205-212, jan./jun., 2005.
- KASSOUF, Ana Lúcia. O que conhecemos sobre o trabalho infantil? **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, maio/ago., 2007.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre História**. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2014.
- KOSSOY, Bóris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- KUHLMANN JÚNIOR, Moyses. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p. 5-18, maio/jun/jul/ago. 2000.
- _____. A circulação das ideias sobre a educação das crianças; Brasil, início do século XX. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JÚNIOR, Moyses. **Os Intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 459-502.
- _____. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- KUNZ, E. Pedagogia do Esporte, do Movimento Humano ou da Educação Física? In: KUNZ, E; TREBELS, A. (Org.). **Educação Física Crítico Emancipatória: com uma Perspectiva da Pedagogia Alemã do Esporte**. Ijuí: Unijuí, 2006. p. 11-22.
- LAZAROTTO, Aline Fátima. **A Infância na imprensa escrita em Chapecó – 1939-1979**. 2010. 176 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2010.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- LEVIN, Esteban. **La Función del hijo: Espejos y labirintos de la infancia**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2013.
- LYONS, Martin. **Historia de la lectura y de la escritura em el mundo occidental**. Buenos Aires: Editora del Calderón, 2012.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.
- MACHIESKI, Elisângela da Silva. **Crianças e adolescentes nas páginas do jornal: uma infância perigosa ou uma infância em perigo? (Criciúma, 1970-1990)**. 2013. 168 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Mestrado em História, Florianópolis, 2013. Disponível em: <<http://www.tede.udesc.br/bitstream/handle/1445/1/elisangela.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2014.
- MAINGUÉ, Aldy. **Sobre o suplemento infantil “O Estadinho”**. Florianópolis, 2013. Entrevista concedida ao Grupo de Estudos e Pesquisas Educação e Sociedade Contemporânea (NEPESC).

MARTÍN, Antonio. Historia de la prensa española Las revistas infantiles Falangistas en la guerra de papel de la propaganda. España, 1936-1939. *In*: SCARSELLA, Alessandro; DARICI, Katuscia; FAVARO, Alice (Ed.). **Historieta o Cómic Biografía de la narración gráfica en España**. Madrid, 2017. p. 11-53. Disponível em: <<http://edizionicafoscari.unive.it/media/pdf/books/978-88-6969-145-4/978-88-6969-145-4-ch-02.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

MATA, Maria Margarete Sell da. **Jornal O Estado: uma história em construção (1915-1931)**. 1996. 95 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 1996.

MATOS, Felipe. **Uma ilha de leitura: notas para uma história da cidade através de suas livrarias, livreiros e livros**. 2005. 135 f. Monografia (Graduação em História) – Centro de Ciências da Educação – FAED, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

MATOS, Felipe; LOHN, Reinaldo Lindolfo. Avaí, futebol e política em Florianópolis (1920- 1970). *In*: VAZ, Alexandre Fernandez; DALLABRIDA, Norberto. **O Futebol em Santa Catarina: histórias de clubes (1910-2014)**. Florianópolis: Insular, 2014. p. 47-76.

MATOS, Maria Izilda Santos de. No fio do bigode: corpos, sensibilidades e subjetividades. *In*: RAMOS, Alcides Freire; MATOS, Maria Izilda Santos de; PATRIOTA Rosângela. **Olhares sobre a História: culturas, sensibilidades e sociabilidades**. São Paulo: Editora PUC-GO, 2010. p. 92 - 108.

MATOS, Olgária. **A História**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MEDEIROS, Clóvis. Alguns pontos relevantes sobre a discussão do urbanismo. **Jornal O Estado**, Florianópolis, 28 de março de 1982.

MEDEIROS, Andréa Borges. Cartas para que te quero: a escrita das crianças como expressão de pertencimento. *In*: MIGNOT, Ana Chrystina; SAMPAIO, Carmem Sanches; PASSEGGI, Maria da Conceição. **Infância, Aprendizagem e Exercício da Escrita**. Curitiba: Editora CRV, 2014.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. *In*: SCHWARCZ, L. M. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 559-658.

MELO, José Marques. Gilberto Freyre, modernizador precoce na imprensa brasileira. *In*: _____. (Org.). **Imprensa brasileira: personagens que fizeram história**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005. p. 199 - 206.

MENEZES, Fernando Dominience. **Enunciados sobre o futuro: Ditadura Militar, Transamazônica e construção do “Brasil Grande”**. Brasília: Unb, 2007. 155 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

MIGNOT, Ana Chrystina. O carteiro e o educador: Práticas políticas no escrito epistolar. **Revista Brasileira de História da Educação**, [S.l.], v 5, n. 2, [10], 2005.

_____. “Querido Monteiro Lobato”: marcas da educação na pena infantil. *In*: MIGNOT, Ana Chrystina; SAMPAIO, Carmen Sanches; PASSEGGI, Maria da Conceição (Org.). **Infância, aprendizagem e exercício da escrita**. Curitiba: Editora CRV, 2014. p. 63-77.

MINISTERIO DE LA CULTURA (ESPAÑA). **Teoria y practica de las publicaciones infantiles y juveniles**. Salamanca: Imprenta Calatrava, 1978.

MINI-YA. Suplemento infantil. Madrid, edição de 12 de diciembre de 1976.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. Florianópolis: o direito e o avesso. *In*: PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005. p. 7-34.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. Educação e Política nos anos 30: a presença de Francisco Campos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 73, n. 17-4, p. 291-321, maio/ago. 1992.

MORAES, Vinícios; TOQUINHO. **Arca de Noé**. Universal Music Japan, 1980. LP.

MORETZSOHN, Carmen; CANELA Guilherme. **Esqueceram de mim**: jornais brasileiros ignoram o potencial pedagógico dos cadernos infantis. Brasília, DF: [s.n.], 2002.

MÜLLER, Verônica Regina. Histórias de crianças e infâncias: registros, narrativas e vida privada. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

NARODOWSKI, Mariano. Infancia y poder. La conformación de la pedagogia moderna. Buenos Aires: Aique, 1994.

NASPOLINI, Marisa. **Sobre o suplemento infantil “O Estadinho”**. Florianópolis, 2013. Entrevista concedida ao Grupo de Estudos e Pesquisas Educação e Sociedade Contemporânea (NEPESC).

NASPOLINI, Marisa. **Somos todos parte da mesma couve**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2014.

NECKEL, Roselane. **A república em Santa Catarina**: modernidade e exclusão (1889-1920). Florianópolis: EdUFSC, 2003.

O ESTADINHO. **150 edições**. [2013]. Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=0B_iiHxsT-wNQIZid0xZaExEek0>. Acesso em: 6 out. 2017.

O ESTADO. Florianópolis, edição de 13 de maio de 1915.

O ESTADO. Florianópolis, edição de 23 de julho de 1920.

O ESTADO. Florianópolis, edição de 28 de julho de 1920.

O ESTADO. Florianópolis, edição de 24 de agosto de 1920.

O ESTADO. Florianópolis, edição de 21 de maio de 1972.

O ESTADO. Florianópolis, edição de 4 de agosto de 1972.

O ESTADO. Florianópolis, edição de 5 de agosto de 1972.

O ESTADO. Florianópolis, edição de 12 de agosto de 1972.

O ESTADO. Florianópolis, edição de 15 de agosto de 1972.

O ESTADO. Florianópolis, edição de 20 de agosto de 1972.

O ESTADO. Florianópolis, edição de 22 de agosto de 1972.

O ESTADO. Florianópolis, edição de 23 de agosto de 1972.

O ESTADO. Florianópolis, edição de 1º de setembro de 1972.

- O ESTADO. Florianópolis, edição de 3 de setembro de 1972.
- O ESTADO. Florianópolis, edição de 1º de outubro de 1972.
- O ESTADO. Florianópolis, edição de 8 de outubro de 1972.
- O ESTADO. Florianópolis, edição de 15 de outubro de 1972.
- O ESTADO. Florianópolis, edição de 11 de dezembro de 1977.
- O ESTADO. Florianópolis, edição de 26 de novembro de 1978.
- O ESTADO. Florianópolis, edição de 3 de julho de 1979.
- O ESTADO. Florianópolis, edição de 2 de agosto de 1979.
- O ESTADO. Florianópolis, edição de 12 de setembro de 1979.
- O ESTADO. Florianópolis, edição de 21 de setembro de 1979.
- O ESTADO. Florianópolis, edição de 14 de novembro de 1981.
- O ESTADO. Florianópolis, edição de 6 de outubro de 1985.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 28 de maio de 1972.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 2 de julho de 1972.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 18 de julho de 1972.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 6 de agosto de 1972.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 10 de setembro de 1972.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 21 de setembro de 1972.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 1 de outubro de 1972.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 8 de outubro de 1972.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 12 de novembro de 1972.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 10 de dezembro de 1972.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 17 de dezembro de 1972.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 24 de dezembro de 1972.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 1º de dezembro de 1974.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 26 de janeiro de 1975.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 2 de fevereiro de 1975.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 16 de fevereiro de 1975.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 21 de outubro de 1979.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 27 de janeiro de 1980.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 22 de fevereiro de 1980.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 11 de maio de 1980.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 24 de agosto de 1980.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 14 de setembro de 1980.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 18 de junho de 1982.

- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 3 de outubro de 1982.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 10 de outubro de 1982.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 5 de agosto de 1984.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 9 de setembro de 1984.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 21 de outubro de 1984.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de de dezembro de 1984.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 17 de fevereiro de 1985.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 28 de julho de 1985.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 15 de setembro de 1985.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 27 de outubro de 1985.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 23 de dezembro de 1985.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de de março de 1986.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 26 de maio de 1986.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 5 de outubro de 1986.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 30 de novembro de 1986.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 7 de dezembro de 1986.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 11 de janeiro de 1987.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 22 de fevereiro de 1987.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 10 de maio de 1987.
- O ESTADINHO. Florianópolis: **O Estado**, edição de 5 de julho de 1987.

OLIVEIRA, Vilma da Silva Mesquita. Os discursos sobre a educação e higienização das crianças nos jornais impressos do Piauí (1930-1960). **Revista Eletrônica de Educação**, [on-line], v. 9, n. 3, p. 93-110, 2015. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/1160/438>>. Acesso em: 11 mar. 2017.

OLIVEIRA, Marta Regina Furlan de. **A lógica do consumo na sociedade contemporânea e sua influência na mediação do professor no processo de formação do pensamento infantil**. 2011. 293 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/SITE%20PPE%202010/teses/2011%20-%20Marta_Furlan.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2016.

ORDOÑEZ, Marlene; SILVA, Antonio Luiz de Carvalho. **História do Brasil**. São Paulo: IBEP, 1975. (v. 1).

ORIÁ, Ricardo. **O Brasil contado às crianças: Viriato Corrêa e a literatura escolar brasileira (1934-1961)**. São Paulo: Annablume, 2011.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Educação infantil em Florianópolis: retratos históricos da rede municipal (1976-1996)**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

PAIM, Elison Antônio. Educação: modernização, democratização do acesso e controle pedagógico. *In: BRANCHER, Ana; LOHN, Reinaldo L. (Org.). **Histórias na ditadura***. Santa Catarina: 1964-1985. Florianópolis: EdUFSC, 2014.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. *In: DEL PRIORE, Mary. **Historia crianças no Brasil***. São Paulo: Contexto, 2013. p. 347-375.

PEQUEÑEZES. Madrid, edição n. 1, 1984.

PEREIRA, Moacir. **Imprensa & poder**: a comunicação em Santa Catarina. Florianópolis: FCC, 1992.

PERIN, Iara Steiner. A Revista Veja comemora a Pátria: o Nacionalismo e o Sete de Setembro (1969-1972). *In: AREND, Sílvia Maria Fávero. **Um país impresso**: história do tempo presente e revistas semanais no Brasil – 1960-1980*. Curitiba: CRV, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Coloquios**, [En línea], Fevereiro, p. 1, 2005. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/229>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

_____. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. Pensar com o sentimento, sentir com a mente – Bienal de Veneza, 2007: 52^a Exposição de Arte. *In: RAMOS, Alcides Freire; MATOS, Maria Izilda Santos; PATRIOTA Rosangela (Org.). **Olhares sobre a história**: culturas, sensibilidades, sociabilidades*. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 19-26.

PEQUEÑO PAIS. Madrid: **Suplemento de El Pais**, edição de 6 de dezembro de 1987.

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. Florianópolis como espaço público. *In: PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. **Florianópolis do outro lado do espelho***. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005. p. 35-60.

PIAZZA, Walter Fernando. **Dicionário político catarinense**. 2. ed. rev. e ampl. Florianópolis: Edição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994.

PLÁCIDO, Gilmara Duarte. Educação, Civismo e Religiosidade durante a Ditadura Civil Militar no Brasil (1964-1985). *In: 10 ANPED SUL*, out. 2014. **Anais... ANPED**, 2014. p. 1-17. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1559-0.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2015.

PONTE, Cristina. **Crianças e Media**: pesquisa internacional e contexto português do século XIX à actualidade. Lisboa: ICS, 2012.

PRATA, Antonio. **Nu, de botas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Colégio de Aplicação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1991,

PUYUELO, Pilar Sánchez-Cascado y. Panorámica actual de las revistas infantiles y juveniles. *In: **Ministerio de la Cultura** (México). Teoría y práctica de las publicaciones infantiles y juveniles*. Salamanca: Imprenta Calatrava, 1978. p. 99-118.

RAMOS, Conrado. Indústria cultural, consumismo e a dinâmica das satisfações no mundo administrado. *In: DURÃO, Fabio Akcelrud; ZUIN, Antônio; VAZ, Alexandre Fernandes. **A indústria cultural hoje***. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 79 - 93.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, SP, v.

15, n. 45, p. 434-444, set./dez. 2010. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n45/03.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

REVISTA BILLIKEN. **Edição Especial 60 Años Billiken**: Buenos Aires, novembro 1979.

REVISTA JUVENIL FEMININA LILY. Barcelona: Editorial Bruguera, enero, 1983.

REVISTA TICO-TICO. Rio de Janeiro: **O Malho**, edição de 22 de novembro de 1905.

REVISTA TICO-TICO. Rio de Janeiro: **O Malho**, edição de 2 de novembro de 1910.

REVISTA TICO-TICO. Rio de Janeiro: **O Malho**, edição Especial nov./dez. de 1961.

REVISTA SUPERINTERESSANTE. São Paulo: Abril, edição de 8 de março de 2013.

REVISTA VEJA. São Paulo, edição de 9 de setembro de 1970.

REVISTA VEJA. São Paulo, edição de 18 de julho de 1972.

REVISTA VEJA. São Paulo, edição de 7 de setembro de 1972.

REVISTA VEJA. São Paulo, edição de 2 de julho de 1984.

RICOEUR, Paul. La vida: un relato en busca de narrador. **Ágora: Papeles de Filosofía**, [S.l.], v. 25, n. 2, p. 9-22, 2006. Disponível em:

<<http://201.147.150.252:8080/jspui/bitstream/123456789/1066/1/Ricoeur.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**: a intriga e a narrativa histórica. São Paulo: Editora WMF; Martins Fontes, 2010. (v. 1).

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François *et al.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Marilda Merencia. **Pró-criança**: por entre creches, livros e canções, a busca de consensos (Santa Catarina – década de 1980). Florianópolis, 2001. [180] f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2001.

ROCHA, Eloísa Acires Candal. **A pesquisa em Educação Infantil no Brasil**: trajetória recente e perspectiva de consolidação de uma pedagogia da educação infantil. 1999. 255 f. Tese (Doutorado). Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

ROCHA, Maria Sílvia Pinto de Moura Librandi da. **Não brinco mais**: a (des)construção do brincar no cotidiano educacional. Ijuí: Unijuí, 2000.

ROCHA, Bárbara Trindade. Cartas em Revista: estratégias editoriais de difusão e legitimação da Nova Escola. 2004. 172 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Centro de Educação e Humanidades, Rio de Janeiro, 2004.

ROCHA, Wilson; NETTO, Paulo; VANUCCI Augusto Cesar. **Pirlimpimpim**. Som Livre, 1982. LP.

SACRAMENTO, Ana Cláudia Ramos. A Aprendizagem da Geografia a partir da construção de passatempos com temas cartográficos. *In: XIV ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA*, Lima, Peru, 14, abril, 2013. **Anais...** Lima, Peru, 2013, p.1-19.

SANTOS, Luciana Mara Espíndola. Infância, aprendizagem e exercício da escrita narrativa de crianças em O Estadinho (1972). *In: VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE PESQUISA (AUTO)BIOGRÁFICA*, Rio de Janeiro, 2014. *Anais...* Rio de Janeiro, 2014, p. 112 - 124.

SANTOS, Maria Januária Vilela. **História do Brasil**. São Paulo: Ática, 1975.

SARMENTO, M. J. Visibilidade social e estudo da infância. *In: VASCONCELLOS, V. M. R.; SARMENTO, M. J. (Org.). Infância (in) visível*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007, p. 17-26.

SARMENTO, M.J. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. Braga: Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n95/a12v2795.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. *In: SCHWARCZ, L. M. (Org.). História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 173-244.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo; Companhia das letras, 2015.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu Extático na Metrópole: São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SIERRA BLAS, Verónica. Escribir y servir: las cartas de una criada durante el franquismo. **Revista de Historia de la Cultura Escrita**, Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, p. 121-140, 2002. Disponível em: <http://dspace.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/7587/escribir_sierra_SIGNO_2002.pdf?sequence=1>. Acesso em: 11 fev. 2016.

_____. “Puentes de Papel”: apuntes sobre las escrituras de la emigración. **Horizontes Antropológicos**, Porto alegre, ano 10, n. 22, p. 121-147, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832004000200006f>. Acesso em: 23 dez. 2014.

_____. “As cartas e a escola” los manuales epistolares para niños en la España del siglo XX. **História da Educação**, ASPHE, FaE, UFPel, Pelotas, n. 16, set. 2004, p. 59-77. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4061733>>. Acesso em: 15 out. 2015.

_____. “Con él corazón en la mano”. Cultura escrita, exilio y vida cotidiana em las cartas de los padres de los Niños de Morelia. *In: CASTILLO GÓMEZ, Antonio; SIERRA BLAS, Verónica (Org.). Mis primeros pasos: alfabetización, escuela y usos cotidianos de la escritura (siglos XIX y XX)*. Gijón: Trea, 2008. p. 411 - 454.

_____. **Palabras huérfanas: los niños y la Guerra Civil**. Madrid: Taurus, 2009.

_____. “En busca del eslabón perdido”: algunas reflexiones sobre las escrituras infantiles. **History of Education & Children’s Literature**, Macerata: Edizioni Università di Macerata (EUM), v. VII, n. 1, p. 21-42, 2012.

_____. En el país del proletariado. Cultura escrita y exilio infantil en la URSS. **História Social**, Espanha: UNED, n. 76, p. 125-143, 2013. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23496334?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 9 mar. 2016.

SILVA, Helenice Rodrigues da. Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 425-438, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200008>. Acesso em: 17 set. 2014.

SILVA, Juliana Miranda da. **A abertura política e a ampliação das pautas reivindicatórias nas páginas de Veja e Isto É (1976-1980): um país impresso: história do tempo presente e revistas semanais no Brasil – 1960-1980**. Curitiba: CRV, 2014. p. 123-139.

_____. A invenção do futuro do Brasil: usos políticos do passado na *Veja* (1968-1978). *In: AREND, Sílvia Maria Fávero. Um país impresso: história do tempo presente e revistas semanais no Brasil – 1960-1980*. Curitiba: CRV, 2014. p. 21-42.

_____. Narrativas digitais sobre os exames de admissão ao ginásio: egodocumentos e cultura escrita na história do tempo presente. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 7, n. 15, p. 5-41, maio/ago. 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180307152015005>>. Acesso em: 21 set. 2016.

SOSNOSKI, Thaisy. **Historiografia e memória: biblioteca do sesquicentenário da Independência do Brasil (1972)**. 2013. 148 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História. Goiás, 2013. Disponível em: <<https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/D2013-26.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2016.

SOUSA, Maurício de. **Navegando nas letras II**. São Paulo: Globo, 2000.

_____. **A história que não está no gibi**. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2017.

SOUZA, Elizeu Clementino de. Diálogos Iniciais: sobre memória, arquivos e cultura escolar. *In: SOUZA, Elizeu Clementino de Souza; VASCONCELOS, José Geraldo; CASTRO, César Augusto (Org.). História da Educação: Memória, Arquivos e Cultura Escolar*. Rio de Janeiro: Salvador: Quarter: Uneb, 2012. p.11-27.

SOUZA, Maria Cecília Braz Ribeiro de. **A concepção de criança para o Enfoque Histórico Cultural**. 2007. 154 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Educacao/Dissertacoes/souza_mcbr_dr_mar.pdf>. Acesso em: 9 out. 2013.

SOUZA, Jamil. **Dia das Crianças: sobre o 12 de Outubro e nossa obrigação como adultos**. Blog Bahia Geral.com.br. 2016. Disponível em: <<http://www.blogbahia geral.com.br/site/opiniao-artigos/2016/10/dia-das-criancas-sobre-o-12-de-outubro-e-nossa-obrigacao-como-adultos>>. Acesso em: 5 dez. 2016.

SOUZA, Osvaldo Rodrigues. **História do Brasil**. São Paulo: Ática, 1982.

SOUTO MAIOR, A. **História do Brasil**. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1970.

STRENZEL, Giandréa Reuss. Entre teses e dissertações: a educação infantil na produção dos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil nos anos 1990. *In: RAUPP, Marilene Dandolini. Reflexões sobre a infância: conhecendo crianças de 0 a 6 anos*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

VAINFAS, Ronaldo. História cultural e historiografia brasileira. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 217-235, jan./jun. 2009. Disponível em:

<file:///C:/Users/DELL/Downloads/15676-54022-1-PB%20(2).pdf>. Acesso em: 30 out. 2013.

VALENTE, Cesar. **Sobre o suplemento infantil “O Estadinho”**. Florianópolis, 2013. Entrevista concedida ao Grupo de Estudos e Pesquisas Educação e Sociedade Contemporânea (NEPESC).

VÁRIOS. **Plunct! Plact! Zum!** Som Livre, 1983. LP.

VEIGA, Ana Maria. Imprensa e censura nas memórias de jornalistas. *In*: BRANCHER, Ana; LOHN, Reinaldo L. (Org.). **Histórias na ditadura**: Santa Catarina: 1964-1985, Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2014. p. x- x.

VEIGA, Cynthia Greive; GOUVÊA, Maria Cristina Soares. Comemorar a infância, celebrar qual criança? **Educação e Pesquisa (USP)**, São Paulo, v. 26, p. 135-160, 2000.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis Memória Urbana**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1993.

VEIGA, Fábio. **Sobre o suplemento infantil “O Estadinho”**. Florianópolis, 2016. Entrevista concedida ao Grupo de Estudos e Pesquisas Educação e Sociedade Contemporânea (NEPESC).

VELOSO, Fernando; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fábio. Determinantes do “Milagre” Econômico Brasileiro (1968-1973): uma Análise Empírica. **RBE**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 221-246, abr./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbe/v62n2/06.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

VERGUEIRO, Waldomiro; SANTOS, Roberto Elísio do. A postura educativa de O Tico-Tico: uma análise da primeira revista brasileira de histórias em quadrinhos. **Revista do Departamento de Comunicação e Artes da ECA/USP**, ano 13, n 2, p. 23-34, maio/ago. 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/DELL/Downloads/42300-50494-1-SM%20(6).pdf>. Acesso em: 16 jun. 2015.

VIGOTSKI, L. S. A brincadeira e seu papel no desenvolvimento psíquico da criança. **Revista de Gestão de Iniciativas Sociais (GIS)**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 23-36, 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/DELL/Downloads/download%20(1).pdf>. Acesso em: 11 abr. 2014.

VILLAMÉA, Luiza. Revolução Tecnológica e Reviravolta Política. *In*: MARTINS, Ana Luiza; LUCA Tania Regina. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 250-267.

VIVARTA, Veet (Coord.). **Infância e Consumo**: estudos no campo da comunicação. Brasília, DF: ANDI; Instituto Alana, 2009. Disponível em: <<http://www.andi.org.br/file/50175/download?token=8aRkgMJ4>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. *In*: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda (Org.). **Cinco Estudos em História e historiografia da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 11-40.

VIEIRA, Laís. **O Estadinho**: um jornal para crianças (1984-1987). 2014. 33 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

VOKS, Douglas Josiel. **Propagandas na Revista Veja**: construindo uma “nova” classe média (década de 1970) – Um país impresso: história do tempo presente e revistas semanais no Brasil – 1960-1980. Curitiba: CRV, 2014. p. 195-228.

ZANELATTO, João Henrique. **De olho no poder**: o integralismo e as disputas políticas em Santa Catarina na era Vargas. Criciúma, SC: EdiUNESC, 2012. (Coleção Sul).

ZIPIZAPE. Barcelona: Editorial Bruguera, julho, 1984.